

RELATÓRIO DE
ATIVIDADES

2023

Relatório anual das atividades das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços
DEZEMBRO 2023 | www.portaldocomercio.org.br

Câmaras
Brasileiras do
**COMÉRCIO
E SERVIÇOS**



RELATÓRIO DE
ATIVIDADES

2023

Relatório anual das atividades das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços
DEZEMBRO 2023 | www.portaldocomercio.org.br

Câmaras
Brasileiras do

**COMÉRCIO
E SERVIÇOS**



Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DAS CÂMARAS BRASILEIRAS DO COMÉRCIO E SERVIÇOS 2023

Presidente: José Roberto Tadros

Vice-presidentes: 1º - Abram Abe Szajman; 2º - Luiz Carlos Bohn; 3º - Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante, Darci Piana, Edison Ferreira de Araújo, José Aparecido da Costa Freire, José Marconi Medeiros de Souza, José Wenceslau de Souza Júnior, Marcelo Baiocchi Carneiro, Raniery Araújo Coelho e Sebastião de Oliveira Campos.

Vice-presidente Administrativo: Antonio Florencio de Queiroz Junior

Vice-presidente Financeiro: Leandro Domingos Teixeira Pinto

Diretores: Abel Gomes da Rocha Filho, Aderson Santos da Frota, Alexandre Sampaio de Abreu, Ari Faria Bittencourt, Armando Vergílio dos Santos Júnior, Hélio Dagnoni, Idalberto Luiz Moro, Itelvino Pisoni, Ivo Dall'Acqua Júnior, José Lino Sepulcri, Kelsor Gonlaves Fernandes, Marco Antônio Lameira, Maurício Aragão Feijó, Maurício Cavalcante Filizola, Nadim Elias Donato Filho, Nilo Ítalo Zampieri Júnior e Rubens Torres Medrano.

Diretores Administrativos: 1º - Marcelo Fernandes de Queiroz; 2º - Bernardo Peixoto dos Santos Oliveira Sobrinho.

Diretores Financeiros: 1º Ademir dos Santos; 2º Ladislao Pedroso Monte.

Conselho Fiscal: Carlos de Souza Andrade, Domingos Tavares de Souza e Valdemir Alves do Nascimento.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA:

Elienai Tavares Câmara (interino)

DIRETORA-GERAL EXECUTIVA:

Simone de Souza Guimarães

GERÊNCIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO - CNC

Gerente Executivo: Elienai Tavares Câmara

ASSESSORIA DAS CÂMARAS BRASILEIRAS DO COMÉRCIO E SERVIÇOS-ACBCS

Organização e Produção: Andréa de Marins Esteves, Camila Amâncio, Miguel Ferreira e Rosana Lanter de Oliveira

Capa e Diagramação: Gecom-RJ

Revisão: Daniel Dutra

R382

Relatório de atividades 2023 : Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços /
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. - n.1,
dez. 2013 - . Rio de Janeiro : Confederação Nacional do Comércio de Bens,
Serviços e Turismo, 2023.

Descrição baseada em: n. 9, dez. 2023.

Anual.

Publicação eletrônica.

1. Organização e Gestão - Comércio. 2. Defesa de Interesse
I. Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo. Câmaras do
Comércio. II. Título

CDD 381.06

Bibliotecário responsável: Danyelle Sant'Anna - CRB-7: 6669

CNC - Rio de Janeiro

Av. General Justo, 307, CEP 20021-130

PABX: (21) 3804-9200

CNC - Brasília

SBN Quadra 1 Bl. B - n° 14, CEP 70041-902

PABX: (61) 3329-9500/3329-9501

www.portaldocomercio.org.br

Su- má- rio

- | | | | |
|----|---|-----|---|
| 06 | Apresentação | 54 | Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma) |
| 09 | Eventos | 62 | Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC) |
| 12 | Câmaras | 70 | Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação e Inovação (CBTIN) |
| 14 | Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC) | 78 | Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGAL) |
| 22 | Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI) | 86 | Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave) |
| 30 | Câmara Brasileira de Serviços (CBS) | 94 | Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC) |
| 38 | Câmara Brasileira do Comércio Exterior (CBCex) | 102 | Informações gerenciais – Resumo |
| 46 | Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica) | | |

Apresen taçãõ



No encerramento de mais um ano muito produtivo, em que a atuação integrada do Sistema Comércio permitiu obter uma série de bons resultados, com benefícios diretos para as empresas do setor terciário, quero felicitar os integrantes das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços.

As reuniões promovidas pelas Câmaras geram insumos e informações que ajudam, em diversas dimensões, a fundamentar o trabalho da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e turismo.

Cabe destacar, em 2023, a participação em eventos de grande importância do ponto de vista da representação empresarial, como foi o caso da entrega dos documentos da Agenda Institucional do Sistema Comércio ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, em março.

A Agenda Institucional é um instrumento estratégico de gestão de iniciativas, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, voltadas para o estímulo do crescimento e o

fortalecimento das empresas representadas pela CNC. As Câmaras deram uma expressiva contribuição a essa entrega sobre os temas a serem priorizados para a modernização e o desenvolvimento do Brasil.

A participação em outros importantes momentos, como o Sicomércio e o Conecta 2023, permitiu o enriquecimento das discussões sobre temas de interesse direto do Sistema Comércio e das empresas representadas.

Quero cumprimentar também o corpo técnico da CNC, que dá o suporte competente e necessário para que os trabalhos evoluam da melhor forma, além da liderança segura e serena do coordenador-geral, Luiz Carlos Bohn.

Estão todos de parabéns por mais um ano de trabalho muito bem realizado, como podemos comprovar nas informações reunidas neste relatório.

Uma demonstração do zelo que o nosso Sistema tem em sua missão histórica de representar e defender os interesses do comércio de bens, serviços e turismo.

Que em 2024 possamos alcançar novas conquistas e realizações.

José Roberto Tadros
Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac



As informações que reunimos neste relatório, com o propósito de mostrar a atuação das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços em 2023, indicam o alto grau de compromisso da CNC com a defesa e a representação das empresas do comércio de bens, serviços e turismo.

Destaco alguns números para dimensionar o trabalho realizado.

Ao longo do ano, foram realizadas 22 reuniões, mais a dos coordenadores. O número total de participantes nas discussões das 11 Câmaras em 2023 foi de 733, entre coordenadores, integrantes titulares e suplentes, convidados e áreas técnicas.

O total de ações realizadas pela ACBCS em 2023 foi de 7.690. Em 2022, o número de ações foi de 4.433, o que representa um aumento de aproximadamente 74%, na comparação anual.

O número de temas trabalhados chegou a 215, com 91 proposições encaminhadas. Por trás desses números, estão o empenho, a competência e a dedicação de pessoas que ajudaram o Sistema Comércio em sua missão de dar voz aos empresários.

Além das reuniões, as Câmaras também marcaram presença em importantes eventos e espaços de debates: no Conecta e no Sicomércio 2023, realizados em Brasília, e no Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex 2023), evento de referência no setor e que teve o Rio de Janeiro como sede.

Ou seja, não basta fazer, como os números citados bem indicam. É preciso também mostrar a importância do que está sendo feito.

Ressalto também a participação, nas reuniões e eventos, dos 81 convidados externos, entre representantes dos poderes públicos, palestrantes e líderes empresariais. Nomes como Ignacio Ybáñez, embaixador da União Europeia; Coronel Assis, deputado federal (União-MT); Raquel Rezende Abdala, diretora do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); e Geraldo Defalco, presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamac).

A todos os integrantes das Câmaras, seus coordenadores, à equipe da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), aos especialistas da CNC que estiveram conosco ao longo de todo o ano, o meu muito obrigado.

E um agradecimento especial ao presidente José Roberto Tadros, que com sua Diretoria, tem conduzido o Sistema CNC-Sesc-Senac com competência e sabedoria, tornando a representação sindical empresarial do comércio de bens, serviços e turismo cada vez mais forte.

Boa leitura!

Luiz Carlos Bohn

Vice-presidente da CNC, coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços



Eventos



Conecta 2023

O Conecta 2023 foi realizado nos dias 10 e 11 de julho, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília, e contou com a exposição das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços nos Totens; e com a apresentação de um talk show, no espaço temático Representação, sobre o tema “Câmaras, um catalizador para o sistema. O Valor da Escuta”.



ENAEX 2023

Exposição durante o evento Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex) 2023, realizado nos dias 5 e 6 de outubro, no Expo Mag, no stand da Feaduaneiros-CNC, sobre o trabalho desenvolvido na Câmara Brasileira do Comércio Exterior (CBCEX), bem como nas demais Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços.



Sicomércio 2023

O Sicomércio 2023 foi realizado no período de 12 a 14 de julho, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília, e contou com a exposição das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC nos Totens; e com a apresentação de um talk show, no espaço temático Representação, sobre o tema “Câmaras Setoriais: Participação Efetiva e Transformadora”.

Câmaras





OBJETIVO DAS CÂMARAS

Órgãos consultivos da Presidência que têm o objetivo de realizar estudos e fornecer sugestões para as ações institucionais do Sistema Confederativo do Comércio (CNC/SESC/SENAC/Federações), no apoio e na defesa dos interesses das categorias econômicas por elas representadas, e são compostas por lideranças empresariais e sindicais dos respectivos setores.



VISÃO DAS CÂMARAS

Espaço efetivo para propor, apoiar e acompanhar ações voltadas ao desenvolvimento do ambiente de negócios do setor que representam.

COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS

Coordenador: atribuições

Interlocução com o 2º vice-presidente
Planejamento das reuniões
Acompanhamento das ações
Mobilização dos integrantes

Integrantes*: atribuições

Identificar demandas
Propor soluções
Contribuir com informações

* Representantes de entidades sindicais, de associações e de empresas do setor.

Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC)



"Em 2023, tivemos uma importante vitória para o setor de combustíveis, com a aprovação da monofasia tributária do ICMS para o óleo diesel, a gasolina e o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Atualmente, buscamos a inserção do etanol hidratado no mesmo sistema tributário, para acabar com a competitividade desleal nas fronteiras entre os estados."

James Thorp Neto
Coordenador





James Thorp Neto

Coordenador

Data de criação da Câmara

13/05/2019

Outros integrantes

• *Brasilcom*

Quantidade total de integrantes:

Titulares: 18

Suplentes: 15

Reuniões em 2023

20/06 - CNC-RJ

01/12 - CNC-RJ

Estados integrantes do Sistema Comércio na CBCC

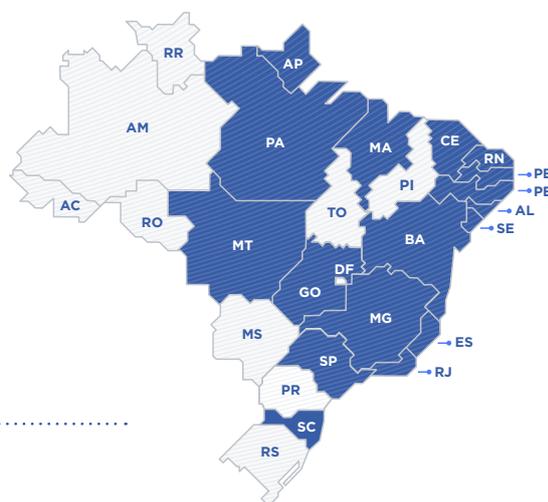
Integrantes

Titulares

- Antonio Íris de Oliveira
- Emílio Ludovico Neumam
- João Carlos Dal'Aqua
- José Augusto Melo Costa
- Júlio César Zimmermann
- Manuel Novais Neto
- Márcio Martins de Castro Andrade
- Mário Luiz Pinheiro Melo
- Maurício Abreu Cotrim
- Maurício Chicre Abou Rejaile
- Maxwell Flor de Oliveira
- Nelson Soares Junior
- Nerleu Caus de Souza
- Omar Aristides Hamad Filho
- Rubens Torres Medrano
- Thomas Jefferson Gomes de Albuquerque
- Valter Silva do Monte

Suplentes

- Abel da Silva Leitão
- Adriano Henrique Costa Bandeira
- Bruno Toniato de Souza
- Carlos Germano da Silva Ferreira Júnior
- Elson Justiniano Alves
- João Batista de Oliveira Machado
- Jorge Luis Pereira Sanches
- José Camargo Hernandez
- José Carlos da Silva
- Leandro da Silva Pinheiro
- Leomário Batista de Oliveira
- Leopoldo Corrêa Santos Neto
- Luiz Vicente Sales Ferreira
- Max Neumann Netto
- Paulo Cezar Ribeiro de Araújo



Objetivos identificados

- Reforma tributária (finalizar a implantação da monofasia tributária do ICMS na comercialização dos combustíveis; regulamentação do AD REM para a gasolina);
- Renovabio – aumentar a abrangência dos CBIOS (refinarias); e combater às fraudes fiscais no etanol;
- Revisão dos Anexos da NRs 20 e 15 quanto à presença de benzeno na gasolina;
- Livre acesso aos terminais portuários e dutos;
- Revisão do enquadramento das empresas com potencial poluidor; e da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);
- Regulamentação dos Cartões Frota pelo Banco Central; e
- Defender um planejamento no uso de biocombustíveis, principalmente o teor de biodiesel na mistura com óleo diesel fóssil, que promova maior previsibilidade e segurança técnica para os agentes da cadeia.

Temas abordados nas reuniões

- Fim da vigência da MP nº 1.163, referente à redução da tributação (PIS/Cofins/Cide) sobre gasolina e etanol, com possibilidade de reoneração, em 30 de junho de 2023;
- Impactos do Renovabio/CBIOS nos preços dos combustíveis;
- Nova política de preços da Petrobras;
- Custo excessivo de regulamentação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP sem resultado comprovado – Resoluções nº 45 e nº 67;
- PL nº 2.308/2023 – dispõe sobre a definição legal de hidrogênio combustível e de hidrogênio verde;
- PL nº 6.214/2019 – altera os arts. 13 e 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para ampliar o limite de receita bruta total que possibilita a pessoas jurídicas a opção pelo regime de lucro presumido para fins de tributação. Aumentar o limite de receita bruta anual, permitido a opção do regime tributário às pessoas jurídicas pelo Lucro Presumido para R\$ 120 milhões;
- PL nº 332/2018 – altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para vedar a incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e, também, sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo contribuinte;
- PL nº 3.281/2019 – altera o parágrafo único do art. 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para atualizar o valor da pena de multa;
- PL nº 2.006/2022 – altera o art. 4º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar como crime contra a ordem econômica o não repasse ao consumidor de valores referentes à redução de tributos incidentes sobre combustíveis, praticado por refinaria ou o aumento de seu preço sem justificativa;
- PL nº 78/2022 – altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, com objetivo de garantir que as reduções de ICMS cheguem ao preço final aos consumidores;
- PL nº 385/2023 – acrescenta § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor que o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI), por si só, não descaracteriza o trabalho em condições especiais que justifiquem a concessão de aposentadoria especial e dá outras providências;
- PL nº 2.050/2022 – dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de contadores diferenciados de preço dos combustíveis e

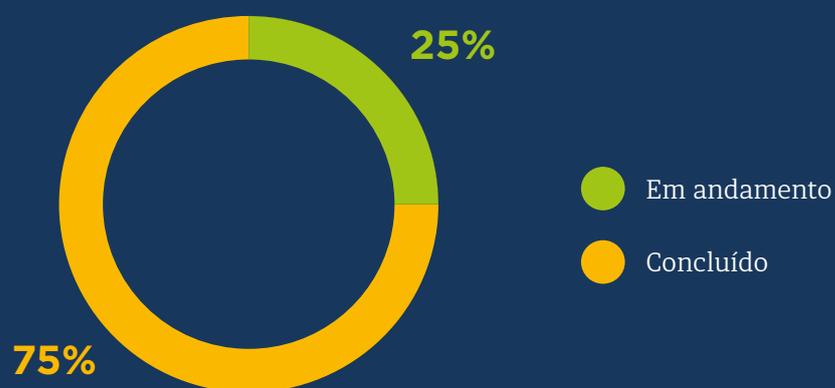
dos tributos incidentes na operação, além da instalação de equipamento emissor de cupom fiscal nas bombas de combustíveis em estabelecimentos que efetuem venda a varejo de combustíveis;

- PL nº 2.368/2020 – altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para proibir a exigência de galonagem mínima para aquisição de combustíveis; e institui multa em caso de descumprimento;
- PL nº 3.299/2021 – regulamenta a profissão de frentista e dá outras providências;
- PL nº 3.592/2020 – altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para estabelecer a obrigatoriedade de os postos revendedores de combustíveis automotivos informarem as especificações técnicas da gasolina comercializada e dá outras providências;
- PL nº 4.326/2019 – dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de mangueiras transparentes nas bombas de combustíveis;
- PL nº 641/2022 – obriga os postos revendedores de combustíveis automotivos a divulgarem informações sobre quantidade e preço de seus estoques, assim como a reajustarem seus preços de modo proporcional à variação dos valores repassados pelas refinarias;
- Decisão Liminar – Ação Civil Pública / Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual de Minas Gerais – suspensão da

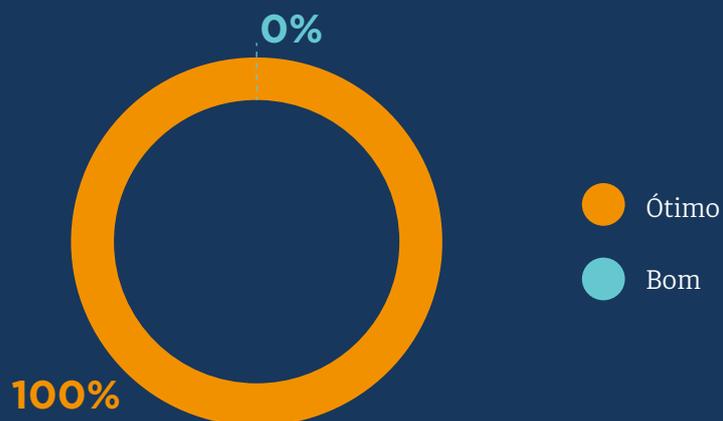
venda delivery de combustíveis e venda de distribuidoras para postos embandeirados e outra bandeira;

- Assimetrias do Renovabio – custo dos CBIOs no preço do diesel e da gasolina;
- Reforma tributária – monofasia / ad rem dos biocombustíveis, etanol hidratado ainda não contemplado;
- PL nº 302/2022 – cria a Política Nacional de Redução do uso de Diesel S-500 no Brasil;
- PL nº 4.516/2023 – dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono, o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação, o Programa Nacional de Diesel Verde e o marco legal da captura e da estocagem geológica de dióxido de carbono;
- PL nº 1.873/2021 – estabelece o Programa Nacional dos Combustíveis Avançados Renováveis com o objetivo de incentivar a pesquisa e fomentar a produção e consumo dos biocombustíveis avançados; e
- PL nº 1.501/2023 – altera o art. 1º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir os § 5º e 6º que versam sobre a criação das diretrizes de combate ao combustível adulterado.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Câmara de combustíveis discute impacto dos CBIOS nos negócios

CNC



James Thorp Neto: “É importante desmitificar a falsa ideia de que a alta de preços beneficia os postos”

A manutenção da política de preços da Petrobras e o impacto do RenovaBio/CBIOS, que visa ampliar a produção e o uso de biocombustíveis na matriz energética brasileira, também foram temas discutidos durante o encontro, que contou com a presença de especialistas e representantes de entidades do setor terciário, incluindo a Fecombustíveis e a Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Bicomcombustíveis (Brasilcom).

A relevância do setor de combustíveis e lubrificantes, considerado estratégico por influenciar toda a cadeia dos demais segmentos do comércio, foi destaque na abertura do mais recente encontro da Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC), órgão consultivo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A reunião foi realizada no dia 20 de junho, na sede da Confederação no Rio de Janeiro, contando com a condução do coordenador da CBCC, James Thorp Neto, a presença do coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC, Luiz Carlos Bohn, e das demais lideranças que integram o órgão.

Entre os tópicos tratados no encontro, o destaque vai para o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1.163, que reduziu as alíquotas de contribuições de PIS/Cofins/Cide, incidentes sobre os combustíveis gasolina e etanol, tendo o coordenador da CBCC enfatizado a necessidade de atenção dos empresários à retomada da tributação.

“É importante trabalharmos para mostrar a complexidade do sistema de combustíveis e desmistificar a falsa ideia de que a alta de preços é positiva para os postos, quando, na verdade, ela inibe o consumo. Quanto mais barato, melhor para todos”, ressaltou Thorp.

Acompanhamento legislativo

A Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC contribuiu para o encontro apresentando as pautas legislativas que estão sendo acompanhadas em sua tramitação no Congresso Nacional, incluindo projetos de lei que versam sobre política energética do País e investimento em hidrogênio verde, políticas tributárias, de formulação



CNC

Abel da Silva Leitão, vice-presidente da Brasilcom, na reunião da CBCC, que abordou as principais pautas legislativas do setor

e exposição de preços e contribuições fiscais, além do uso de EPIs e normas técnicas, entre outras iniciativas legislativas.

“Mais uma vez, tratamos temas bem relevantes no encontro, como a questão da aquisição dos CBIOS e RenovaBio, que precisa ser abordada com muita atenção para garantir o equilíbrio, além da importância do apoio institucional que a CNC

oferece, por meio do acompanhamento legislativo, que é fundamental para o setor de combustíveis, para que possamos dialogar e apresentar o posicionamento do segmento”, afirmou James Thorp Neto.

CBCC debate delivery de combustíveis e impactos do RenovaBio



Durante o último encontro no ano da Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC), órgão consultivo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) e coordenador da CBCC, James Thorp Neto, destacou o posicionamento da Federação em relação à recente decisão do Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual de Minas Gerais (MPMG) sobre a suspensão da venda de combustíveis na modalidade delivery e venda de distribuidoras para postos embandeirados. A reunião ocorreu na sede da CNC no Rio de Janeiro, em 1º de dezembro.

Em outubro deste ano, o MPF e o MPMG obtiveram na Justiça Federal uma decisão que torna ilegal a revenda varejista de gasolina e etanol hidratado fora de estabelecimento autorizado. Fica proibida

também, aos revendedores, a permissão de comercializar combustíveis de outros fornecedores no mesmo estabelecimento (bomba branca).

“A venda de combustível por delivery é arriscada para consumidor, e não se chegou a um formato ideal de distribuição por uma série de inviabilidades, portanto, a decisão da Justiça se justifica. Além disso, o projeto é uma grande oportunidade para a prática de irregularidades e repasses indevidos ao destinatário final do produto, com obstáculos para a fiscalização”, afirmou James Thorp Neto.

Na mesma decisão liminar, foi determinada a proibição da prática de utilização da chamada “bomba branca” em postos caracterizados com uma determinada marca de distribuidoras de combustíveis. Segundo a decisão, o objetivo é evitar a prática de publicidade enganosa e a indução a erro dos consumidores.

Uma resolução de novembro de 2021 estabeleceu a permissão, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), da "bomba branca", que oferece um produto de origem distinta da marca exibida pelo posto.

Para o coordenador da CBCC, a recente decisão que proíba a prática é positiva e fortalece o direito regulatório e os direitos fundamentais do consumidor. "Com a bomba branca, o consumidor que abastece o seu veículo num posto de determinada marca pode comprar combustível de outra sem saber. É uma realidade. Portanto, a decisão obtida pelo MP-MG busca preservar a credibilidade a qualidade do produto, e dificulta o comércio irregular. Vamos observar se haverá decisões semelhantes em outras partes do País", disse James Thorp Neto.



Distorções do Renovabio

O vice-presidente executivo da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasilcom), Abel Leitão, comentou distorções e o aumento de despesas no setor gerado pela Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), que trata da produção e uso de

biocombustíveis na matriz energética brasileira e certifica produtores de biocombustíveis por meio de créditos de descarbonização, os CBIOS. 1 CBIO equivale a 1 tonelada de CO₂ não emitida pelo uso de biocombustíveis, e as CBIOS podem ser compradas pelos distribuidores.

"Primeiramente, é importante observar que é nobre qualquer iniciativa que vise à mitigação de emissões de gases causadores do efeito estufa, e apoiamos essas ações, mas o RenovaBio se desvirtuou e representa, atualmente, o item de maior custo das distribuidoras de combustíveis", disse Leitão.

Para o especialista, as metas de redução na emissão de CO₂ deveriam ser imputadas às refinarias, que são as responsáveis por decompor o petróleo em diferentes subprodutos, tais como gasolina, diesel e querosene. "De forma equivocada e contrária ao que é praticado no resto do mundo, se imputou às distribuidoras a missão de emitir menos CO₂. Ou seja, estão punindo os postos de gasolina, que, dentro da cadeia de produção, não é o ator que gera ou controla os níveis de poluição", afirmou.

Leitão observou também que os principais objetivos do RenovaBio, estabelecidos na Lei nº 13.576/2017, não foram alcançados. "Princípios básicos como metodologia, comprovação de adicionalidade, confiabilidade e temporalidade dentre outros, não estão sendo cumpridos corretamente após cinco anos do estabelecimento da lei. Aliás, neste período, foi constatado o aumento do consumo do diesel e da gasolina, ao passo que o etanol hidratado, que é o combustível mais sustentável, teve seu consumo reduzido, apesar de ter recebido subsídios", disse.

Segundo o vice-presidente da Brasilcom, o RenovaBio também causa distorções na estrutura concorrencial ao estimular a concentração do mercado a partir da compra e venda de certificações. "Atualmente, poucas distribuidoras detêm cerca de 80% do mercado, e as políticas estipuladas na RenovaBio as favorecem. Precisamos desenvolver elementos que gerem independência e sobrevida às distribuidoras menores, respeitando as boas práticas ambientais e internacionais", afirmou.

Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI)



“A CBCSI consolida sua importância para o crescimento econômico e bem-estar social no País, desempenhando papel fundamental no fortalecimento do setor imobiliário. Através de debates e ações práticas, são abordadas uma variedade de temas relevantes, resultando em contribuições significativas para soluções em desafios habitacionais.”

Pedro José Wähmann
Coordenador





Pedro José Wähmann

Coordenador

Data de criação da Câmara

15/07/1996

Outros integrantes

- AABIC-SP
- ABADI-RJ
- Ibagy Imóveis
- Secovi/PE
- Secovi/TO

Quantidade total de integrantes:

Titulares: 27

Suplentes: 18

Reuniões em 2023

12/04 - CNC-DF

06/11 - CNC-RJ

Estados integrantes do Sistema Comércio na CBCSI

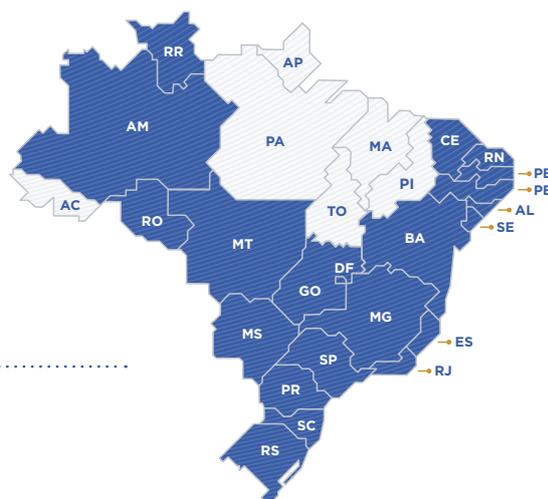
Integrantes

Titulares

- Abraão Lima Viana
- Antônio Carlos da Costa
- Cássia Ximenes
- Edilson Baldez das Neves
- Eduardo Fontes Terra da Silveira
- Érico Mota Feitosa
- Fernando Rezende
- Geraldo Barbosa de Paiva
- José Maria Miranda
- José Roberto Graiche Júnior
- José Roberto Tadros Júnior
- Kelson Gonçalves Fernandes
- Leandro Ibagy
- Leidiêne Oliveira Feitosa Prata
- Márcio Luiz de Oliveira Gomes e Silva
- Marco Sérgio Pessoz
- Moacyr Schukster
- Moira Toledo
- Nilo Zampieri Júnior
- Ovídio Maia Filho
- Rafael Thomé
- Renato Alexandre Maciel Gomes Netto
- Ricardo Hirodi Toyofuku
- Roberto Sérgio Cunha
- Ronaldo Otoch
- Veronildo da Silva Holanda

Suplentes

- Alexandre Hermes Rodrigues Corrêa
- Alexandre Schubert
- Allan Thierson Silva Costa
- Álvaro José Bicalho Caçado
- Ângelo Henrique Farias de Medeiros
- Francisca Alves da Silva
- Fernando Antônio de Oliveira Leão
- Gabriel Alessander Coelho Maranhão
- Ioav Blanche
- Jaques Bushatsky
- Leonardo da Mota Costa
- Luiz Carlos Borges da Silva
- Márcio Donato Koerich
- Paulo Roberto Brasileiro Miranda Filho
- Pedro Carlos Carsalade
- Roque Bittencourt Lopes
- Sérgio Antônio Jardim Cogoy
- Silas Paes Barbosa Junior



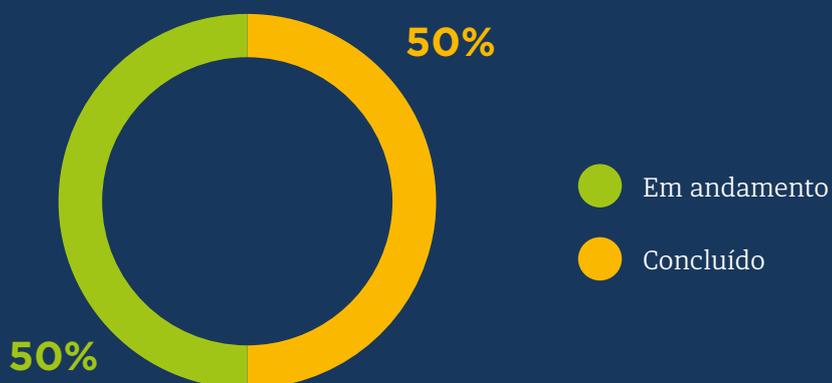
Objetivos identificados

- Encaminhar, por intermédio da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), para a Diretoria da CNC, estudos e sugestões para atuação política em defesa do setor imobiliário e de condomínios, representado pelos Secovis do Brasil;
- Analisar matérias legislativas prioritárias e o impacto das reformas governamentais para o setor, especialmente da reforma tributária, com o apoio das áreas técnicas da CNC, por intermédio da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS);
- Construir, em conjunto com a Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, a Agenda Setorial do Comércio, com a indicação de temas relevantes para o setor de comércio e serviços imobiliários;
- Fortalecer o relacionamento institucional do setor junto ao Poder Legislativo federal, com o apoio da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), através do lançamento da Agenda Legislativa e Projetos Prioritários 2023 - Comércio e Serviços Imobiliários;
- Apoiar a realização do XXI Conami, no Palácio das Artes, em Belo Horizonte (MG), evento que tem como objetivo reunir lideranças do setor imobiliário para agregar conhecimento e experiências, bem como atualização profissional em relação ao segmento de administração de imóveis e condomínios, além de estar atento às tendências;
- Fomentar a integração dos Secovis do Brasil com as Federações, Sesc e Senac, bem como fortalecer a articulação com as entidades da cadeia produtiva; e
- Fomentar o diálogo com outras instituições do mercado imobiliário, fortalecendo a cadeia produtiva da habitação como um todo.

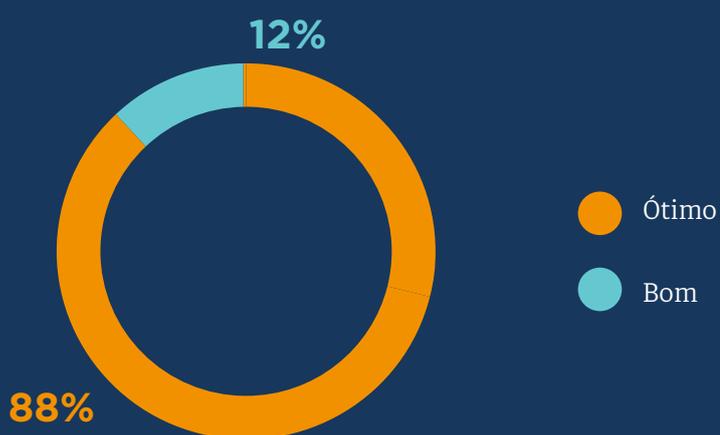
Temas abordados nas reuniões

- Reforma tributária;
- Avaliação da visita ao Congresso - Agenda Legislativa Secovis;
- Administradores de imóveis - interferências dos Conselhos e Ordens;
- XXI Conami;
- Cenário de locações;
- Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre constitucionalidade da cobrança de contribuição assistencial - extensão e entendimentos para aplicação nos sindicatos patronais - direito de oposição;
- CD PL nº 1.0572/2018 - que "altera a redação dos arts. 444 e 611-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre os limites das negociações individual e coletiva de trabalho";
- Agenda Legislativa 2024; e
- ABNT/CEE 259 - Comissão Especial de Normatização de Serviços Imobiliários.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões





Setor imobiliário refuta possibilidade de oneração em propostas legislativas

As propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso Nacional também estiveram no centro do debate na Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI), que se reuniu na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em Brasília, no dia 12 de abril.

“A CNC tem defendido ostensivamente o setor de serviços, que envolve o segmento imobiliário, na questão da reforma tributária. A entidade produziu uma série de estudos que comprova que o setor não pode ser onerado da forma como sugerem algumas propostas legislativas”, explicou o coordenador da CBCSI e presidente do Secovi-RJ, Pedro Wähmann.

CNC



Maira Toledo, do Secovi-SP, falou sobre as perspectivas e tendências do cenário de locações

O 2º vice-presidente da CNC e coordenador das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da Confederação, Luiz Carlos Bohn, destacou o acompanhamento, por parte da Confederação, de todos os debates em torno da reforma tributária. “De alguma forma vamos apoiar um projeto que venha gerar aumento tributário e estamos atentos aos impactos em cada segmento representado”, afirmou Bohn.

Estudos realizados pela CNC mostram que a aplicação das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) nº 45/2019 e nº 110/2019 implicaria um aumento médio de 84% da carga tributária, com esse índice podendo chegar a quase 200% em alguns segmentos. Para o economista da Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC Fabio Bentes, que participou da reunião, as duas PECs penalizariam o setor de serviços.

“Nossa proposta é convergir para um modelo em que setores que empregam mais possam usufruir de mecanismos de abatimento de imposto, gerando um ambiente de empregabilidade e incentivo ao setor de serviços”, afirmou o economista. “Mesmo sofrendo, ainda hoje, com os fortes impactos causados pela pandemia, o setor de serviços foi um dos grandes responsáveis pela geração de emprego e renda nos últimos anos e não pode ser penalizado na reforma tributária.”

Para o consultor tributário da CNC, Gilberto Alvarenga, aplicar mais um tributo no segmento imobiliário vai contra o que é praticado internacionalmente. “Há algumas propostas que cobram maior tributação sobre operações ligadas a bens imóveis, mas já existem tributos ligados a esse tipo de serviço. Criar mais uma escala de tributações nessas transações vai na contramão de práticas internacionais e de um modelo de política habitacional que o País precisa colocar em prática”, enfatizou.

Cenário de locações

A vice-presidente do Secovi-SP, Maira Toledo, realizou uma apresentação das perspectivas e tendências de cenário de locações, destacando que esse mercado está em crescimento desde o ano passado, por conta do aquecimento da demanda, em especial de determinados produtos, bem como pela alta dos juros, que desestimula a aquisição de imóveis.



A CBCSI é integrada, basicamente, por membros dos Secovis de todo o Brasil

“Passado o período de pandemia, a volta intensificada do trabalho presencial fez com que muitas pessoas que saíram dos grandes centros retornassem para esses locais. Como a alta dos juros dificulta a aquisição de imóveis, o aluguel ganha força e se encontra em ambiente favorável”, explicou Moira.

Segundo a vice-presidente, no entanto, é importante para o setor que se criem mecanismos de estímulo a investimentos e ampliação da oferta de imóveis. Moira citou como exemplo o Projeto de Lei nº 709/2022 como favorável ao mercado imobiliário.

“O projeto, que dispõe sobre o Imposto de Renda incidente sobre a receita proveniente da locação de imóveis residenciais, incentiva o investimento no mercado de locação residencial, além de favorecer o locador de um único imóvel que utiliza essa renda como complementação de aposentadoria. O projeto é, inclusive, uma forma de gerar o aumento de oferta e redução do déficit habitacional”, esclareceu.

Conami 2023

A 21ª edição do Congresso Nacional do Mercado Imobiliário (Conami) foi realizada pelo Secovi-MG em dezembro, em Belo Horizonte, com a entidade esperando alcançar recorde de público na participação do evento em 2023.

“O que a gente quer é que os empresários realmente tenham o desejo de participar do nosso Conami”, afirmou a presidente do Secovi-MG e da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais, Cássia Ximenes.

Segundo Cássia, a nova edição do evento acompanhou a evolução do mercado com uma agenda que colocou em pauta as principais demandas do segmento. “Nós escalamos os principais players do setor para debater as intensas transformações que o mercado sofreu nos últimos anos, principalmente em função da pandemia”, disse.

Tendências e perspectivas para o mercado imobiliário são debatidas na CBCSI

Em seu último encontro no ano, a Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), reuniu os membros do órgão consultivo, no dia 6 de novembro, na sede da entidade no Rio de Janeiro, para debater tendências e perspectivas do setor. Na ocasião, a então iminente votação da reforma tributária no Senado Federal e seus impactos foram um dos tópicos centrais da reunião capitaneada pelo coordenador da CBCSI e presidente do Secovi-RJ, Pedro Wähmann.

Felipe Tavares, economista-chefe da Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC, e o economista Fabio Bentes foram os responsáveis por apresentar um panorama da reforma tributária e seus reflexos no segmento imobiliário. Bentes mencionou a falta de indicadores oficiais que possibilitem a análise aprofundada do setor como um entrave para projeção de cálculos de uma possível alíquota do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

“Nosso setor conseguiu ser contemplado com o regime específico de tributação, e agora nós vamos desenvolver um grande esforço para levantar dados para contribuir para a formulação de

uma alíquota que não represente o aumento da carga tributária”, frisou o coordenador, que ratificou a importância do empenho conjunto para a elaboração do estudo que visa estimar cenários de alíquotas em busca de um percentual de equilíbrio para o setor imobiliário.

Wähmann também ressaltou a relevância do trabalho executado pelos representantes do segmento diante dos parlamentares no âmbito da reforma tributária e, em tópico sobre a Agenda Legislativa em 2024, reiterou a importância de novas visitas ao gabinete de deputados ligados às comissões alinhadas às pautas do setor imobiliário.

Conami 2023

O futuro do mercado imobiliário foi debatido no 21º Congresso Nacional do Mercado Imobiliário (Conami), com oportunidades de aprendizado e networking aos participantes. O evento bianual, realizado há mais de 40 anos, aconteceu no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, Minas Gerais, nos dias 5 e 6 de dezembro, promovendo uma extensa agenda de palestras, debates



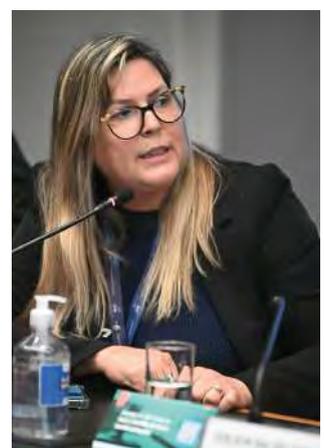
A CBCSI avaliou como o mercado é impulsionado pelas reformas estruturais da economia



e seminários, além de uma ativa programação cultural paralela. Wähmann falou sobre a relevância do evento para o setor imobiliário, destacando a importância da atualização de boas práticas, entre outras atividades.

Acompanhamento legislativo

Thaís Peters Soares, especialista da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, abordou o acompanhamento de pautas legislativas, incluindo o Projeto de Lei nº 10.572/2018, que dispõe sobre os limites das negociações individual e coletiva de trabalho; e Andreia Nogueira, advogada da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS), explicou a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da constitucionalidade da cobrança da contribuição sindical, desde que seja garantido o direito de oposição aos empregados, que deve ser feito em assembleia ou convenção coletiva.



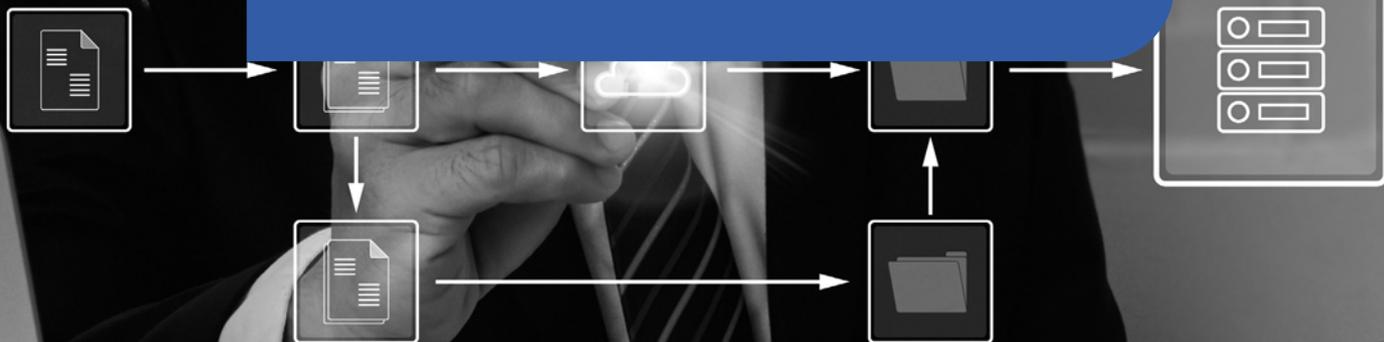
Colaboradores das áreas técnicas da CNC levaram para a reunião análises de matérias que impactam diretamente o mercado imobiliário

Câmara Brasileira de Serviços (CBS)



"A CBS tem sido uma ferramenta de suma importância aos empresários dos setores de serviços pertencentes à base sindical, na interpretação, análise, criação e divulgação de diversos temas que envolvem o setor de serviços."

Edgar Segato Neto
Coordenador





Edgar Segato Neto

Coordenador

Data de criação da Câmara

22/04/1999

Quantidade total de integrantes:

Titulares: 30

Suplentes: 26

Reuniões em 2023

03/04 - CNC-DF

29/08 - CNC-RJ

Estados integrantes do Sistema Comércio na CBS

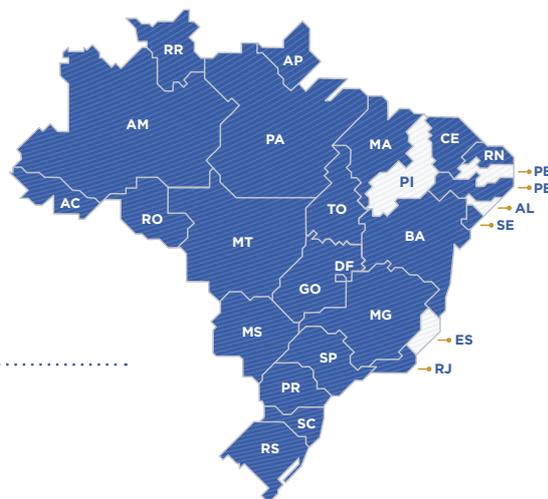
Integrantes

Titulares

- Ailton Martins dos Santos
- Alcimar Moretti
- Antônia Moura de Souza
- Armando Vergílio dos Santos Junior
- Carlos Alberto de Melo
- Daniel Mesquita Coêlho
- Daniel da Silva Amado Felício
- Edmilson Pereira de Assis
- Egídio José Garó
- Fabiano Barreira da Ponte
- Felipe Freire de Oliveira
- Herval Dórea da Silva
- Jacymar Daffini Dalcamini
- Jael Antonio da Silva
- José de Alencar Leite Magalhães
- José William Câmara Ribeiro
- Julierme Siqueira de Souza
- Liane Reis
- Luis Cesar Bigonha
- Marcelo Francisco Chiodo
- Mauro Kalinke
- Paula Márcia de Farias Lins
- Paulo Roberto dos Santos
- Raniery Araújo Coelho
- Renato Fortuna Campos
- Ricardo Costa Garcia
- Rita de Cássia de Oliveira
- Robertus Ferdinandus Maria Van Doornik
- Romeu Capra

Suplentes

- Ademar Pacheco Lopes
- Ademir dos Santos
- Alessandro Cadarso
- Carlos Antônio Borba
- Cláudio Andreoli
- Davi Aparecido Silva Pereira
- Diogo Ferri Chamun
- Fernando José Goulart Mota
- George Augusto Negócio de Freitas
- Geovane dos Reis Sales
- Gilberto Rocha Quintiliano de Souza
- Ivan Hermano Filho
- Joaquim de Castro Filho
- João Guilherme Lima de Freitas
- José Alcides dos Santos
- José Ribamar Alves Garcia
- Juliana Alcantara Moreira Mendonça
- Luiz Fernando Monteiro Bittencourt
- Luiz Rodrigues Coelho Filho
- Marcelo Clark Alves
- Márcio Henrique Vincenti Aguilar
- Miguel Ângelo de Souza Martins
- Paulo César Nauiack
- Urubatan Estevam Romero
- Wallace Rufino de Queiroz
- Wander Júnior de Carvalho



Objetivos identificados

- Oferecer melhorias às empresas na sustentabilidade do setor de serviços;
- Dar conhecimento das modificações ocorridas na esfera trabalhista organizado aos participantes da Câmara;
- Dar conhecimento dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional aos participantes da Câmara;
- Envolver vários atores da sociedade, através de reuniões/encontros, em busca de soluções para temas conflitantes entre a legislação x setor de serviços;
- Apoiar o presidente e a Diretoria da CNC com informações do setor de serviços; e
- Capacitar os integrantes da Câmara para melhor representação do setor de serviços.

Temas abordados nas reuniões

- Reforma tributária - posição atual;
- Substitutivo da Câmara nº 6, de 2016, ao PL do Senado nº 135/2010 - dispõe sobre os serviços de segurança privada e sobre a segurança das instituições financeiras, disciplinando a autorização prévia e a fiscalização da Polícia Federal para os serviços de segurança privada e para o plano de segurança em dependências de instituições financeiras; o funcionamento das escolas de formação e dos serviços orgânicos de pessoas jurídicas ou condomínios edilícios; o uso de produtos controlados de uso restrito, armas de fogo e de menor potencial ofensivo; a prestação do serviço em espaços de uso comum do povo, transportes coletivos, estabelecimentos prisionais, portos e aeroportos, estabelecimentos públicos e privados, áreas públicas; os requisitos para exercício profissional, bem como direito a seguro de vida, assistência jurídica, piso salarial fixado em acordos e convenções coletivas, que também podem ajustar a jornada de trabalho. Autoriza a instituição do Conselho Nacional de Segurança Privada;
- PL nº 4.131/2020 (apensado ao PL nº 2.278/2020) - dispõe sobre o pagamento do adicional de insalubridade no percentual de 40% aos profissionais que desempenham serviço da limpeza hospitalares e a garis coletores de lixo hospitalares e domiciliares;
- PL nº 60/2023 - acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de dispor sobre a prioridade de tramitação de processos relacionados a acidente do trabalho;
- PL nº 375/2023 - modifica a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022 para facilitação da inserção no mercado de trabalho de mulheres acima de 50 anos;
- PL nº 230/2023 - altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a intervenção sindical nas dispensas coletivas;
- PL nº 143/2023 - altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a ausência de empregado ao trabalho, sem prejuízo do salário, para comparecimento à escola de filho até 14 anos de idade;
- Reajuste do salário mínimo para R\$ 1.320 e isenção de IR até R\$ 2.640;
- Apresentação da cartilha Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- STF - decisão que valida saída do país de convenção contra dispensa sem justa causa: Convenção nº 158 da Organização Mundial do Trabalho, que proíbe demissões sem causa justificada nos países aderentes;
- STF - terceirização por pejetização: decisão reforça sua validade;
- STF - execuções trabalhistas;
- STF - indenizações por danos morais podem ultrapassar limites estabelecidos na CLT;
- STF - constitucionalidade da jornada 12x36;
- Portaria MTE Nº 2968, de 2 de agosto de 2023;
- ADIs nº 6.050 e 6.082, quanto à (in) constitucionalidade do art. 223-G, § 1º, II, III, e IV da CLT; e sobre a tarifação do quantum indenizatório nas condenações em dano extrapatrimonial, a dificuldade na fixação dos critérios objetivos para o arbitramento

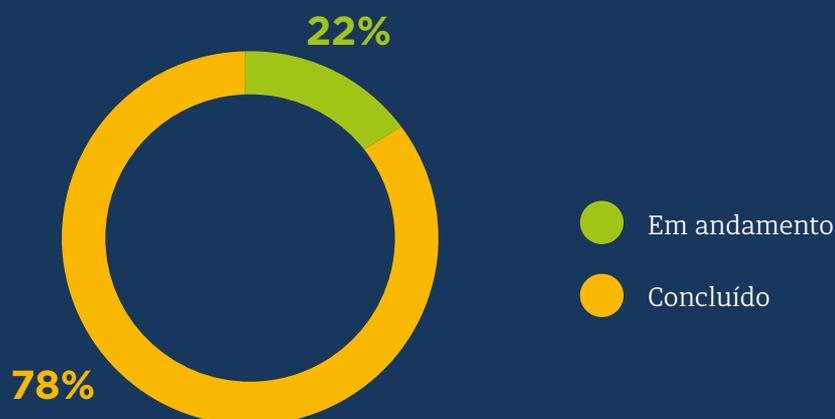
de indenização; e os princípios da segurança jurídica, da isonomia, da proporcionalidade e da razoabilidade;

- Lei da Igualdade Salarial: homens e mulheres na mesma função devem receber a mesma remuneração. Além de salários iguais, a Lei nº 14.611/23 prevê a divulgação de relatórios,

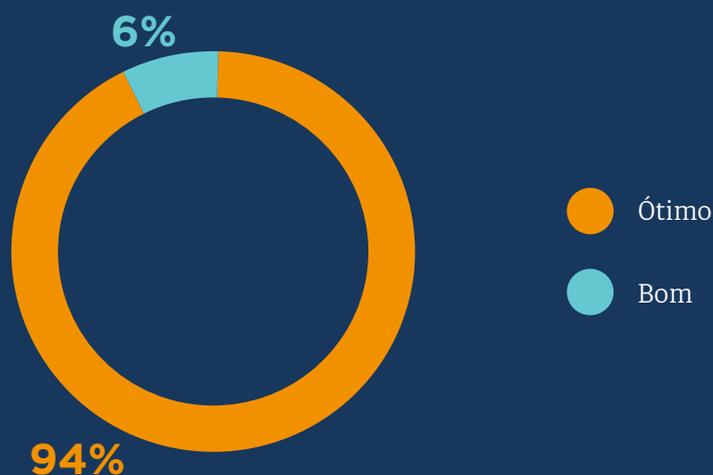
a promoção de inclusão e o incentivo à capacitação feminina;

- Reforma Administrativa; e
- PL nº 363/2023 - Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Câmara Brasileira de Serviços discute empregabilidade e peso de impostos



A falta de transparência da memória de cálculo e de um estudo técnico sobre o impacto das propostas de reforma tributária que tramitam atualmente no Congresso Nacional traz preocupação ao setor de serviços. O assunto foi a pauta principal da reunião da Câmara Brasileira de Serviços (CBS), realizada no dia 3 de abril, na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em Brasília.

O coordenador-geral das Câmaras, Luiz Carlos Bohn, fez a abertura dos trabalhos falando sobre a diversidade de representação na reunião e enfatizando que a reforma tributária vai chegar para todos. “Também sou da área de serviços, e essa reforma vai atingir principalmente o prestador de serviços pessoais. É importante destacar o trabalho da CNC, que não vem medindo esforços para contribuir para a construção de um texto justo e que atenda de fato ao setor terciário”, ressaltou.

Para o coordenador da CBS, Edgar Segato, é imprescindível estar atento à possibilidade de um fatiamento da carga tributária, no qual situações especiais possam ser regulamentadas posteriormente. “Não podemos deixar isso acontecer, porque não

sabemos o que vem lá na frente. Lei complementar não traz segurança jurídica”, apontou.

Convidado para contribuir com o debate, o economista da Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC Fábio Bentes apresentou um estudo preliminar, ainda no âmbito do Projeto de Lei (PL) nº 3.887, que trata da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), observando como ficaria o setor.

Serviços financeiros e de seguro (126,33%), hospedagem (66,32%), segurança (163,87%), asseio e conservação (172,81%), entre outras atividades do setor associadas aos diversos membros da CBS, seriam os mais prejudicados. O estudo da CNC analisou o impacto da alíquota única de 12% em 31 segmentos e concluiu que o aumento médio na carga tributária seria de 84%, considerando os tributos federais.

Como o setor de serviços é o maior empregador do País, respondendo por 37% da força de trabalho, a alíquota uniforme teria impacto direto nas vagas de trabalho. Só no último ano, o setor gerou 55% dos empregos formais. O economista observou que o governo federal, que trabalha

para unir as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) nº 45 e nº 110, não apresentou até hoje nenhum estudo comprovado sobre a memória de cálculo, nem a garantia de que a alíquota que tem sido defendida – em torno de 25% – não aumentará a carga tributária.

O presidente da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse), João Diniz, reconheceu as ações da CNC pela elaboração dos trabalhos técnicos e pela mobilização do corpo a corpo com os parlamentares. Ele citou a PEC nº 46, que já tem a premissa da simplificação, com atenção à desoneração parcial da folha. Diogo Chamun, diretor de Políticas Estratégicas e Legislativas da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), também vê com bons olhos essa PEC. “As propostas que estão em discussão terão um custo de transição muito elevado, seja com o modelo de cinco a dez anos para apurar em dois sistemas, com a capacitação de equipe, a troca de modelo e os entes públicos”, afirmou.

Acompanhamento legislativo

A Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC fez um resumo dos principais projetos de lei em tra-

mitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que têm relação direta com o setor de serviços.

O especialista executivo da DRI Reiner Leite apresentou as ações da Confederação para aprovar o Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) nº 6, que trata do Estatuto da Segurança Privada. A CNC é favorável à matéria, observando apenas a importância do cumprimento das cotas para deficientes e aprendizes, no que diz respeito a 5% dos quadros administrativos da empresa e não do quadro contingencial.

Outra matéria que tem impacto no setor é o PL nº 4.131/2020, do ex-deputado federal Delegado Waldir (União-GO), que se refere ao pagamento do adicional de insalubridade no percentual de 40% aos profissionais que desempenham serviço de limpeza hospitalar e garis coletores de lixo hospitalares e domiciliares. O projeto aguarda designação de relator na Comissão de Saúde da Câmara.

Um projeto apresentado nesta legislatura, o PL nº 60/2023, da deputada Renata Abreu (Podemos-SP), prioriza a tramitação na Justiça das ações de indenização por acidente de trabalho. Proposta semelhante tramitou na Câmara entre 2016 e 2019, mas foi arquivada (PL nº 6.545/2016).



O coordenador da CBS, Edgar Segato, alertou para um possível fatiamento da reforma tributária

CBS apresenta cartilha da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos



Material desenvolvido a pedido da Câmara da CNC norteará empresários sobre mudanças e atualizações

As pautas jurídicas pertinentes ao setor de serviços, com ênfase em temas trabalhistas, o acompanhamento legislativo e a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, foram os principais tópicos da reunião da Câmara Brasileira de Serviços (CBS), realizada na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) no Rio de Janeiro em 29 de agosto.

Na abertura do encontro, o coordenador da CBS, Edgar Segato, e o coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC, Luiz Carlos Bohn, saudaram os presentes e exaltaram a importância do trabalho realizado permanentemente pelo grupo, dando ênfase à cartilha da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, apresentada na ocasião.

“A Lei nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, está completando 30 anos e recentemente sofreu mudanças através da Lei nº 14.133/2021”, explicou Segato. “Esse material servirá de guia para que as empresas se atentem ao conjunto de procedimentos administrativos e tem por objetivo garantir a viabilização de meios procedimentais para que as necessidades do Estado sejam atendidas, de forma isonômica, eficiente, com moralidade e impessoalidade, garantindo, dessa forma, a celebração de um melhor acordo”.

O material, desenvolvido com base em tratativas da CBS com a Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS) e a Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC, traz os principais tópicos da Lei nº 14.133/2021, que entrou em vigor em 1º de abril de 2021, dando início a um período de transição de dois anos, estendido até 29 de dezembro de 2023, em que é possível a opção pela aplicação das leis anteriores ou pelo novo regime. O objetivo da lei é modernizar as licitações, desburocratizando os processos, além de garantir imparcialidade e a eficiência nos contratos celebrados com a administração pública.

A cartilha apresenta as principais mudanças da lei, sob o ponto de vista do setor de serviços, formando um material que ajudará a nortear empresários que celebram contratos com entes federativos das três esferas de gestão pública. Camila Blanco e Marcus Lima, advogados da DJS, esclareceram questões como a nova modalidade de licitação de diálogo competitivo, aplicável à contratação de serviços ou produtos estritamente técnicos, com viés inovador, bem como a inversão das fases do processo, com a habilitação sendo uma das últimas etapas, aplicável apenas à empresa vencedora, deixando de ser uma fase inicial, entre outros ajustes.

Pautas de interesse do setor

Luciana Diniz, advogada da DJS, apresentou um panorama forense de pautas de interesse do setor de serviços, incluindo a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a saída do Brasil da Convenção nº 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que proíbe demissões sem justa causa nos países signatários do pacto. A advogada lembrou que a CNC atuou desde o início do impasse na demonstração da constitucionalidade do decreto e foi autora da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 39, por entender que a Convenção nº 158 era prejudicial para os empregadores brasileiros e gerava insegurança jurídica.

Ela também comentou decisões do STF sobre temas como terceirização, indenizações ttas e constitucionalidade da jornada 12x36, bem como a obrigatoriedade de adequação à Lei da Igualdade Salarial (Lei nº 14.611/2023), que prevê igualdade de salário e de critérios de remuneração, vedando qualquer diferenciação por gênero, raça, etnia ou idade.

Especialista da Diretoria de Relações Institucionais (DRI), Reiner Leite fez um relato do acompanhamento legislativo realizado pela CNC em Brasília, incluindo temas como a reforma tribu-

tária, a reforma administrativa e projetos de lei como o Estatuto da Segurança Privada, a priorização de processos relacionados com acidentes de trabalho tramitação e a intervenção sindical em dispensas coletivas, entre outros tópicos tratados no Congresso Nacional.



Câmara Brasileira do Comércio Exterior (CBCex)



“A CBCEX tem posicionado e subsidiado as Federações do Sistema CNC através de suas atuações institucionais na área de comércio internacional. Os temas abordados em suas reuniões têm sido importante ferramenta no aprimoramento das atividades de comércio exterior em suas respectivas bases estaduais.”

Rubens Torres Medrano
Coordenador





Rubens Torres Medrano

Coordenador

Data de criação da Câmara

11/08/2015

Outros integrantes

• AEB

Quantidade total de integrantes:

Titulares: 27

Suplentes: 20

Reuniões em 2023

28/04 - CNC-DF

03/08 - CNC-RJ

Estados integrantes do Sistema Comércio na CBCEX

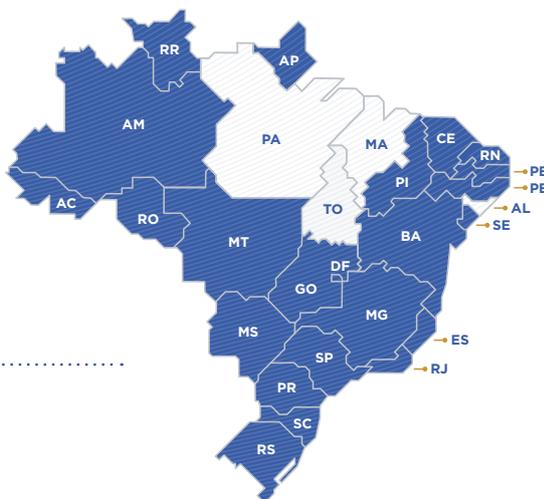
Integrantes

Titulares

- André Guimarães de Castro
- Áudrea Renata Cortes
- Cláudio do Carmo Chaves
- Darci Piana
- Denis Oliveira Cavalcante
- Egídio José Garó
- Guilherme Bottrel Pereira Tostes
- Ivan Hermano Filho
- José Augusto de Castro
- José Carlos Raposo Barbosa
- José Marconi Medeiros de Souza
- Júlio Cezar Gasparelo
- Leonardo Ely Schreiner
- Lucas Uriel de Oliveira Lima
- Luiz Fernando Monteiro Bittencourt
- Luiz Geraldo Távora Araújo
- Lysipo Torminn Gomide
- Marcílio Rodrigues Machado
- Marcus do Nascimento Cury
- Mychael Keverson Vieira dos Santos
- Otávio Santos da Silva Leite
- Rogério Marim
- Rudi Marcos Maggioni
- Sérgio Hajjar
- Sérgio Ricardo Silva Antunes
- Sérgio Roberto de Medeiros Cirne

Suplentes

- Arcione Piva
- Daniel de Paula Pinto
- David Ronaldo Bentes de Oliveira
- Edevaldo Xavier de Oliveira
- Elias de Azevedo da Cunha Filho
- Enéias Leonardo Correia Borges
- Fabiano Leal Santiago
- Francisco José Mourato da Cruz
- Henry Uliano Quaresma
- Igor Macedo Lucena
- João Carlos Gomes
- José Marcos de Andrade
- Marcelo Abrantes Silva
- Maria Yolanda Alves Herbster Neta
- Rui Lemes
- Sandro Maurício Smaniotto
- Sebastião Mario Giraldeili
- Sidemar de Lima Acosta
- Wellington de Jesus Victoriano
- Wilson Gimenez



Objetivos identificados

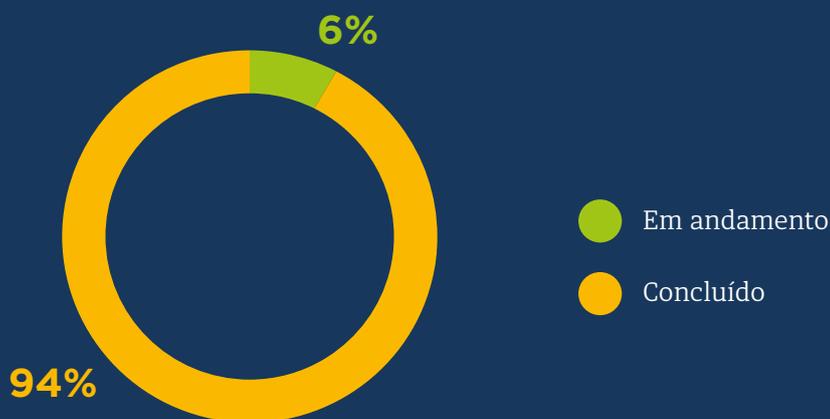
- Acompanhar e participar, de forma conjunta com a Diretoria de Relações Institucionais (DRI), das pautas dos Poderes Legislativo e Executivo sobre matérias que envolvam as questões de comércio internacional;
- Acompanhar as atividades da Frente Parlamentar Mista de Comércio Internacional e Investimento (FrenCOMEX);
- Acompanhar as atividades e manter contato com o Ministério da Economia e o Ministério de Relações Exteriores;
- Elaborar e divulgar, em parceria com a Diretoria de Economia e Inovação (Dein), os dados da balança comercial e de serviços;
- Interagir com as demais Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC nos trabalhos que envolvam a área de abrangência da CBCEX, no sentido de maior participação das empresas dos setores de bens, serviços e turismo nas atividades de comércio internacional;
- Atender a demandas e sugestões de caráter institucional/operacional e normativo apresentadas pelos membros da Câmara junto a autoridades e ministérios competentes;
- Aprimorar e manter os relacionamentos com outras entidades empresariais - CNI/CEB/CNA - nos temas de comércio internacional; e
- Colaborar com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) na criação de cursos de capacitação de mão de obra especializada em Relações Internacionais.

Temas abordados nas reuniões

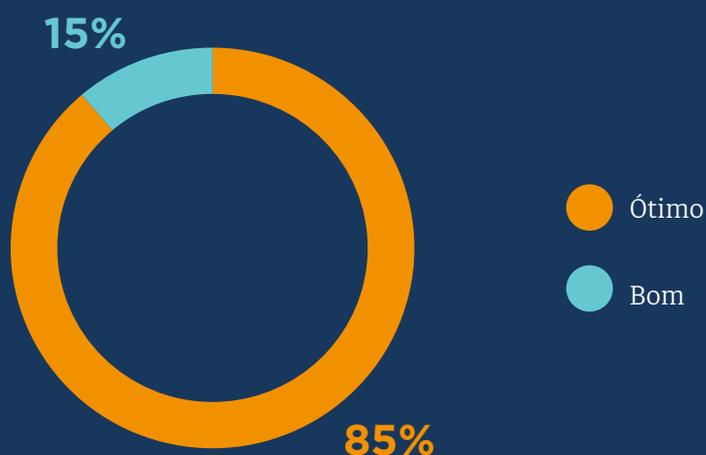
- O atual estágio das conversações sobre a implementação do acordo comercial - União Europeia-Mercosul;
- O recente julgamento do STF sobre a coisa julgada em matéria tributária e os eventuais efeitos na questão do IPI na importação para revenda;
- Balança comercial;
- Criação da Frente Parlamentar Mista dos Portos e Aeroportos;
- PL nº 1.142/2021 - altera o Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, para determinar a cobrança do Imposto sobre a Exportação nos casos comprovados de desabastecimento de produtos e de insumos no mercado interno decorrente de exportações excessivas;
- PL nº 554/2022 - dispõe sobre a concessão de financiamento e de equalização de taxas de juros vinculados à exportação de bens nacionais de alto valor agregado (Proexalto), como também a criação do Fundo de Incentivo à Exportação de Bens de Alto Valor Agregado (Fiexalto), a criação dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de Exportação de Longo Prazo (Ficex-LP) e Fundos de Investimento em Derivativos de Crédito à Exportação de Longo Prazo (Fidex), por instituições autorizadas pela CVM, e a constituição de Fundos de Investimento em Derivativos de Crédito à Exportação de Longo Prazo (Fidex);
- PL nº 537/2021 - dispõe sobre as condições e limites aplicáveis à alteração de alíquotas do imposto sobre a importação de produtos;
- PL nº 401/2020 - altera a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências, para dispor sobre os recintos alfandegados;
- PL nº 4.726/2016 - altera o art. 23 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para excluir as importações por conta e ordem de terceiros, bem como as importações por encomenda, da presunção de interposição fraudulenta nas operações de comércio exterior;
- Política externa;
- Reforma tributária - efeitos sobre o comércio exterior;

- Fórum Consultivo e Econômico do Mercosul;
- Exclusão das despesas de capatazias do cálculo do valor aduaneiro e dos tributos ICMS e IPI;
- PL nº 5.430/2019 – prorroga o prazo do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) para 31 de dezembro de 2025;
- PL nº 882/2023 – aumenta a restituição de tributos pagos por empresas exportadoras participantes do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra); e
- PEC nº 201/2019 – exclui das hipóteses de não incidência de ICMS as operações de exportação de produtos primários e produtos industrializados semielaborados, bem como os serviços prestados no exterior.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões





Embaixador da União Europeia confirma que acordo com Mercosul pode sair este ano

A União Europeia (UE) é o principal investidor no Brasil e o segundo maior parceiro comercial do País. Por conta disso, o acordo UE-Mercosul é visto como positivo para os dois blocos, pois permitirá que as empresas de ambos os lados sejam mais competitivas, negociando de forma mais aberta, sem custos excessivos. “É preciso agora vencer os desafios para que essa relação comercial se efetive e seja virtuosa”, disse o embaixador da UE no Brasil, Ignacio Ybáñez, durante a reunião da Câmara Brasileira de Comércio Exterior (CBCEx), na sede de Brasília da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 28 de abril.

“O acordo de Paris é o nosso norte, no qual cada uma das partes precisa trabalhar seus desafios, de maneira que há um esforço de negociadores dos dois blocos para se tentar chegar a uma decisão ainda este ano”, disse Ignacio Ybáñez.

O coordenador da CBCEx, Rubens Medrano, informou ao embaixador a abertura do escritório comercial da CNC em Portugal, no suporte às empresas brasileiras que atuam no comércio exterior do continente europeu, e explicou o papel das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços no apoio e assessoramento à Presidência da CNC. Ao ressaltar a participação dos representantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que tiveram a oportunidade de debater o tema da sustentabilidade, Medrano solicitou a Ignacio Ybáñez um resumo das principais tratativas políticas envolvendo o acordo de livre-comércio entre UE e Mercosul, fechado em 2019 depois de mais de 20 anos de discussões, porém ainda sem efetividade.

“Falar para um grupo que acompanha o desenvolvimento do comércio de seu país muito me honra. Nosso trabalho não é orientado para considerar somente a parte comercial, mas também



CNC

Luiz Carlos Bohn (esq.), embaixador Ignacio Ybáñez e Rubens Medrano: benefício para as empresas dos dois blocos

a parte de investimentos, que tem um valor sobre como os empresários investem seu dinheiro, numa demonstração de confiança com seu país”, destacou o embaixador.

Recentemente, a delegação da UE no Brasil, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), lançou o Mapa Bilateral de Investimentos Brasil-UE, que mapeia as oportunidades de negócio mais promissoras entre o bloco e o País.

“O Brasil é o sexto maior destino de investimento estrangeiro direto da União Europeia fora da UE. O Brasil fica atrás apenas de Estados Unidos, Reino Unido, Suíça, Canadá e Rússia. Identificamos 263 bilhões de euros em investimentos aqui, nos setores digital, de

telecomunicações, energético, de saúde e de infraestrutura”, afirmou o embaixador.

O coordenador-geral das Câmaras do Comércio e Serviços da CNC, Luiz Carlos Bohn, ao embaixador pela participação especial na CBCex e reforçou o compromisso da Confederação em trabalhar pelo trinômio segurança jurídica, democracia e livre mercado.

Balança comercial

Os recentes dados de importação e exportação do Brasil, importante indicador econômico para o comércio exterior, foram apresentados pela economista da Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC Izis Ferreira. “O primeiro trimestre foi muito positivo, com um aumento de 4,8% das exportações, recorde, inclusive, se

comparado com os últimos dez anos”, explicou a economista, atribuindo essa melhora ao fim do lockdown na China, onde as vendas cresceram 30% em março.

Acórdão do STF

O advogado da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC Fernando Mello falou sobre o recente julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou os limites da coisa julgada em matéria tributária. O Supremo estabeleceu que um contribuinte que obteve uma decisão judicial favorável com trânsito em julgado, permitindo o não pagamento de um tributo, perde automaticamente o seu direito diante de um novo entendimento que considere a cobrança do mesmo tributo constitucional.

Potencial econômico do comércio exterior é destaque em reunião da CBCEX



Sob a coordenação de Rubens Torres Medrano, os membros da Câmara Brasileira do Comércio Exterior (CBCEX), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), realizaram sua segunda reunião ordinária do ano, na sede da entidade no Rio de Janeiro, trazendo panorama e estratégias de atuação nos âmbitos da política, da economia e das relações comerciais externas do País e seu impacto no setor terciário.

Na pauta do encontro, temas como os efeitos da reforma tributária nas operações de comércio exterior, com influência na atração de investimentos estrangeiros e demanda por importações, tendo sido reforçada pelo coordenador Medrano a importância da Câmara na defesa política dos interesses do setor que ela representa.

O panorama da balança comercial brasileira no primeiro semestre de 2023, com dados apresentados por Izis Ferreira e Catarina Carneiro, economistas da Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC, mostrou saldo positivo histórico de US\$ 85 bilhões (+38%), decorrente do aumento de exportações e queda de importações, com mudanças na política monetária e alta de juros global. Com destaque no cenário das exportações brasileiras, o minério de ferro e os produtos agrícolas, sendo China e Argentina os maiores compradores do Brasil.

Dado o crescimento do volume de importações brasileiras de países que compõem o bloco econômico da União Europeia, foi ressaltada a necessidade de avançar na assinatura do acordo comercial com o bloco europeu. “O comércio exterior tem um peso grande na economia de um país, com grande impacto no crescimento do PIB. A corrente de comércio é o que cria o desenvolvimento de um país, e essas correntes são criadas por meio de acordos comerciais, sendo preciso aproveitar as oportunidades que se apresentam para expandirmos as possibilidades para o Brasil”, explicou Medrano.

Remessa Conforme

A economista Izis Ferreira apresentou os esforços da CNC no âmbito da Remessa Conforme, defendendo que empresas brasileiras tenham um tratamento isonômico na questão do imposto de importação em remessas de produtos de baixo valor (até US\$ 50 ou cerca de R\$ 250), promovendo, assim, igualdade de condições para o comércio nacional e redução do impacto econômico no varejo doméstico, dado o crescimento exponencial da importação de produtos chineses de pequeno valor. Medrano destacou a importância do posicionamento da Confederação a respeito da medida, tendo enfatizado que “a única forma de reduzir o preço para o consumidor é a concorrência”.

Oscar Nóbrega, analista da Gerência de Gestão das Representações (GGR) da CNC, comentou a presença da Confederação em evento do Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul (FCES), órgão de representação dos Estados partes do tratado, que conta com a sociedade civil dos quatro países-membros efetivos para que se expressem sobre diversos assuntos que refletem a preocupação e as aspirações dos vários setores, incluindo órgãos de representação dos empresários, trabalhadores e segmentos diversos.

O encontro também tratou de temas como a exclusão das despesas com capatazia do valor aduaneiro da base de cálculo de quatro tributos: IPI; contribuição ao PIS; Cofins; e ICMS, tendo sido frisada pelo coordenador da CBCEX a necessidade de alertar as Secretarias de Fazenda dos estados que seguem realizando a cobrança na base de cálculo do tributo local.

Sobre o acompanhamento legislativo feito pela equipe da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da Confederação, o especialista Elielson Gonçalves de Almeida apresentou projetos de lei (PLs) em tramitação, como o PL nº 5.430/2019, que prorroga o prazo do Reporto, regime tributário para incentivo à modernização e ampliação da estrutura portuária, até 31 de dezembro de 2025, tendo sido destacada a importância da medida para o aprimoramento da cadeia logística brasileira e seu reflexo positivo no comércio exterior.

Além disso, foram comentados outros projetos de lei que envolvem o Reintegra, aumentando a restituição de tributos pagos por empresas exportadoras participantes do regime especial, bem como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera dispositivos que tratam da não incidência de ICMS sobre produtos primários, produtos industrializados semielaborados e serviços prestados no exterior.



CNC



CNC

Superávit da balança comercial e posicionamento do Brasil em acordos estrangeiros norteamericanos foram temas abordados no encontro realizado no Rio de Janeiro

Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica)



"2023 se mostrou um ano de grandes incertezas, dificultando os encaminhamentos das pautas principalmente pela acomodação das funções públicas. Estamos depositando esperanças de que em 2024 tenhamos condições de dar continuidade e finalização aos objetivos de melhoria do setor."

André Luiz Roncatto
Coordenador





André Luiz Roncatto

Coordenador

Data de criação da Câmara

28/03/2008

Quantidade total de integrantes:

Titulares: 21

Suplentes: 14

Reuniões em 2023

12/05 - CNC-RJ

01/09 - CNC-RJ

Integrantes

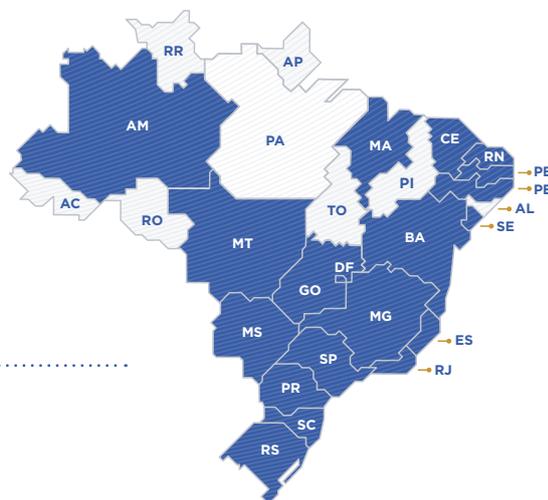
Titulares

- Adélia Cristina da Silva
- André Pincelli de Oliveira
- Antonio Josiel Santos Sousa
- Célia de Souza da Silva
- Claudênio Barbosa de Souza
- Getúlio Gomes de Azevedo
- Gilson Silveira Figueiredo
- Gustavo C. Morais
- Jodeon Sampaio Silva
- José Alberto Pereira
- José Fernando Ferreira
- Leandro Luiz Fleury Rosa
- Luiz Paulo Rodrigues Leite
- Marco Aurélio dos Santos
- Maria Aures Muniz Aires dos Santos
- Otílio Neiva Coelho Júnior
- Paulo Cançado Gonçalves
- Roberto Tenedini
- Silvino José Rodrigues de Sousa
- Tarcísio Fernandes da Fonseca

Suplentes

- Alcilea da Silva Santos
- Bohdan Baranovskyj Júnior
- Carlos Eduardo Ferreira Sardenberg
- Denério Rosales Neumann
- Francisco Regis Lobato
- Gustavo Henrique Pereira
- João Guimarães Pereira Neto
- José Geraldo Corrêa Roque
- Manoel Procópio da Silva Filho
- Marco Aurélio Sousa Brito
- Maria Lucineide da Costa
- Paulo Henrique de Carvalho Lima
- Rafael Cantini
- Roberto Sérgio Martins de Albuquerque

Estados integrantes do Sistema Comércio na CBÓptica



Objetivos identificados

- Revisar as pautas legislativas, principalmente em relação ao marco regulatório do comércio e serviços de produtos ópticos, não somente dando continuidade, mas igualmente na apresentação de novas proposições necessárias na prevenção do setor quanto a sua atuação na área de assistência à saúde;
- Promover ações visando alterações na legislação tributária sobre produto óptico;
- Fomentar a realização de eventos regionais, promovendo a qualificação profissional, com integração política, objetivando o estreitamento para implantação de projetos visando ao crescimento do setor;
- Buscar o realinhamento da classificação da atividade de risco para o comércio varejista de produtos ópticos;
- Reposicionar a atividade do Microempreendedor Individual (MEI) na esfera do comércio varejista de produtos ópticos;
- Desenvolver ações que visem ao estreitamento dos programas de Saúde Visual do Sesc na promoção das entidades ópticas, canalizando para maior participação do varejo óptico;
- Criação de um Programa Nacional de Qualidade Óptica (Óptica Credenciada), estabelecendo normativas em conformidade com as boas práticas como diferencial de qualificação, de segurança ao consumidor e no fortalecimento das entidades;
- Dar continuidade às ações que visam neutralizar os avanços crescentes do comércio informal;
- Promover e dar continuidade a iniciativas de conscientização da população sobre a importância da aquisição de produtos de qualidade comprovada; e
- Promover a ampliação de ações visando ao fomento de cursos de formação superior em optometria, tendo como base o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Temas abordados nas reuniões

- Classificação da atividade óptica por grau de risco;
- Atividade óptica exercida pelo MEI;
- Comércio de produtos ópticos em farmácias;
- Projeto Óptica Legal;
- SCD nº 07/2017 – torna obrigatória a conformidade com as normas da ABNT das armações para óculos, óculos de proteção solar, blocos de lentes, lentes oftálmicas e lentes de contato;
- PL nº 7.412/2017 – Dispõe sobre a comercialização de produtos ópticos e o licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços e produtos ópticos e afins;
- PL nº 2.118/2011 – dá nova redação à alínea a do inciso II e ao inciso V do § 2º do art. 8º da Lei 9.250, de dezembro de 1995, que “altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências”;
- PL nº 2.135/2019 – dispõe sobre a obrigatoriedade de avaliação oftalmológica e o fornecimento de óculos para os alunos do ensino fundamental, médio e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) das redes municipal e estadual em âmbito nacional;
- PL nº 2.303/2019 – proíbe a comercialização de lentes oftálmicas sem as especificações fixadas na legislação sanitária e de normatização metrológica correlata;
- PL nº 2.039/2020 – inclui no rol das atividades essenciais a comercialização de lentes de grau para óculos e lentes de contato;
- PL nº 3.932/2021 – veda a prática de abordagem pessoal de transeuntes em vias e logradouros públicos com a finalidade de induzir a contratação de venda casada de optometria e produtos ópticos e dá outras providências;
- PL nº 3.703/2021 – altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da medicina, para modificar as atividades

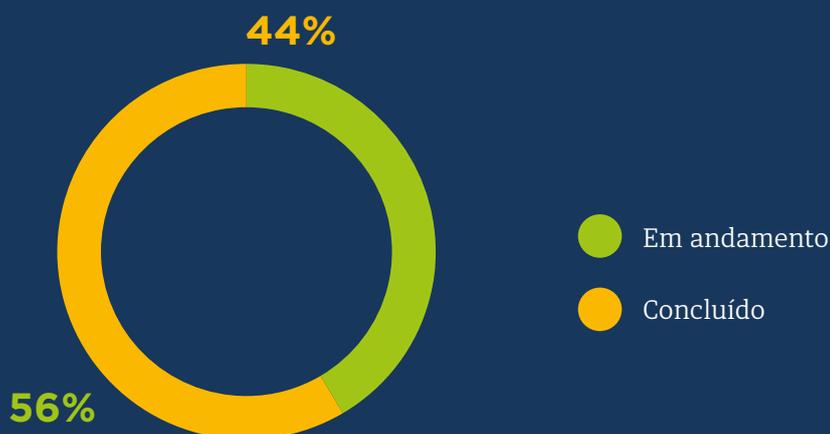
privativas de médico, elencando a realização de exame oftalmológico, a formulação do respectivo diagnóstico, a indicação terapêutica e a prescrição de órtese e próteses oftalmológicas;

- PL nº 3.716/2021 - Dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de Optometria no sistema de saúde e dá outras providências;
- PL nº 1.384/2023 - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir no campo de atuação do Sistema Único de Saúde o

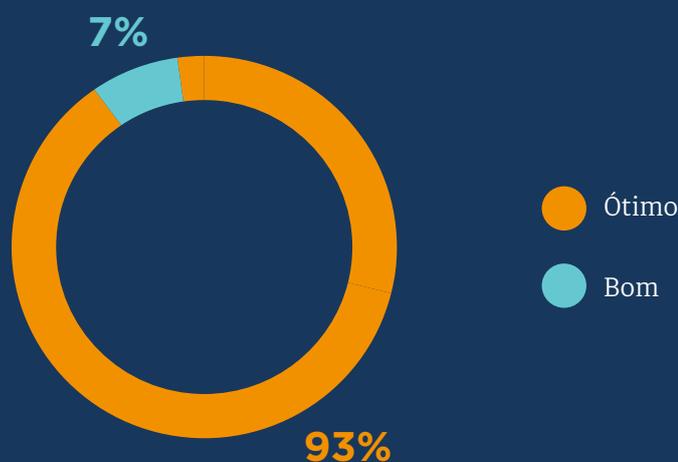
atendimento oftalmológico na atenção primária à saúde;

- Alinhamento dos propósitos das boas práticas relacionadas a prestação de serviços e dispensação das prescrições;
- Estabelecer e definir o planejamento para inclusão do varejo óptico na condição de atividade de assistência à saúde objetivando os benefícios promovidos pela Reforma Tributária;
- Curso Superior em Optometria;
- Projeto “Óptica Credenciada” - Unificação

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Análise de produtos ópticos deve ficar a cargo da ABNT e do Inmetro

As principais proposições legislativas de interesse do setor de comércio óptico estiveram em debate na reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica), realizada no dia 12 de maio, na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) no Rio de Janeiro.

O coordenador da CBÓptica e vice-presidente da Fecomércio-RS, André Roncatto, ressaltou que o acompanhamento legislativo é fundamental para determinar os rumos do comércio óptico, reforçando a “atuação do grupo na CNC, na busca pelo fortalecimento do setor no Congresso Nacional”.

O tema foi apresentado pelo especialista executivo da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da Confederação Douglas Pinheiro, que destacou o Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) nº 07/2017. O projeto estabelece que óculos e lentes comercializados no País devem obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com aprovação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e da Associação Brasileira das Indústrias Ópticas (AbiÓptica).

“Em relação a esse projeto, a CNC é favorável, mas com ressalvas. Nós entendemos que, para o setor produtivo, o processo de análise da ABNT e do Inmetro é interessante, mas em relação à AbiÓptica, não. O projeto tramita desde 2003 com textos diferentes e atualmente, está na Comissão de Assuntos Sociais, com possível relatoria do senador Eduardo Girão, que é um parceiro do setor produtivo”, disse Pinheiro.



CNC

Luiz Carlos Bohn ao lado de André Roncatto (ao microfone);

Ele também falou sobre o Projeto de Lei (PL) nº 2.303/2019, que proíbe a comercialização de lentes oftálmicas sem as especificações fixadas na legislação sanitária e de normalização metrológica correlata.

Para o especialista, o projeto pode ser aprovado na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados. Antes, porém, será objeto de uma audiência pública na Comissão. “Estamos trabalhando para que a CNC participe do debate para contribuir”, afirmou.

Também foram debatidos em pauta projetos como o PL nº 7.412/2017, que dispõe sobre a comercialização de produtos ópticos e o licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços e produtos ópticos, e o PL nº

2.039/2020, que inclui no rol das atividades essenciais a comercialização de lentes de grau para óculos e lentes de contato, entre outras.

Comércio irregular de venda de óculos

Uma nova forma de comércio de óculos em estabelecimentos que não necessariamente sejam ópticas, prática que contraria princípios da legislação vigente, também esteve em pauta na reunião. O diretor executivo do Sindióptica-RS, Roberto Tenedini, falou sobre o tema e explicou que a venda de óculos e lentes de contato em estabelecimentos não autorizados pode trazer problemas ao consumidor. “Em muitos casos, a prática ocorre sem receituário, sem avaliação de um especialista e representa um descompromisso com a saúde, podendo causar danos à visão do consumidor em caso de uso inadequado desses produtos”, explicou.

Roberto Tenedini sugeriu o fortalecimento de um movimento nacional entre entidades representativas do segmento, para “neutralizar” a prática e sensibilizar o Judiciário que, de acordo com ele, enxerga a prática apenas como uma questão de mercado, e não de saúde.



Diretor executivo do Sindióptica-RS, Roberto Tenedini

CBÓptica discute inclusão do varejo como atividade de assistência à saúde

Integrantes da Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica) voltaram a se reunir, na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) no Rio de Janeiro, em 1º de setembro, sob o comando do coordenador André Luiz Roncatto e do coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC, Luiz Carlos Bohn.

A presidente do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria (CBOO), Eriolanda Bretas, e o assessor jurídico da entidade, Fábio Cunha, destacaram a importância da reunião para estabelecer estratégias de fortalecimento do segmento e valorização dos profissionais ópticos e optometristas brasileiros.

Cunha ressaltou a conquista do julgamento definitivo dos embargos de declaração da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 131, que garantiu aos optometristas, com formação de nível superior em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, o direito de atuar na saúde primária da visão.

“A partir dessa conquista, somaremos esforços para atuar na regulamentação da profissão e em outros pleitos do segmento, como a reclassificação da atividade econômica de óptica da baixa para a média complexidade”, reforçou.

Sobre a questão da classificação de risco da atividade do comércio de produtos ópticos, o advogado da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC Fernando Cesar Thiago de Mello trouxe novas informações sobre o inquérito civil que tramita no Ministério Público Federal do Distrito Federal, instaurado em decorrência de representação formulada pela Confederação.

Os reflexos da reforma tributária no setor do varejo óptico também estavam na pauta do encontro, tendo sido pontuado pelo representante da Fecomércio-RS, Roberto Tenedini, que “o setor óptico precisa ser incluído no rol de atividades de assistência à saúde. Na reforma tributária, o setor de saúde terá um diferencial significativo, e precisamos atuar junto aos parlamentares e à Anvisa para garantir que nosso pleito seja atendido”.

CNC



O coordenador da CBÓptica, André Roncatto (ao centro), conduziu a reunião realizada na sede da CNC no Rio de Janeiro

Roberto Tenedini (ao lado) falou sobre projeto no Sul; Eriolanda e Fernando (abaixo) também apresentaram ações relacionadas ao setor



Acompanhamento legislativo

O especialista da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC responsável pelo acompanhamento legislativo de projetos pertinentes ao setor do varejo óptico, Douglas Pinheiro, falou sobre o Projeto de Lei (PL) nº 3.716/2021, que dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de Optometria no sistema de saúde; e a audiência pública a ser realizada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados, em Brasília, para debater o PL nº 2.303/2019, que pretende proibir a comercialização de lentes oftálmicas sem as especificações fixadas na legislação sanitária e de normatização metrológica correlata.

Demanda anterior da CBÓptica sobre a possibilidade de o Senac-SP oferecer o curso tecnológico superior de Optometria retornou à pauta, sendo destacados por Roncatto “a estabilidade do setor, a demanda de profissionais em busca da qualificação de nível superior e o cenário de segurança jurídica” como pontos positivos para a inclusão da oferta do curso pela instituição de ensino.



Boas práticas do setor

Também foi apresentado projeto do Sindicato do Comércio Varejista de Material Óptica, Fotográfico e Cinematográfico do Rio Grande do Sul (Sindióptica-RS), intitulado Óptica Credenciada, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. A iniciativa concede um selo às ópticas que seguem todos os preceitos legais e atendem com profissionalismo, qualidade e transparência. Roberto Tenedini, executivo do Sindióptica-RS, esclareceu que a iniciativa busca fomentar um cenário de “gestão de excelência” e que o selo teve ampla procura, tendo “motivado os não credenciados a se ajustar a normas legais”.



Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma)



“Todo setor de grande representatividade tem por trás uma entidade muito representativa. A CBFarma cumpre um mister estratégico ao reunir todas as entidades do varejo farmacêutico a fim de mapear, analisar e deliberar sobre os principais temas para o setor, promovendo, ainda, diversas ações com objetivo

de defender os interesses das farmácias. Dentre os diversos temas, destaco a interlocução com a Anvisa objetivando uma agenda regulatória sobre as receitas médicas eletrônicas, bem como a admissão e participação da CNC na ação em tramitação no Supremo Tribunal Federal que questiona a constitucionalidade das multas administrativas aplicadas pelos Conselhos de Farmácia.”

Lázaro Luiz Gonzaga
Coordenador





Lázaro Luiz Gonzaga

Coordenador

Data de criação da Câmara

15/03/2001

Quantidade total de integrantes:

Titulares: 26

Suplentes: 19

Reuniões em 2023

18/05 – CNC-RJ

16/08 – CNC-RJ

Estados integrantes do Sistema Comércio na CBFarma

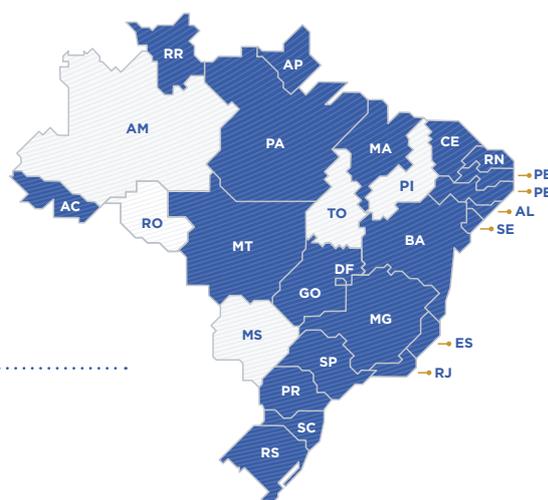
Integrantes

Titulares

- Alex Cavalcante Garcez
- Álvaro Silveira Júnior
- Antônio Roberto Bonfim
- Armando Ahmed
- Benilton Gonçalves Diniz
- Carlos Bressan
- Edenir Zandoná Júnior
- Felipe Antônio Terzeo
- Herbert Almeida da Cunha
- Idael Marques Brito
- João Aguiar Neto
- Joaquim Tadeu Pereira
- José Antonio Parolin
- José Antônio Vieira
- Lara de Souza Costa
- Leomar Rehbein
- Luiz Trindade Pinto
- Luzia Diva Cunha Dutra
- Marcelo de Castro Ferreira
- Marcelo Fernandes de Queiroz
- Maurício Cavalcante Filizola
- Natanael Aguiar Costa
- Ozeas Gomes da Silva
- Romildo Marcos Letzner
- Sérgio Mena Barreto

Suplentes

- Alessandro Cadarso
- André Bedran Jabr
- André Giffoni Pellizzaro Lima
- Carlos de Souza Andrade
- Claudisnei Machado Constance
- Deivisson Teixeira Leão
- Enildo Azevedo Pinheiro
- Francisco Ernani Rios Filho
- Francisco José dos Santos
- Hamilton Domingos Teixeira
- Jorge Alexandre Soares da Silva
- Marcelo Amigo
- Naylton Paes da Silva Júnior
- Nelcir Antonio Ferro
- Rodrigo Vasconcelos de Lacerda
- Rodrigo Vianna Santos
- Waldemario Caetano Neto
- Walter Vasconcelos Torres Vieira
- Wilson Galli



Objetivos identificados

- Firmar-se como fórum interlocutor e representativo do comércio farmacêutico diante dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e agências reguladoras;
- Fomentar discussões sobre estabelecimentos de saúde, ambiente propício e adequado para venda de produtos medicamentosos;
- Acompanhar e apontar as iniciativas necessárias para o bom funcionamento do ramo, transcorrendo os vários cenários encontrados no território nacional através da presença de membros situados em vários estados;
- Nortear os processos de tomadas de decisão das entidades que representam o setor, promovendo a coesão e o fortalecimento da defesa dos interesses do comércio de produtos farmacêuticos;
- Subsidiar os debates do setor com pareceres da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC, (DJS), bem como pelos acompanhamentos legislativos realizados pela Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC e outras áreas técnicas da entidade que eventualmente poderão ser demandadas;
- Atuar, juntamente com a DRI, visando a melhorias e adequações à realidade das legislações federais vigentes para o segmento;
- Atuar como difusor de medidas e encaminhamentos que possam auxiliar e prover o desenvolvimento do comércio de produtos farmacêuticos em todo o território nacional;
- Promover a coesão necessária para que a avaliação dos fatores que influenciam o setor possa equalizar as divergências socioeconômicas do País e fortalecer o empresariado por meio de ações convergentes e sólidas;
- Discutir, com a participação dos membros representantes de todos os estados, temas de relevância para o segmento, de forma que sejam delineados os contornos e as diversidades das regiões do Brasil que, independentemente de suas peculiaridades, devem seguir os mesmos parâmetros legislativo e regulatório; e
- Recomendar temas de pesquisa e contribuir na revisão e elaboração de normas técnicas de interesse do setor varejista farmacêutico.

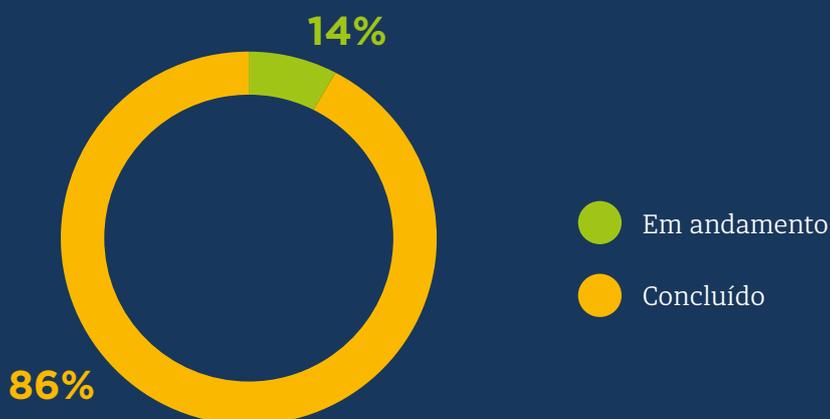
Temas abordados nas reuniões

- O impacto que o projeto da reforma tributária pode causar no setor farmacêutico;
- Ausência de cronograma de ações pela Anvisa ao Programa OEA está prejudicando o planejamento de negócios no comércio de produtos deste segmento, com efeitos em toda cadeia logística. Foi assinado convênio pré-pandemia e, desde então, não houve evolução;
- Contribuição assistencial;
- Venda de MIPs em supermercado;
- Atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) em função de novas normativas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD);
- Ação anuidade CRF/SP do Sincofarma-SP;
- Inconstitucionalidade da multa administrativa aplicada pelo Conselho de Farmácia. Discussão da matéria no Supremo Tribunal Federal (Leading Case: 1409059 – Tema 1244) – repercussão geral;
- Resolução CFF nº 739/2022 – anuidade – filiais sem capital social destacado – recentes decisões judiciais;
- Programa Farmácia Popular do Brasil – perspectivas com o novo Governo;
- PL nº 1.559/2021 – estabelece piso salarial para o farmacêutico, devido aos profissionais legalmente habilitados e no exercício da profissão, no valor de R\$ 6,5 mil mensais;
- PL nº 799/2022 – acrescenta dispositivo à Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, para dispor sobre o piso salarial do profissional farmacêutico;
- PL nº 1.774/2019 – acrescenta o § 2º ao art. 6º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para

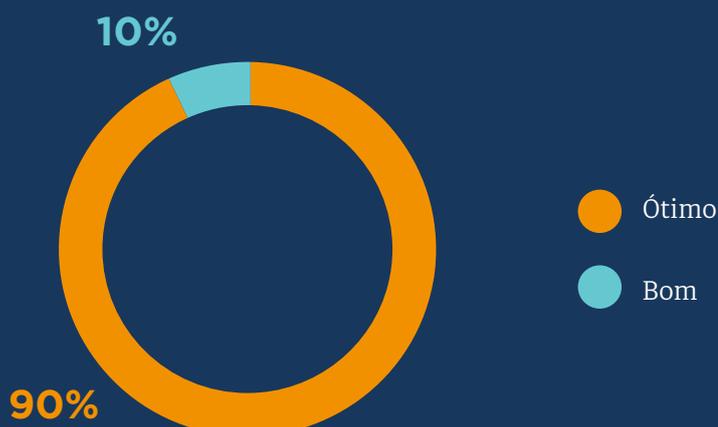
autorizar os supermercados e estabelecimentos similares a dispensarem medicamentos isentos de prescrição;

- PL nº 2.243/2019 – acrescenta dispositivo à Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, para dispor sobre a duração do trabalho dos farmacêuticos, técnicos e auxiliares de laboratório de análises clínicas;
- PL nº 5.363/2020 – altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos; e dá outras providências”, para dispor sobre a assistência de farmacêutico de forma remota;
- PL nº 491/2015 – acrescenta o art. 8º-A à Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos; e dá outras providências”, estabelecendo a dispensação fracionada de medicamentos;
- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - integração com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), através de cursos de capacitação, para empresas e colaboradores, visando à implementação de um programa mínimo de integridade em atendimento à legislação em vigor;
- Prescrição médica eletrônica – pontos de atenção para o varejo farmacêutico;
- Continuidade da norma temporária (RDC Anvisa nº 357/2020) referente à entrega domiciliar de medicamentos controlados;
- Reforma tributária (PEC nº 45/2019) – reflexos do texto aprovado na Câmara dos Deputados para o varejo farmacêutico; e
- PL nº 2.158/2023 – altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos; e dá outras providências”, para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados que disponham de farmacêutico.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Trabalho integrado de apoio ao setor farmacêutico é destaque na CBFarma

As pautas de interesse do segmento farmacêutico, com ênfase nos principais pontos defendidos pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), referentes ao projeto da reforma tributária, alinhados às demandas do setor terciário, foram debatidas no encontro da Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma), que se reuniu pela primeira vez no ano, no dia 18 de maio, na sede do Rio de Janeiro da Confederação.

A reunião foi conduzida pelo coordenador da CBFarma, Lázaro Luiz Gonzaga, que reforçou a importância da retomada de reuniões presenciais e do trabalho conjunto realizado pela Câmara. “De forma objetiva e clara, mas não menos cautelosa, nossos encontros ajudam a nortear a forma com que atuamos nos entes legislativos para reduzir resistências e trazer soluções positivas para o nosso setor”, frisou.

Sérgio Henrique, responsável pela Gerência de Gestão das Representações da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, e Gilberto Alvarenga, consultor para assuntos tributários da entidade, reforçaram os argumentos formulados pelos grupos de trabalho da instituição, já entregues a membros do governo federal e Congresso Nacional, com destaque, ao longo do encontro da CBFarma, para os tópicos de interesse do segmento de produtos farmacêuticos, tais como as peculiaridades das cobranças do Simples, ICMS e PIS/Cofins, este último com ampla margem de discrepâncias, dada a classificação nas listas positiva, negativa e neutra.

“Ainda não há uma reforma legislativa concreta, e sim propostas que serão congregadas em um grande projeto. Dessa forma, formulamos as premissas, ordenando as expectativas do comércio que deverão nortear qualquer proposta que venha a tramitar. Os tópicos incluem o aumento da base de arrecadação, combatendo a sonegação e a alta carga tributária; uma real

simplificação de tributos, para garantir celeridade e segurança aos negócios; e a não cumulatividade de impostos, possibilitando uma garantia constitucional”, explicou Alvarenga.



CNC

Gilberto Alvarenga, consultor para assuntos tributários da CNC, reforçou o posicionamento da instituição, já entregue aos membros do governo federal e do Congresso Nacional

O Projeto de Lei (PL) nº 1.559/2021, que estabelece um piso salarial de R\$ 6,5 mil para farmacêuticos, além de um adicional de 10% do piso para o farmacêutico responsável técnico (RT), também foi pauta da reunião. Em uníssono, os membros da CBFarma apontaram o risco da proposta à manutenção dos pequenos negócios, sobretudo nas regiões economicamente menos desenvolvidas, que correspondem a 60% dos empreendimentos farmacêuticos do País. Segundo dados apresentados pelo presidente da Abcfarma, Rafael Espinhel, o impacto econômico nos negócios seria de R\$ 2,8 bilhões.

Também compuseram a pauta o acompanhamento legislativo realizado pelos membros da CBFarma e pela Diretoria de Relações Institucionais da CNC em Brasília, em corpo a corpo com parlamentares e representantes de todo o País, sobre temas como a inconstitucionalidade da multa administrativa aplicada pelo Conselho de Farmácia, com base em múltiplos do salário mínimo (Leading Case 1409059), e o PL nº 491/2015, que dispõe sobre o fracionamento de medicamentos.

“As Câmaras são órgãos consultivos da Confederação que ajudam a esmiuçar os problemas,

sob a ótica dos profissionais das áreas, auxiliando, assim, na tomada de decisões da nossa presidência”, reforçou Bohn.

As perspectivas de mudança do programa Farmácia Popular do Brasil, os gargalos do programa Operador Econômico Autorizado (OEA), as boas práticas para o incremento da contribuição sindical e a adequação do setor ao tratamento de dados sensíveis, conforme regula a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), também foram apresentados durante o encontro da CBFarma.

CBFarma: parceria com o Senac visa à capacitação sobre a LGPD

A segunda reunião da Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma) em 2023, conduzida por seu coordenador, Lázaro Luiz Gonzaga, e pelo coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, reuniu representantes do setor na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) no, no Rio de Janeiro, em 16 de agosto. Logo na abertura, Gonzaga ressaltou a importância do encontro, dada a diversidade regional da Câmara, órgão de assessoramento da CNC. “Atuamos junto aos sindicatos e associações de forma colaborativa, através do diálogo permanente, com foco nos itens prioritários para o setor”, destacou.

O tópico inicial debatido foi uma resposta ao encontro anterior da Câmara, sobre a necessidade de adequação dos estabelecimentos farmacêuticos à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Antonio Henrique Borges Paula, assessor de Relações Institucionais do Senac DN, e Fernanda Pedrosa, assessora técnica do Senac DN, esclareceram que, desde junho, o Departamento Nacional do Senac vem recebendo demandas de representantes da CBFarma. A

instituição iniciou, então, um mapeamento dos cursos aderentes à temática, de forma a colaborar para que os estabelecimentos, de acordo com o seu modelo de negócio, pratiquem o uso e o armazenamento adequados dos dados dos clientes, incluindo o tratamento das informações que constam no receituário médico retido pelas farmácias no ato da venda, por exemplo.

“Importante ressaltar que a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais pode variar de acordo com o porte do estabelecimento. Ou seja, uma grande rede de farmácias não terá o mesmo tratamento de uma farmácia independente. Dessa forma, há a necessidade de customizar o tipo de curso fornecido pelo Senac para cada modelo de negócio”, esclareceu Borges Paula.

O presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (ABCFarma), Rafael Espinhel, destacou os possíveis impactos negativos da prescrição médica eletrônica, com o crescimento da prática irregular de indicação direta do estabelecimento varejista para compra do medicamento e retenção das receitas pelas plataformas utilizadas pelos médicos para emissão da prescrição. “A falta de regulamentação da



A Câmara também debateu os impactos da reforma tributária e projetos de lei em tramitação



matéria prejudica o setor varejista farmacêutico, podendo nos tornar reféns dessas plataformas e provocar a perda de espaço concorrencial”, pontuou Rafael. Corroborando a opinião, Sérgio Mena Barreto, CEO da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), afirmou que “esse é o tema mais importante no nosso horizonte nos próximos anos e tem que ser regularizado urgentemente”.

Rafael Espinhel destacou o viés positivo da prorrogação, até 21 de setembro de 2023, da norma temporária da Anvisa nº 357/2020, que libera a entrega de medicamentos controlados em domicílio, tendo sugerido que “caberia um posicionamento favorável à efetivação da norma”.

Durante a apresentação sobre o impacto da reforma tributária no setor varejista farmacêutico, o presidente da ABCFarma destacou “a necessidade de uma atuação conjunta no Senado Federal para apontar as repercussões da reforma no setor”. O coordenador da CBFarma reafirmou o empenho da CNC na defesa do segmento. “Não é possível suportarmos o aumento da carga tributária”, disse Gonzaga. “Esperamos algo que seja mais equânime e possa, sobretudo, beneficiar também o consumidor, aumentando sua capacidade de compra.”



Lázaro Gonzaga (no alto, ao microfone), Rafael Espinhel e Antonio Henrique

Também em pauta, projetos de lei pertinentes ao setor varejista farmacêutico que tramitam no Congresso Nacional, que foram apresentados por Espinhel, com destaque para o debate sobre a fixação de um piso salarial para o profissional farmacêutico, além de projetos que pretendem determinar a assistência, remota ou física, de um farmacêutico durante todo o período de funcionamento do estabelecimento, entre outros temas legislativos.

Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC)



“O setor do comércio de materiais de construção é muito sensível às questões de financiamento ao consumo. Assim, as tarifas das operadoras de meios de pagamento e linhas de crédito como as do Construcard são temas permanentes em nossa Câmara.”

José Wenceslau de Souza Júnior
Coordenador



José Wenceslau de Souza Júnior

Coordenador

Data de criação da Câmara

24/04/2006

Quantidade total de integrantes:

Titulares: 22

Suplentes: 19

Reuniões em 2023

30/06 – CNC-DF

22/11 – CNC-DF

Estados integrantes do Sistema Comércio na CBMC

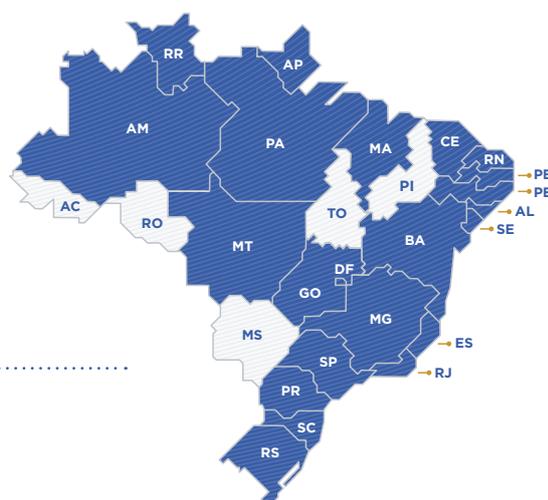
Integrantes

Titulares

- Aderson Santos da Frota
- Ademilson Milani
- Antônio Carlos Aguiar
- Antônio Sousa Pereira
- Arcione Piva
- Bráulio Rezende Filho
- Geraldo Cordeiro de Jesus
- Irma Alves Fernandes
- João Clineu Lima da Silva
- José Gilton Pereira Lima
- José Manoel de Almeida Santos
- Julio Gomes Ferreira
- Ladislao Pedroso Monte
- Lavanery Campos Wanderley
- Lesio Romulo Contarini Junior
- Luiz Antônio Beserra Lacerda
- Luiz Ricardo Nunes
- Marconi Barros dos Santos
- Pedro Augusto Lima Krahenbuhl
- Pedro Coelho Nasser
- Robson Santos Pereira

Suplentes

- Ademir dos Santos
- Alexandre Jalles Cohim Moreira
- Arthur Georges Guillou
- Cláudio Araújo de Lima
- Divino Lindomar dos Reis
- Dorivan Costa Ferreira
- Evandro Valença Batista
- Fábio Augusto Cover Sbeghen
- Jorge Rechia Guarezi
- José Ailton Oliveira Santos
- José Cid Sousa Alves do Nascimento
- Marcantoni Gadelha Souza
- Marcel Ângelo Sampaio Góes
- Marcos Antonio de Oliveira Silva
- Paulo Henrique de Ângelo
- Rodrigo Vianna Santos
- Ronaldo Sielichow
- Rafael Gipiela
- Simon Sanches dos Santos



Objetivos identificados

- Identificar gargalos do processo produtivo;
 - Criar estratégias de ação para a solução dos problemas, para que o setor de material de construção tenha um melhor ambiente de negócios;
 - Estabelecer critérios para identificar as oportunidades que norteiam o desenvolvimento da cadeia produtiva do segmento, mantendo o foco sempre nas suas definições, orientações e clareza nas discussões de políticas públicas;
 - Estratégias e diretrizes serão importantes para acompanhar as questões do setor comercial específico e da atividade e e suas atribuições;
 - Aprimorar as relações do empresariado com o sistema confederativo, que defende os interesses do setor junto aos setores Governamentais, com a finalidade de melhorar o relacionamento entre os atores que representam cada setor como um todo;
 - Temas importantes para um melhor ambiente de negócios:
- A volta do Construcard (crédito efetuado pela Caixa Econômica Federal), que ajuda nas pequenas reformas e, conseqüentemente, com o crescimento de emprego e renda e, claro, com o aumento econômico;
 - A volta do BB Construção (crédito efetuado pelo Banco do Brasil), também uma grande alavanca das pequenas reformas e construções que auxiliam no crescimento da renda e geração de emprego;
 - Combater as vendas diretas, sem critérios, praticadas pelas indústrias (criar ferramentas, campanhas e diálogos permanente com os atores das vendas direta);
 - Buscar uma legislação diferente para as vendas on-line. Nossas empresas físicas estão virando showrooms, e o custo operacional e os impostos acarretam a concorrência desleal; e
 - Rever com urgência o marco regulatório da taxaço na energia fotovoltaica, que, a partir de 7 janeiro de 2023, ficou em 15%

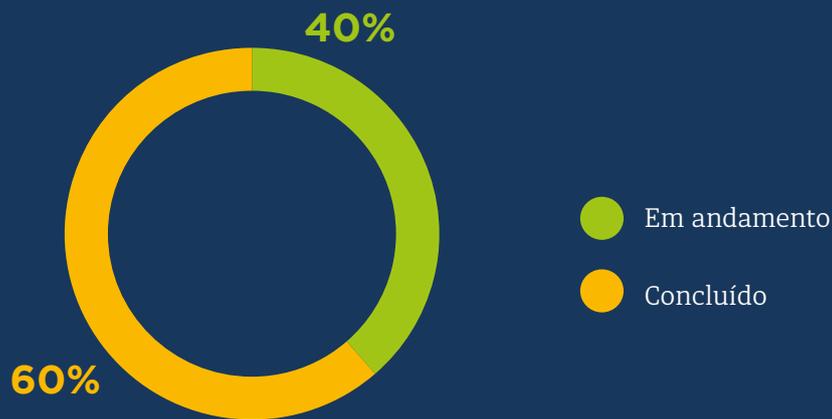
Temas abordados nas reuniões

- Desenvolver um programa de qualificação específica para o setor de material de construção;
 - Buscar alternativas de regulamentação na atividade MEI, regime que é um empecilho para as empresas que trabalham em outros regimes tributários;
 - A isenção da CESTA BÁSICA de material de construção já existe em alguns estados, e precisamos estender para o restante;
 - A metodologia do Construcard tem que ser revista, com melhores taxas, valores maiores, prazos mais longos e menos burocracia;
 - Buscar uma linha de crédito para fomentar ainda mais o setor, como o da Farmácia Popular, programa em que o governo dá um subsídio para os remédios. Nossos materiais básicos são grandes fomentadores do Programa Minha Casa, Minha Vida;
 - Criar critério para as compras on-line, que vêm cada vez mais prejudicando o comércio físico.
- Temos que ter uma tributação diferente e melhor fiscalização comércio eletrônico;
- Empresas com CNAEs de material de construção em geral têm de ter melhores taxas em cartões, financeiras e bancos, que sejam atrativas para reformas e para o setor de material de construção. Sabemos que o setor atende consumidores que já planejaram a reforma ou até mesmo a construção da casa própria, ou seja, não têm compras por impulso, como em outros segmentos;
 - Criar uma campanha nacional de combate às vendas diretas;
 - PL nº 57/2021 – dispõe sobre a criação das centrais de negócios, altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências;
 - PL nº 316/2021 – altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para reduzir a pena imputada aos crimes contra as relações de consumo, e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para

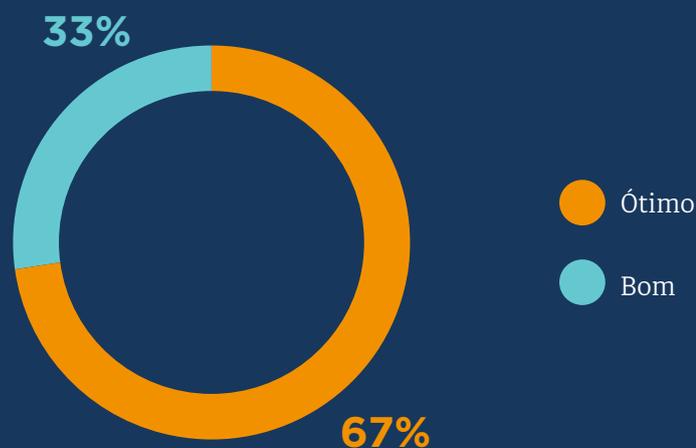
estabelecer a inversão do ônus da prova para a comprovação pelos fornecedores da adequação dos seus produtos ou serviços ao consumo e ao uso;

- PL nº 4.415/2021 – altera a Lei nº 13.999, de 2020, com objetivo de prever a possibilidade de renegociação de créditos concedidos no âmbito do Pronampe;
- PL nº 65/2023 – suspende parte da resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que alterou as regras sobre conexão e faturamento de usinas de micro e minigeração distribuída (Resolução Normativa 1.059/23);
- Os impactos da reforma tributária e soluções que ajudem esse impacto;
- Apresentar o modelo de sustentabilidade de Federações e sindicatos;
- Buscar uma tributação diferenciada para regular as vendas via internet;
- Buscar incentivos fiscais, em alguns produtos comercializados pelo setor, destinados ao consumidor de baixa a essa classe, criar uma qualificação para ser inserida no mercado de trabalho;
- Buscar melhores taxas em cartões, financeiras e bancos, que sejam atrativas para reformas com material de construção;
- PL nº 3.141/2023 – cria o Programa Cartão Reconstruir e dá outras providências; e
- PL nº 1.992/2003 – autoriza a movimentação da conta vinculada do FGTS para aquisição de terreno, material e pagamento de mão de obra.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Comércio de materiais de construção vê demanda por qualificação de mão de obra

A Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC), que reúne lideranças empresariais e sindicais do setor, promoveu sua reunião ordinária, no dia 30 de junho, sob o comando do presidente da Fecomércio-MT, José Wenceslau de Souza Júnior, novo coordenador do colegiado.

Foi o primeiro encontro do ano, realizado na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em Brasília, e contou com a participação de novos membros que passaram a integrar o grupo. O coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, fez um resumo do papel consultivo das câmaras e desejou boas-vindas a todos.

Uma das principais demandas do setor, mapeada pelos membros da Câmara, é a necessidade de qualificação profissional de mão de obra com foco em vendas, atendimento e logística. A assessora técnica da Diretoria de Educação Profissional do Senac DN, Kelly Teixeira, foi convidada para falar como a instituição pode apoiar essas solicitações.

“As Câmaras Brasileiras constituem um espaço legítimo de apresentação das demandas, as quais servem de base para o desenvolvimento de programas de qualificação pelo Senac. Nosso compromisso é atender às demandas de formação profissional das empresas que compõem o Sistema Comércio, e para isso temos metodologias preparadas para atuar tanto nas competências técnicas quanto nas comportamentais”, explicou.

Kelly informou que o Senac desenvolveu uma websérie, intitulada Qualidade do Atendimento ao Cliente, composta por três vídeos educacionais que compartilham boas práticas de atendimento para os profissionais do setor de material de construção. “Essa foi uma demanda deste colegiado na época da pandemia”, informou.



José Wenceslau, coordenador da CBMC, conduziu a reunião realizada em Brasília

O Senac também já atua fazendo a ponte entre formação e empregabilidade em boa parte dos estados. Segundo Kelly, está sendo estudada a concepção de um projeto que pretende fomentar o banco de oportunidades, ou banco de talentos, em todo o País. “Há possibilidade de realizar parcerias com o Senai, visando à oferta de cursos de natureza mais técnica, relacionados às competências específicas que perpassam o setor industrial”, completou.

Presente na reunião, o presidente da Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção (Acomac) de Mato Grosso, Fabio Sbeghen, falou da experiência aplicada no estado. “Para entender e mapear as principais demandas e carências do segmento de material de construção, fizemos uma pesquisa com os empresários do setor, elencamos os pontos de deficiência em termos de qualificação profissional e, com base nas informações, criamos, em parceria com o Senac, a Academia da Construção, a fim de pre-

parar força de trabalho para o segmento por meio da realização de uma série de cursos em municípios de todo o estado.”

Outro tema debatido foi o aumento de Microempreendedor Individual (MEI) para atendimento do setor. Os participantes observaram o crescimento de profissionais, nessa modalidade, que passaram a adquirir materiais de construção para o consumidor final.

O advogado da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC Cécito Esteves explicou que a regulamentação do MEI envolve um forte componente social, não sendo, portanto, exclusivamente econômico. “Trata-se de uma norma com amparo constitucional que visa não apenas aumentar a empregabilidade e a formalização no mercado de trabalho, mas também proteger pessoas em situações de vulnerabilidade. Dessa forma, torna-se muito difícil restringir a atuação dos MEIs. É uma dificuldade que não é exclusiva do segmento de material de construção”, ponderou.

Esteves ressaltou que é importante que o segmento identifique aspectos de distorção na atuação dos MEIs que possam ser restringidos, pontualmente, perante órgãos públicos, “a fim de buscar contornar a situação sem violar disposições constitucionais”.

Construcard

A economista da Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC Catarina Carneiro da Silva fez um resumo da linha de crédito Construcard, apresentando uma sugestão de plano de ação para focar a experiência do usuário.

Geraldo Defalco, presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco), compartilhou com os membros da CBMC a reunião de que participou com a vice-presidente da Caixa Econômica Federal, em São Paulo. Defalco informou a intenção do banco de retomar a linha do cartão Construcard em condições diferenciadas.

CBMC: empresários debatem impactos da reforma tributária e desafios do setor

A reforma tributária foi tema central da reunião ordinária da Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC) que reuniu lideranças empresariais e sindicais do setor no dia 22 de novembro, em Brasília.

No encontro, coordenado pelo presidente da Fecomércio-MT, José Wenceslau de Souza Júnior, os impactos da reforma e soluções que ajudem a suavizar o aumento da carga tributária do setor de serviços tiveram ênfase debate, que teve como convidado o deputado federal Coronel Assis (União Brasil-MT).

O parlamentar falou sobre responsabilidade fiscal, investimento no mercado brasileiro, autonomia dos estados e municípios na gestão dos impostos arrecadados, destacando a importância do comércio para o País e o papel do Congresso Nacional na defesa dos interesses do setor. “Sabemos que o comércio é responsável pela grande maioria da geração de empregos no Brasil e pela arrecadação tributária no País. De-

fender o setor é defender os interesses de quem produz e promove os interesses das cidades, sendo a geração de empregos e a arrecadação de impostos nossos deveres.”

Na abertura da reunião, o consultor e advogado Marcus Vinícius França apresentou aos integrantes da CBMC um cenário do que muda no País com a aprovação da nova reforma tributária e com a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), o que coloca o Brasil no topo do ranking da média do IVA, no comparativo com outros países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conhecido como “clube dos ricos” e média de 19% de IVA.

Segundo cálculos e nota técnica elaborada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), com a reforma, haverá um aumento de até 200% na carga tributária do setor de serviços e de até 40% no setor do comércio, considerando a alíquota do IVA dual aprovada pelo Senado Federal (CBS e IBS) em 27,5%.



CNC

França destacou ainda seis pontos importantes na proposta da nova reforma tributária, que prevê a unificação de cinco impostos incidentes sobre o consumo, com alíquota menor para saúde, educação e cesta básica, cashback, IPVA para jatinhos, iates e lanchas, além da criação do Fundo de Desenvolvimento Regional.

Em sua apresentação, França citou o projeto Eficiência Tributária, da Fecomércio-MT, como instrumento de justiça social e educação tributária somados à tecnologia. Ele considerou ainda a necessidade de as empresas buscarem, neste momento, eficiência fiscal e tributária, antevedendo agora possíveis problemas e se preparando positivamente para a transição do modelo híbrido, que já começa em 2026.

Senso de pertencimento das empresas

A geração de valores para a obtenção do senso de pertencimento, por meio da representatividade das empresas, foi destaque da segunda apresentação do encontro da CBMC, realizada pelo superintendente da Fecomércio-MT, Igor Cunha.

Cunha elencou os principais métodos de relacionamento, gestão e serviços para atingir resultados esperados e apresentou aos empresários um novo modelo de gestão, com menos segregação e mais geração de valor para as pessoas, para as empresas e para a sociedade.

Sobre os desafios do setor, o superintendente da Fecomércio-MT mencionou seis ações necessárias: conquistar a confiança dos associados; qualificar as suas lideranças; profissionalizar a gestão; planejar e entregar resultados para a sociedade; gerar a própria receita; e ser relevante no debate público.

Ele ressaltou também que, com o propósito de senso de pertencimento, há valorização da diretoria, da identidade organizacional e dos colaboradores. “Os sindicatos precisam ter rotinas de reuniões, calendário de eventos internos, uma diretoria coesa, investir em confraternizações, em assessoria de imprensa, agendas ativas de pautas institucionais, setoriais e políticas. As agendas ajudam a gerar valores. É preciso ter gestão com boas práticas, ferramentas, ideias, monitoramentos, reuniões, promoção de eventos e diálogos constantes”, avaliou.

O presidente da Fecomércio-MT e coordenador da CBMC complementou a apresentação e reforçou que o senso de pertencimento contribui para a valorização dos sindicatos. Wenceslau falou sobre o segmento e a representatividade do setor de material de construção, ressaltando que a Fecomércio-MT pratica o compartilhamento de programas de gestão de sucesso e defende o associativismo e a união. “Precisamos compartilhar o que fizemos de melhor, as boas ações e doar ao próximo”, enfatizou.



CNC

Cesta básica

Outro item da pauta do encontro foi a alíquota utilizada na cesta básica de material de construção. No Brasil, há a redução da alíquota em alguns estados, e a CBMC quer unificar e consolidar os itens da cesta para o restante dos estados do País.

Sobre o tema, Wenceslau explicou que as frentes parlamentares podem colaborar com a meta de criar e unificar uma cesta básica nacional, e assim o setor se beneficia com a redução de impostos sobre os produtos.

O vice-presidente do Conselho de Grupo Varejista da Fecomércio-RJ, Bráulio Rezende Filho, comentou que é necessário criar uma cesta básica do material de construção, assim como a



de alimentação. Ele ressaltou que, em Brasília, já existe lei aprovada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para a isenção. A ideia é seguir o modelo da capital do País em uma discussão nacional.

Bráulio Filho também apresentou o case de sucesso da Fecomércio-RJ no setor do turismo com a Tax Free Shopping. Na prática, a medida tem o objetivo de desenvolver o potencial de compras efetuadas por turistas estrangeiros, gerando estímulo para que mais compras sejam realizadas. A dinâmica, consolidada em mais de 60 países, consiste no direito de devolução ao consumidor/visitante do valor relativo ao imposto do produto adquirido.

Vendas via internet

O novo cenário do comércio com o aumento das vendas pela internet também foi tema da pauta da reunião da Câmara, com debate sobre a preocupação e a necessidade de buscar uma diferenciação na tributação do setor.

Wenceslau afirmou que é preciso aceitar a nova realidade do comércio com o universo digital, mas que é necessária uma adaptação com a criação de novas maneiras de gerir o negócio.

“Temos de adaptar e criar novos modelos de venda. Temos de repensar a nossa maneira de gestão dos nossos negócios, pois a evasão é muito grande de vendas pela internet, e a carga tributária é muito alta para nossas empresas, com lojas físicas. Estamos perdendo com essa compra via internet. É preciso repensar o negócio e adaptá-lo à realidade”, pontuou.

O coordenador da CBMC alertou para o olhar diferenciado de atendimento em uma loja física. Ele exemplificou que o atendimento pessoal pode ser aprimorado com busca de alternativas dentro da loja, atendimento de excelência, ambiente agradável e simpatia, por exemplo. “Isso não tem preço. A internet é fria. Temos de saber explorar os pontos fracos das vendas por plataformas digitais e implementar alternativas para dentro da loja. Trazer a família para as lojas, principalmente as mulheres. Hoje, a mulher é determinante em tudo. Nossas mulheres são valorosas. Temos de falar de inovação e não competir com a internet, qualificar a parte de perda e investir em qualificação de pessoas nas nossas empresas”, enfatizou.

Na reunião, também foi debatida a elaboração de uma proposta de metodologia do programa Construcard, encerrado pela Caixa Econômica Federal (CEF) em 2020. Para a CBMC, o financiamento atual de materiais para a construção civil é incipiente. Wenceslau ressaltou que o Construcard foi um case de sucesso no passado.

No fim do encontro, empresários e representantes do setor falaram sobre a organização de uma campanha nacional de combate às vendas diretas e o papel da Rede Nacional de Assessorias Legislativas (Renalegis) da CNC, que acompanha as propostas legislativas no Congresso Nacional que interferem no Sistema Comércio.

Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação e Inovação (CBTIN)



“No ano de 2023, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo editou, por solicitação da Câmara Brasileira de Tecnologia e Inovação, o guia prático sobre a utilização dos benefícios fiscais oferecidos pela Lei do Bem. Tal guia tem o propósito de estimular investimentos em tecnologia pelas micro e pequenas empresas do País.”

Antonio Florencio de Queiroz Junior
Coordenador





Antonio Florencio de Queiroz Junior

Coordenador

Data de criação da Câmara

06/02/2006

Outros integrantes

- Brasscom
- camara-e.net

Quantidade total de integrantes:

Titulares: 30

Suplentes: 23

Reuniões em 2023

02/03 - CNC-RJ

27/07 - CNC-RJ

Estados integrantes do Sistema Comércio na CBTIN

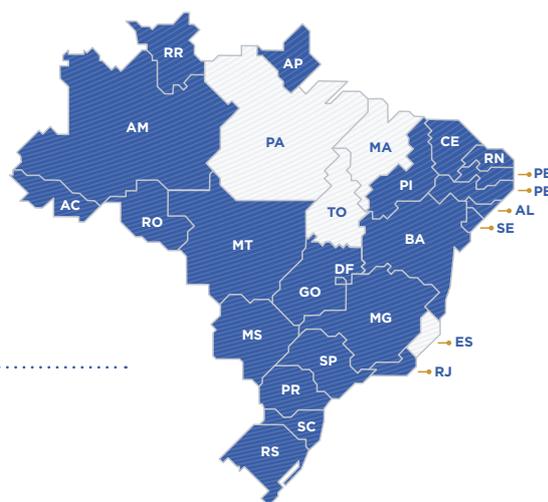
Integrantes

Titulares

- Alceu Dal Bosco
- Antônio Fabrício Araújo Ardengue
- Christian Tadeu de Souza
- Elizeu Correa Leandro
- Erik Guedes
- Geovane dos Reis Sales
- Gildo Antônio Santos
- Gilmar Tadeu Bazanella
- Guilherme Coutinho de Souza
- Iesser Anis Lauar
- Ítalo Lima Nogueira
- Jamile Sabatini Marques
- Jean Paul Torres Neumann
- Jonathan Cássio do Amorim Alves
- Laércio Furtado Ferreira
- Leonardo Augusto Furtado Palhares
- Lucas Gonçalves Vilas Boas
- Luiz Sérgio Wozniaki
- Manuel Dantas Matos
- Marcia Maria Medeiros Farias
- Márcio de Oliveira Macedo
- Marco César Chaul
- Mozart Dornelles Claret da Silva
- Percival Aracema
- Raimundo Nonato Costa Evangelista
- Ranieri Paulino de Medeiros
- Renato Muller da Silva Opice Blum
- Sergio Paulo Gallindo
- Wellington Lopes Moraes

Suplentes

- Avelino Lombardi
- André Luiz Ostermann
- Bruno Moreira
- Canísio Hartmann
- Eleandro Geres Rozan
- Erivelton Moura
- Giancarlo Silva Giacomelli
- Gianni Moreira Leitão
- Gilmar Silva de França
- Igor Ferreira Luna Louro
- Julierme Siqueira de Souza
- Júnior Cezar Vidotti
- Junivaldo Cerqueira Torres
- Luiz Fernando Monteiro Bittencourt da Silva
- Marcio Faria de Jesus
- Marcos Augusto da Silva
- Marcos Vilela Fonseca
- Mário Luiz de Barros Mawad
- Moyses Halley D'Giffa Oliveira Maciel
- Odimar Renato Grdem
- Rui Alencar
- Sergio Sgobbi
- Wagner Dimas de Carvalho



Objetivos identificados

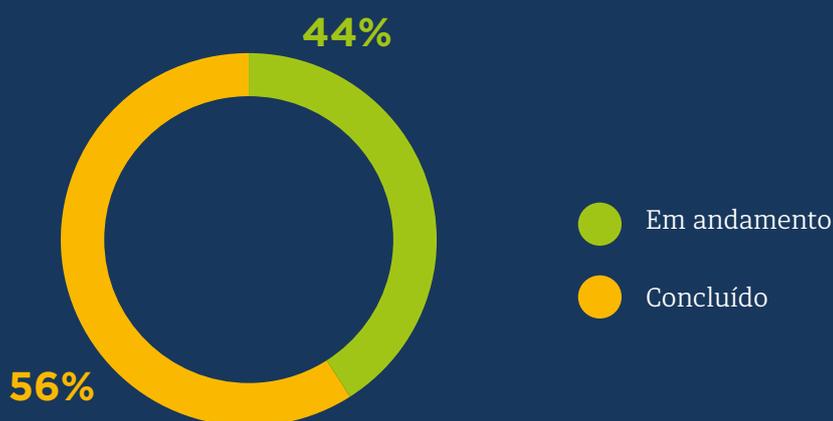
- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – o tema ainda está em início de implantação no País e precisa considerar as tendências de 2023, como as plataformas em nuvem, os superapps e a jornada do cliente (transformação digital);
- Transformação digital – neste caso, com foco na jornada digital do cliente. Passa pelo uso de Inteligência Artificial (IA), tecnologia sustentável e metaverso, com destaque para realidade aumentada (Augmented Reality - AR) e Realidade Virtual (Virtual Reality - VR);
- A formação profissional dos gestores e dos especialistas em TI – existem necessidades diferentes de capacitação para permitir o desenvolvimento tecnológico das empresas, bem como o desenvolvimento tecnológico dos profissionais de TI. O nível desse treinamento é determinante para o aumento das iniciativas de inovação no mercado nacional;
- A democratização do conhecimento e uso da tecnologia - promovendo principalmente o acesso a técnicas de gestão e artefatos de TI e não apenas a produtos prontos. Esse tipo de conhecimento pode potencializar a criatividade e a inovação dos nossos empresários e do nosso corpo técnico. O intercâmbio de conhecimento e comercial com grandes fabricantes de tecnologia pode ser um caminho interessante. Esta iniciativa vem ao encontro de temas tratados como assuntos complementares, como a escassez de mão de obra e a “fuga de cérebros para o exterior”; e
- Apoio tecnológico ao microempreendedor e MEI - providenciando recursos para redução do gap tecnológico em relação às pequenas e médias empresas. Esse apoio seria tanto com a formação profissional (técnica e de gestão) quanto com ferramentas tecnológicas para a modernização de seu empreendimento. O tema tem a ver com a democratização do uso de tecnologia no negócio, mas com um enfoque um pouco diferente do tema anterior, que é voltado para um público mais acostumado à tecnologia.

Temas abordados nas reuniões

- Banco de dados do comércio;
- IA (Inteligência Artificial) para o comércio;
- Lei Geral de Proteção de Dados (perspectiva para 2023);
- Marketplace para entidades sindicais;
- Panorama do novo Poder Executivo;
- PL nº 1.409/2022 – obriga o fornecedor varejista, no âmbito do comércio eletrônico, a manter Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC);
- PL nº 272/2022 – cria a Política Nacional de Incentivo à Implantação de Parques Tecnológicos agregando Centros de Escalonamento Tecnológico (CET);
- PL nº 976/2021 – Institui a Política Nacional de Cidades Inteligentes (PNCI);
- PL nº 5.306/2020 – inclui as startups nas diretrizes e no rol de beneficiários dos fundos constitucionais, conferindo a elas prioridade no recebimento de linhas de créditos especiais;
- PL nº 5.544/2019 – prevê a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato;
- Apresentação da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro)
- Apresentação marketplace;
- Apresentação do Manual da Lei do Bem;
- Apresentação do Painel do Comércio Eletrônico;
- PL nº 1.016/2021 – estabelece diretrizes para a criação da Plataforma Digital Pública de Empreendedorismo e Eficiência Econômica;
- PL nº 10.970/2018 – inclui programas de informática de código aberto na lista de preferência nas aquisições de bens e serviços de informática e automação;

- PL nº 5.209/2020 – inclui os § 2º, § 3º e § 4º ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de dezembro de 1990, para proporcionar clareza na divulgação de informações essenciais de produtos e serviços ofertados ao consumidor no comércio eletrônico; e
- PL nº 462/2017 – cria o Inova Simples, procedimento de apoio à inovação das empresas simples de inovação.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Inovação ganha espaço na Câmara de Tecnologia da Informação

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) adaptou a denominação da Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação (CBTI), a fim de melhor identificar o seu caráter nacional e expressar seu vínculo com a categoria econômica que representa, passando a intitulá-la de Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação e Inovação (CBTIN). A primeira reunião do colegiado em 2023, já sob a nova denominação, ocorreu no dia 2 de março, na sede da CNC no Rio de Janeiro.

“Essa mudança não é apenas uma nova nomenclatura, mas uma mudança de olhar pensando na tecnologia como instrumento para facilitar a criação de novos produtos, processos e serviços, tendo como aliada a inovação”, destacou o coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, que também é vice-presidente da CNC e presidente da Fecomércio-RS.

Inovação está frequentemente associada à tecnologia, embora ela não seja uma exclusividade desse campo. No entanto, a tecnologia é uma das principais impulsionadoras da inovação, atualmente. Para o coordenador da CBTIN, Antonio Florencio de Queiroz Junior, vice-presidente Administrativo da CNC e presidente da Fecomércio-RJ, à medida que os debates da Câmara evoluem, a abrangência e a importância do negócio se tornam maiores.

“Procuramos valorizar cada vez mais a tecnologia, valorizar ainda mais a evolução, com olhar de adequação à nossa realidade de negócios, que é do comércio. Durante muito tempo, não fomos considerados um segmento que trouxesse inovação. Andávamos a reboque de outros segmentos da economia. Mas, hoje, sem dúvida, o comércio tem demonstrado seu peso e sua capacidade de inovar, principalmente por sua resiliência e capacidade de superar obstáculos, adaptando-se rapidamente às inovações”, avaliou.

O representante da Fecomércio-CE, Raniere Medeiros, destacou uma iniciativa aplicada em Fortaleza que auxiliou os empresários cearenses: a criação de um banco de dados do comércio, com a possibilidade de cruzar a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) com os sindicatos da base da Federação, que atendem aos respectivos segmentos. Medeiros também falou sobre o uso da inteligência artificial – com a popularização de diversas plataformas – no setor do comércio de produtos, serviços e turismo.

O advogado da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC Márcio Motta explicou que a CNC possui dois bancos de dados, o Sistema BDCS (Banco de Dados da Contribuição Sindical) e o GDS (Gestão de Dados Sindicais), este último sendo desenvolvido pela Gerência Executiva de Tecnologia da

CNC



A LGPD e as iniciativas do governo federal sobre o assunto foram pautas na reunião da CBTIN



Informação (Geti) da CNC, com entrega prevista para o período de realização do evento do Sicomércio, em julho.

Iesser Lauer, da Fecomércio-MG, apresentou o marketplace para as entidades sindicais. Ele enumerou alguns modelos que vêm sendo desenvolvidos no estado, inclusive uma possível parceria com o Senac para um programa de jornada de marketplace com uma plataforma web responsiva. Marcos Chaul, presidente do Sindinformática, ligado à Fecomércio-GO, falou sobre a implantação de uma plataforma para a Federação que auxilia, orienta e qualifica serviços dos sindicatos.

LGPD

O representante da Fecomércio-AL, Jean Paul Neumann, trouxe um alerta para que os membros da CBTIN possam repassar para suas bases: os efeitos que podem decorrer, com o fim do período educativo, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Ele chamou a atenção para a dosimetria (norma que visa estabelecer parâmetros e critérios para aplicação de penalidades por descumprimento da LGPD) e a demissão por justa causa. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) publicou, em 27 de fevereiro, esse regulamento.

Para contribuir para o tema, a advogada da DJS Camila Blanco apresentou as perspectivas da LGPD para 2023, como a comunicação de inciden-

A primeira reunião do colegiado neste ano, já sob a nova denominação, foi realizada na sede da CNC no Rio de Janeiro

tes de segurança. Ela listou os tipos de incidentes, como o envio de dados ao destinatário incorreto, perda ou roubo de documentos e acesso não autorizado a um sistema de informação.

Governo federal

A Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC fez um panorama da composição do novo Poder Executivo, destacando, dentro dos ministérios, as pastas que trabalham com tecnologia e inovação. Além do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a temática vem sendo trabalhada no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, especialmente na Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços, com foco nos departamentos de Transformação Digital e Qualificação para o Novo Mundo do Trabalho e de Inovação e Novos Negócios.

Reunião da CBTIN tem lançamento do Guia Prático da Lei do Bem

A Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação e Inovação (CBTIN), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), realizou reunião ordinária, em 27 de julho, quando foi lançado o Guia Prático da Lei do Bem.

O manual, desenvolvido a partir de discussões preliminares dos membros do grupo sobre a necessidade do fomento à inovação, à competitividade e ao crescimento do setor terciário, pauta os empresários sobre enquadramento nos incentivos fiscais e na redução da carga tributária que a Lei do Bem confere.

“Entre as responsabilidades da Câmara está o fornecimento de informações que colaborem no desenvolvimento do ambiente de negócios. Considero muito importante a iniciativa da CNC em editar esse material, que compreende uma série de medidas legais para reduzir o pagamento de tributos, como IRPJ, CSLL, IPI e IRRF, e disponibilizá-lo para as pessoas jurídicas”, explicou o coordenador da CBTIN, Antonio Florencio de Queiroz Junior.

Segmentando a aplicação da Lei do Bem ao comér-

CNC, incluindo a Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), a Diretoria Jurídica e Sindical (DJS), a Diretoria de Economia e Inovação (Dein) e a Gerência Executiva de Comunicação (Gecom), além de uma parceria com a ABGI Brasil, consultoria especializada na gestão de recursos para inovação e ESG (sigla do inglês para governança ambiental, social e corporativa).

O encontro também deu luz a um projeto abarcado pelo Lab Fecomércio-RS, hub de inovação da Casa do Comércio Gaúcho, introduzido por Gilmar Bazanella, 2º vice-presidente da entidade. A plataforma ModerShop, desenvolvida pela startup Moderniza Group, reúne as funcionalidades necessárias para gestão do comércio eletrônico, como ERP, e-commerce, marketplace e sistema de logística.

A obrigatoriedade de o varejo estar em um ambiente virtual, o novo perfil do consumidor e as possibilidades de personalização e melhora da experiência no ambiente digital foram conceitos apresentados por Giovani De Zorzi, criador da plataforma.

Christian Tadeu de Souza, presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro), apresentou os números da entidade que congrega mais de 2.500 empresas de tecnologia em todo o País. Ele falou também do trabalho legislativo que realiza no acompanhamento de pautas transversais às representadas, e na captação de eventos de tecnologia que trazem visibilidade regional e nacional ao segmento.

Práticas sobre formação profissionalizante para o setor de tecnologia da informação foram destacadas por Souza, que ressaltou a importância do Senac para cumprir esse papel na capacitação de mão de obra para o setor através de cursos técnicos e de formação continuada.

O Observatório do Comércio Eletrônico Nacional, ferramenta de monitoramento lançada recentemente pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), foi apresentado por Elielson Gonçalves de Almeida, especialista da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC.



Antonio Florencio: iniciativa importante da CNC para os empresários

cio de bens, serviços e turismo, o guia traz desde o conceito de inovação tecnológica até exemplos práticos de aplicação, auxiliando os empresários na expansão de todo o potencial de seus negócios, por meio do investimento em pesquisa e desenvolvimento, aprimoramento de processos e redução de custos empresariais.

A composição do Guia Prático da Lei do Bem contou com a colaboração de diferentes áreas da

O sistema compila dados sobre a economia digital para subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas para o setor, além de balizar tomadas de decisões e investimentos das empresas que atuam ou pretendem atuar no mercado eletrônico.

Força para quem inova

A Lei nº 11.196/2005, conhecida como Lei do Bem, foi criada em 2005 e passou a vigorar no ano seguinte, oferecendo incentivo fiscal, por meio de dedução contábil, para as empresas que investem em inovação, tecnologia e pesquisa básica aplicada (P&D). A redução da carga tributária ocorre por meio de benefícios fiscais, como a redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e a empresa deve estar no regime de Lucro Real, possuir regularidade fiscal e ter obtido lucro fiscal.

“Muito embora a Lei do Bem esteja completando 18 anos em 2023, ainda é tímido o número de empresas que utilizam esse importante mecanismo

de incentivo à inovação. Para se ter uma ideia, apenas 3.012 empresas utilizaram o benefício em 2021. Assim, vemos o Guia da Lei do Bem como um importante instrumento para levar conhecimento relevante aos empresários do Brasil”, ressaltou Carina Leão, diretora de Tributos e Relações Institucionais da ABGI Brasil.



Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGAL)



“Destaco a realização de reuniões com temas da atual conjuntura, trazendo para debates importantes interlocutores. Igualmente, o aumento da participação ativa dos membros, integrando quase todos nas discussões. Finalmente, a fundamental participação das assessorias da CNC.”

Álvaro Luiz Bruzadin Furtado
Coordenador





Álvaro Luiz Bruzadin Furtado

Coordenador

Data de criação da Câmara

26/12/2012

Quantidade total de integrantes:

Titulares: 26

Suplentes: 19

Reuniões em 2023

27/04 - CNC-DF

21/09 - CNC-DF

Integrantes

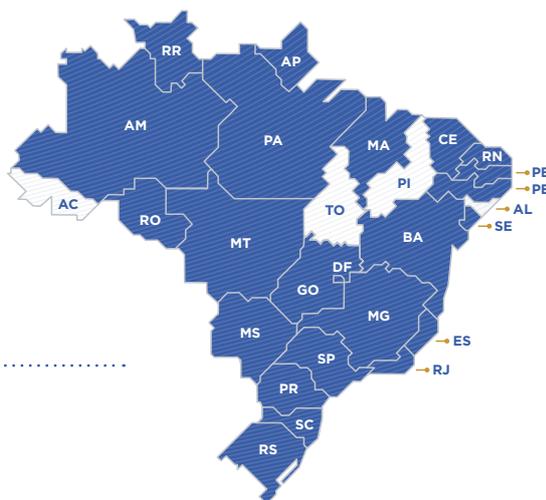
Titulares

- Adeilton Feliciano Prado
- Ademilson de Menezes Cordeiro
- Adival Gomes de Moraes
- Alberto Cavalcante Lacerda
- Alexandre Machado Maromba
- Antônio Alves Cabral Filho
- Antônio Boni
- Antônio José Ovinha Peres Osório
- Augusto César Albuquerque Roma
- Enock Lúniere Alves
- Felipe Gomes Chamma
- Geraldo Paiva dos Santos Júnior
- João Francisco Micelli Vieira
- Joaquim Pereira dos Santos
- José Darcílio Cortes Junqueira Reis
- Josué Sousa Rocha
- Jurandi Araújo da Silva
- Júlio Cezar Gasparelo
- Luis Antonio Dias
- Kassio Rodrigo Catena
- Manoel Antônio Souza Barbosa
- Romeu Luiz Zamboni
- Sérgio Murilo de Araújo Freitas
- Simone Oliveira Peixoto Chagas
- Waldês Calvi

Suplentes

- Alessandro Morbeck Teixeira
- Antonio Deliza Neto
- Carlos Américo de Freitas M. Pinho
- David Ronaldo Bentes de Oliveira
- Edivaldo Guilherme dos Santos
- Gilvan Mikelyson Delmiro de Gois
- Graco Terceiro Neto Parente Miranda
- Ivo José Zaffari
- João Tarcísio Falqueto
- José Arimatéia de Araújo Silva
- José Carlos Aranha Rodrigues
- José Egito Frota Lopes Filho
- José Robson de Oliveira
- Marcos Tasso
- Mercedes Portabales Mosquera
- Paulo Hermínio Pennacchi
- Ricardo Teixeira Batista
- Walter Hoeller de Souza
- Wellenilson Leão Sampaio

Estados integrantes do Sistema Comércio na CBCGAL



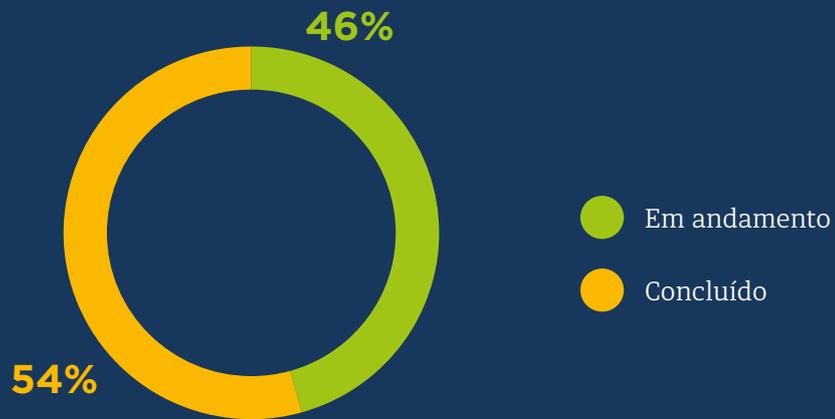
Objetivos identificados

- Preocupação com a economia em face de seu papel determinante para os resultados dos negócios do comércio de alimentos;
- Reforma tributária;
- Participação de palestrantes, autoridades do Poder Executivo e de membros do Legislativo;
- Solução para a proteção social do trabalho em plataformas;
- O trabalho da mulher e aos feriados, à luz da jurisprudência; e
- Acompanhamento das pautas legislativas, inclusive, sempre que possível, participando de audiências públicas.

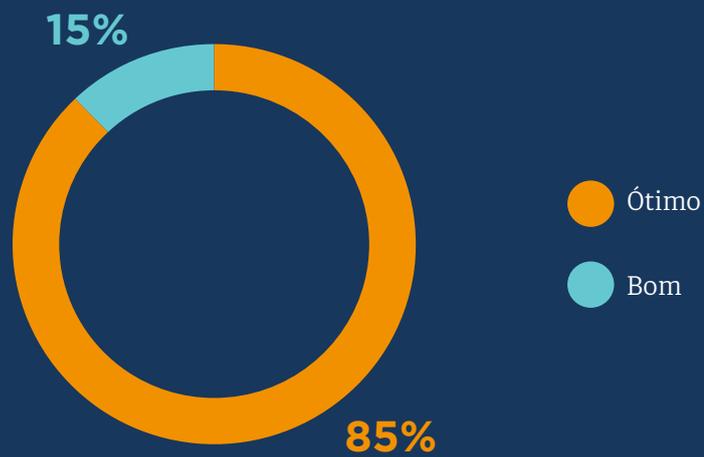
Temas abordados nas reuniões

- Reforma tributária;
- Horizontes e perspectivas para a economia brasileira e, fundamentalmente, sobre o setor de varejo e atacado de alimentos;
- Trabalho das mulheres e trabalho em feriados, à luz da recente jurisprudência;
- Visão e perspectivas do trabalho legislativo;
- PL n° 5.814/2019 apensado ao PL n° 3.361/2012 - movimentador de mercadorias e a possibilidade de aprovação - altera a Lei n° 12.023, de 27 de agosto de 2009. As atividades de que trata esta lei serão exercidas por trabalhadores sem vínculo empregatício ou em regime de trabalho avulso nas empresas tomadoras do serviço;
- Reformas trabalhista e sindical;
- Custeio sindical;
- Conjuntura econômica e perspectivas para o comércio de alimentos no último quadrimestre de 2023;
- Cotas de aprendizes;
- Movimentadores de mercadorias;
- PL n° 8.565/2017 - gôndola específica para autosserviços - dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndola específica para a exposição à venda de alimentos para fins especiais em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares; e
- PL n° 91/2015 - data de vencimento do produto no código de barras - determina a inclusão da data de vencimento do produto no seu respectivo código de barras, utilizado na sua identificação nas gôndolas e nos caixas de pagamento nos estabelecimentos comerciais.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Comércio de alimentos ainda busca recuperação de vendas no pós-pandemia

As perspectivas para a economia brasileira, especificamente para o setor de varejo e atacado de alimentos, foram destaque na reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGAL) na sede de Brasília da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no dia 27 de abril. O grupo também debateu o impacto no segmento, segundo as principais propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso Nacional.

Para Fabio Bentes, economista da Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC, o comércio varejista de alimentos ainda não se recuperou plenamente dos efeitos da pandemia e tem sofrido com problemas que nem sempre são perceptíveis ao consumidor.

“Mesmo representando o ramo mais importante do varejo, com 30% do número de estabelecimentos e geração de empregos, o setor alimentício não consegue deslanchar e alavancar o volume de vendas. O consumidor, que não observa o aumento do preço no atacado, se deixa levar por uma percepção equivocada de que o varejo de alimentos estaria tirando algum tipo de proveito da alta de preços”, avaliou.

Segundo o economista, as dificuldades impostas pelos anos de pandemia levaram o setor a realizar um reajuste médio de 14% no preço dos produtos. A variação do preço no atacado, no entanto, chegou a 17% em 2020 e 2021. “Isso significa que o varejo de alimentos teve que comprimir suas margens e cobrir seus custos. O varejista ficou numa situação intermediária entre o ajuste possível e o ajuste viável”, afirmou.

A perspectiva para os próximos anos, no entanto, não é negativa, na avaliação de Bentes. “A inflação do setor de alimentos, que no ano passado fechou em quase 15%, apresentou um patamar de 6,35% em abril deste ano, ou seja, um número bem menor. Embora a perspectiva econômica para 2023 não seja das mais positivas,

no próximo ano, o cenário tende a ser de mais tranquilidade, pois a população sentirá a descompressão dos preços, que demora um pouco a ser refletida no consumidor”, disse.

Reforma tributária

As propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso Nacional também estiveram no centro do debate promovido na reunião. O 2º vice-presidente da CNC e coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, destacou a vigilância e o acompanhamento que a Confederação tem feito em torno do tema.

“Nós estamos atentos aos impactos em cada segmento representado e estamos trabalhando para chegar a um projeto que não gere aumento tributário para o setor de serviços”, enfatizou Bohn.

Estudos realizados pela CNC mostram que a aplicação das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) nº 45/2019 e nº 110/2019 implicaria um aumento médio de 84% da carga tributária, com esse índice podendo chegar a quase 200% em alguns segmentos. Para o consultor tributário da CNC, Gilberto Alvarenga, que participou da reunião, as duas PECs penalizariam o setor de serviços.

“Precisamos chegar a uma proposta que exclua gargalos e torne o Brasil competitivo. O aumento da carga tributária não vai gerar aumento da arrecadação, vai apenas aumentar a sonegação de tributos, a informalidade e o desemprego”, ressaltou Alvarenga.

Trabalho das mulheres em domingo e feriados

A recente decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) pela condenação de empresas que não atendem ao art. 386 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que prevê a obrigatoriedade de concessão de uma folga aos domingos, a cada 15 dias, para trabalhadores que atuam em segmentos como o comércio, também esteve em pauta.

De acordo com Luciana Diniz, advogada da CNC, um posicionamento recente do Supremo Tribunal Federal (STF) reforça o entendimento do TST sobre a necessidade de folga quinzenal e sobre o entendimento de que um tratamento diferenciado às mulheres não fere o princípio da isonomia, já que, segundo o posicionamento do STF, as mulheres têm, em geral, maior responsabilidade com os cuidados da família e do lar.

Luciana destacou que o TST não condenou apenas as empresas que não cumpriram com o art. 386 da CLT, mas também aquelas que não buscaram a negociação coletiva, que, segundo a advogada, é o caminho mais seguro para as empresas que não conseguem compatibilizar a concessão das folgas às mulheres.

“A reforma trabalhista trouxe grande valorização para o negociado sobre o legislado. Para que o comércio e o trabalhador não saiam prejudicados, é importante buscar as convenções coletivas para que essa folga aos domingos seja negociada de acordo com as peculiaridades de cada categoria”, disse.



O economista da CNC Fabio Bentes participou virtualmente da reunião

Custeio e reforma do sistema sindical são debatidos na CBCGAL

A cobrança da chamada contribuição assistencial, que é o pagamento de um valor aos sindicatos, destinado para o custeio de atividades como as negociações coletivas, foi tema de debate na reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGAL), realizada em Brasília, na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no dia 21 de setembro.

Convidado a falar sobre o assunto, o sociólogo e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomércio-SP, José Pastore, comentou a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considera válida a cobrança da contribuição assistencial para custear o funcionamento de sindicatos, inclusive com possibilidade de cobrança de trabalhadores não filiados aos sindicatos, por meio de acordo e convenção coletiva de trabalho.

Pela decisão, a contribuição assistencial só poderá ser cobrada dos empregados que não são filiados aos sindicatos se forem preenchidos os seguintes requisitos: se o pagamento for acertado em acordo ou convenção coletiva dos trabalhadores da categoria; e se os trabalhadores não filiados a sindicatos derem o aval prévio e expresso à cobrança.

“A decisão do STF torna constitucional impor cobrança de contribuição assistencial tanto a empregados quanto a empregadores, já que am-

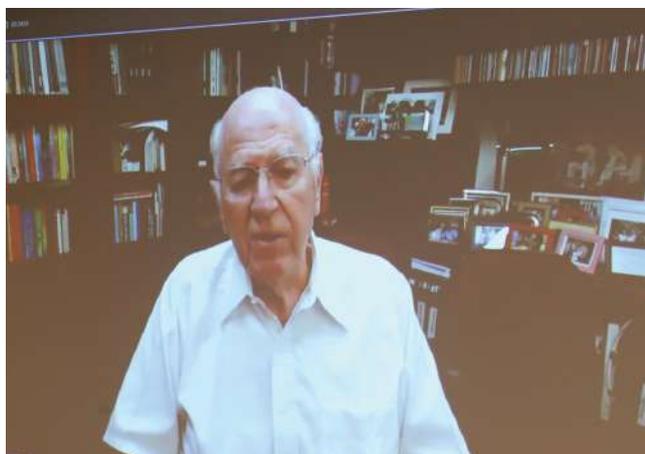
bas as categorias se beneficiam do mesmo contrato coletivo, desde que se respeite o direito de oposição. Na minha visão, há uma dificuldade básica em interpretar como esse direito de oposição seria exercido”, afirmou Pastore.

Segundo o especialista, o posicionamento do STF vai contra o que estabelece a lei ordinária. “Na minha visão, o STF deixou margem para muitas interpretações, gerando certa insegurança. O trabalhador deve utilizar o espaço da assembleia para manifestar oposição a determinada cobrança, mas se esse trabalhador tiver voto vencido, ele terá que pagar da mesma forma, pois a decisão da assembleia está calcada num direito coletivo superior ao direito individual”, afirmou.

Para Pastore, “quando se discute a validade de uma das duas posições, há uma série de argumentos, muitos deles válidos, que embasam visões opostas, possibilitando diferentes decisões no Judiciário”.

Reforma do sistema sindical

O sociólogo e assessor técnico das centrais sindicais, Clemente Ganz Lúcio, participou da reunião, de forma remota, para falar sobre o projeto de valorização da negociação coletiva e atualização do sistema sindical, que está em debate propositivo entre a representação das centrais sindicais, as confederações empresariais e o governo.



José Pastore (à esq.) comentou a respeito das contribuições; o coordenador Álvaro Furtado falou sobre o consumo

“A proposta consiste em um conjunto de regras com segurança jurídica e menor intervenção do Estado, para criar condições para que os sindicatos possam desempenhar esse trabalho de representação de maneira segura e bem estruturada. Queremos fortalecer a negociação coletiva em todos os níveis e âmbitos, para gerar soluções corretas, adequadas a cada realidade. Queremos um sistema com menor judicialização e a capacidade de solução direta entre as partes interessadas”, explicou.

Conjuntura econômica

A economista da Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC Catarina Carneiro apresentou dados sobre a conjuntura econômica voltada ao mercado de gêneros alimentícios. A especialista observou que, embora o setor tenha apresentado, no último ano, um crescimento maior que o varejo em geral, o aumento ainda é lento.

“A perspectiva para os próximos meses é de continuidade dessa evolução, porém de forma tímida. A queda recente na inflação e os eventos de fim de ano podem ser interessantes para o setor de gêneros alimentícios, tanto dentro quanto fora do lar”, disse a economista.

Para o coordenador da CBCGAL, Álvaro Furta- do, o alto nível de endividamento das famílias brasileiras tem reprimido o consumo no setor alimentício. “O que notamos é que a prioridade do consumidor, hoje, são as contas atrasadas e o resgate de crédito, situação que vem desde a pandemia. Esse quadro acaba tirando o impulsionamento do consumo no nosso setor”, afirmou.

Álvaro destacou também que é preciso estar atento para se adaptar às transformações do mercado a partir da modalidade de compra e venda pela internet. Segundo o coordenador, os consumidores têm optado, cada vez mais, pela compra on-line, por questões de tempo e segurança, afetando a venda de estabelecimentos que operam somente com lojas físicas.



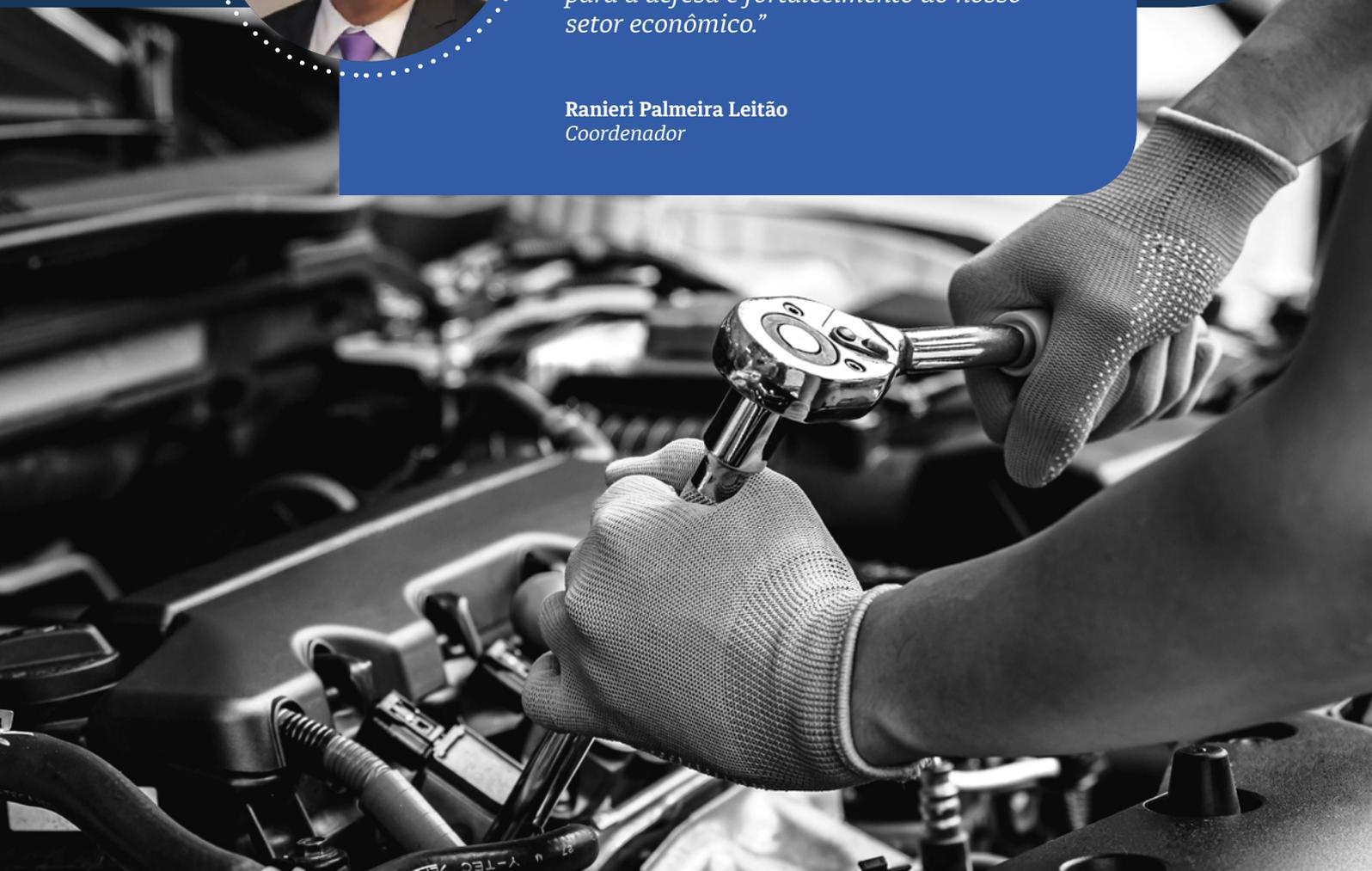
Integrantes do comércio de gêneros alimentícios participaram presencialmente da reunião

Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave)



“A CBCPave é a representação ativa do aftermarket automotivo no Brasil, transformando-se em uma esperança palpável na busca por soluções cruciais para a defesa e fortalecimento do nosso setor econômico.”

Ranieri Palmeira Leitão
Coordenador





Ranieri Palmeira Leitão

Coordenador

Data de criação da Câmara

26/12/2012

Quantidade total de integrantes:

Titulares: 24

Suplentes: 16

Reuniões em 2023

25/07 - CNC-DF

23/11 - CNC-DF

Integrantes

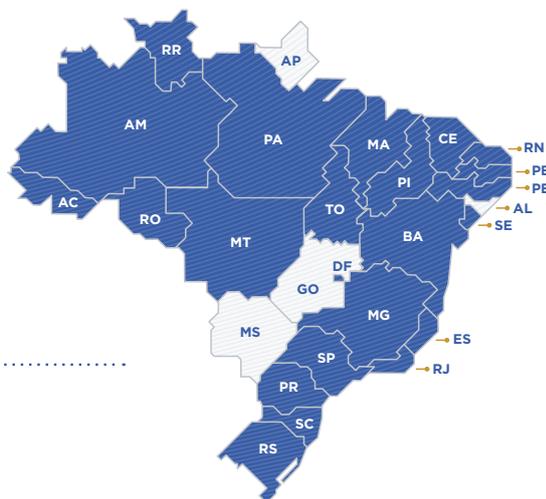
Titulares

- Adelmo de Souza L. de Matos
- Aurélio Cardoso da Fonseca
- Bento Ferrari
- Carlos Augusto Santos Filho
- Erivelton Moura
- Francisco Jorge Neto
- Genésio Teles de Carvalho
- Gisele Mari Junqueira Santos Zanon
- Gustavo de Carvalho Pereira
- Itamar Manso Maciel Júnior
- Ivan Ferreira Sampaio
- João Borges Lira
- José Carlos de Santana
- Joseane Muniz Brandão
- Márcio Olívio Fernandes da Costa
- Marco Antonio Vieira Machado
- Paulo Cesar Bonacorce Carmona
- Raimundo Valeriano Santana
- Rodrigo Francisco Araújo Carneiro
- Rodrigo Otávio Carvalho Moreira
- Sérgio Lúcio S. de Andrade
- Valdemir Alves do Nascimento
- Vicente de Paulo Ribeiro

Suplentes

- Alberes Haniery Patrício Lopes
- Alessandro Cadarso
- Bruno Souza Aguiar
- César Garcia
- Darci de Brito Veloso
- Eduardo Ramos Costa
- Eric Perin da Cruz
- Evandro Maldonado
- Eurípedes Barsanulfo Angelo
- Frutos Gonzales Dias Neto
- Gerson Nunes Lopes
- Heber Carlos de Carvalho
- Maria Yolanda Alves Herbster Neta
- Osmar Santana Lima
- Rodrigo Natal Rocha
- Schiavo Durval Fernandes Álvares

Estados integrantes do Sistema Comércio na CBCPAVE



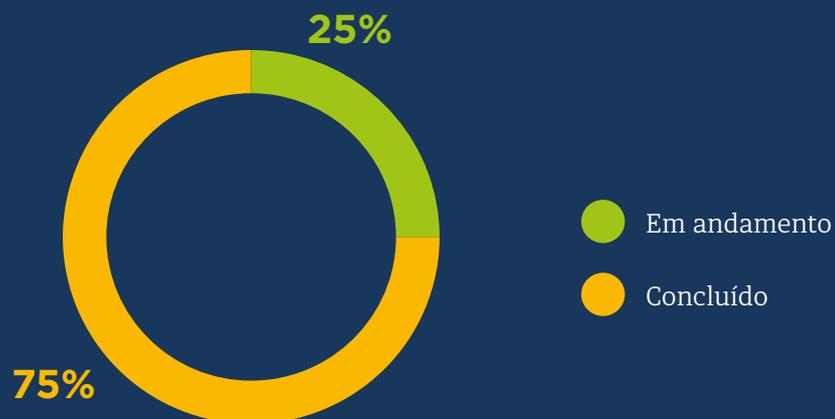
Objetivos identificados

- Inspeção técnica veicular;
- Right to Repair;
- Certificação NBR 16999/2021 (certificação de vendedor de autopeças);
- Combate a pirataria e falsificação de autopeças;
- Venda direta de pneus ao consumidor; e
- Acompanhamento das matérias legislativa do setor automotivo.

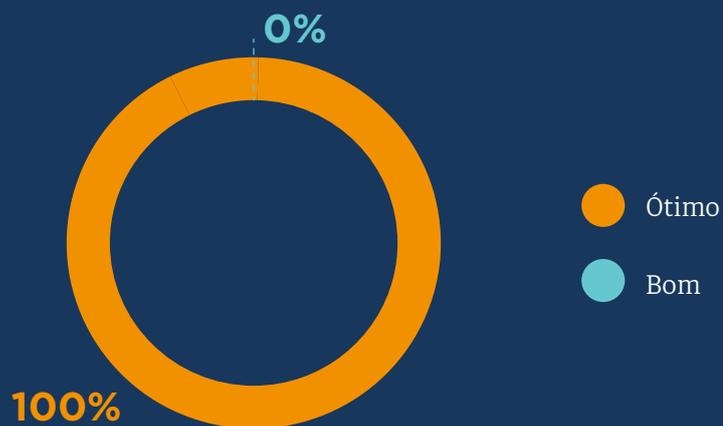
Temas abordados nas reuniões

- Inspeção Técnica Veicular (ITV): qual o entendimento do novo governo em relação à Inspeção Técnica Veicular;
- Right to Repair - Direito de Reparar;
- Certificação do vendedor de autopeças;
- PL nº 338/2015 - disciplina a oferta de peças e componentes de veículo automotor de via terrestre ao consumidor;
- PL nº 4.821/2016 (PLS nº 125/2010) - altera o fabricante e o importador de automóvel ou motocicleta a disponibilizar, em meio digital, relação contendo denominação e código de referência das peças que compõem o veículo;
- PL nº 5.301/2016 - alterar os dispositivos legais da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que tratam da vistoria de identificação veicular, da inspeção de segurança veicular, da inspeção veicular ambiental e da inspeção técnica veicular;
- PL nº 1.939/2020 - reduz a zero as alíquotas de tributos federais incidentes sobre autopeças e pneumáticos nacionais e dá outras providências;
- PL nº 4.170/2020 - estabelece a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para componentes, chassis, carroçarias, acessórios, partes e peças importados ou adquiridos no mercado interno para reparo ou manutenção de veículo utilizado no transporte escolar ou no transporte rodoviário coletivo de passageiros, bem como reduz a zero as alíquotas da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre essas operações;
- PL nº 4.215/2020 - estabelece a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para componentes, chassis, carroçarias, acessórios, partes e peças importados ou adquiridos no mercado interno para reparo ou manutenção de veículo utilizado no transporte turístico, bem como reduz a zero as alíquotas da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre essas operações;
- PL nº 5.258/2020 - altera o Código Penal, para aumentar a pena de quem vender peça automotiva falsificada;
- O futuro da mobilidade;
- Segurança veicular e redução de acidentes; e
- PL nº 2.470/2022 - dispõe sobre os incentivos fiscais às empresas reformadoras de pneumáticos, altera a Lei nº 10.865/2004 e dá outras providências.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



CBCPave reforça unidade do movimento Direito de Reparar no setor automotivo

O Right to Repair (Direito de Reparar), movimento que propõe garantir o direito do consumidor de escolher em que local realizará o conserto e a manutenção dos seus automóveis e demais meios de locomoção, foi destaque na reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave), realizada na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em Brasília, no dia 25 de julho.

O coordenador das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, abriu a reunião destacando que “o grupo realiza um trabalho permanente que prioriza pautas importantes para a tomada de decisão do empresário e dos consumidores”.

Capitaneado por empreendedores do segmento automotivo, com adesão de lojas e oficinas independentes, o Right to Repair se coloca como um contraponto às montadoras fabricantes de automóveis que restringem o acesso ao reparo independente, com a justificativa de que a prática violaria o direito à propriedade dos dados.

Para o coordenador da CBCPave, Ranieri Leitão, o pleno funcionamento do segmento passa fundamentalmente pelo fim desse tipo de restrição. “Automóveis recém-fabricados e comuns no Brasil já não permitem que o mecânico independente acesse o sistema de reparo, obrigando o consumidor a guinchar o carro para a concessionária da montadora, sem direito de escolha. É uma preocupação de apelo popular que merece a atenção urgente dos parlamentares”, explicou.

O presidente da Associação Nacional dos Distribuidores de Autopeças (Andap), Rodrigo Carneiro, frisou que reduzir o acesso ao reparo independente afronta a legislação brasileira e o incentivo à livre concorrência. “A defesa do direito do consumidor de escolher onde reparar o bem deve ser preservada, um bem que é de

sua propriedade. Estamos passando, de forma nítida, por um processo de obsolescência programada”, afirmou.

Segundo Carneiro, o mercado de manutenção independente de veículos no Brasil é o quarto maior do mundo e representa um forte vetor econômico. Ainda assim, o quadro é cada vez mais danoso para o segmento. “O Right to Repair tem se expandido pelo mundo há mais de dez anos, provocando resultados positivos em países europeus, nos Estados Unidos, no México, na África do Sul e muitos outros. No Brasil, ainda é uma questão grave a ser resolvida. O avanço tecnológico agrava o problema e afeta uma cadeia vasta que atende a cerca de 50 milhões de veículos no País”, alertou o presidente da Andap.

Carneiro destacou também que as restrições impostas pelas montadoras “causam aumento imediato do custo para o consumidor, que gasta nas concessionárias um valor muito elevado, em comparação ao reparo independente, em serviços básicos como revisão ou troca de óleo”.

Na Câmara dos Deputados, o tema tem sido tratado por meio do Projeto de Lei nº 6.151/2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores de produtos elétricos e eletrônicos de disponibilizar manuais e peças de reposição aos consumidores. O projeto, no entanto, não tem previsão para ser apreciado.

Certificação do vendedor de autopeças

Com o objetivo de qualificar profissionais que atuam como vendedores em comércio varejista de autopeças, o Instituto da Qualidade Automotiva (IQA) lançou, em abril de 2023, a certificação para vendedores de peças e acessórios de veículos. O gerente de Serviços Automotivos do IQA, Sérgio Fabiano, esteve na CBCPave para falar sobre o assunto e comentou que a



Para o coordenador da câmara, Ranieri Leitão, o pleno funcionamento do segmento passa pelo fim das restrições

iniciativa foi desenvolvida com diversas entidades do segmento, incluindo o Sincopeças.

“A certificação, que é voluntária, representa um diferencial para o currículo e é uma van-

tagem competitiva para os negócios, uma vez que um profissional qualificado pode oferecer melhor atendimento, estabelecer credibilidade junto aos clientes e aumentar as vendas”, disse Fabiano.

Segundo o gerente do IQA, é importante que o profissional domine o funcionamento do automóvel e suas especificidades, como motor, sistemas de injeção e de freio, suspensão e direção, dentre outros. “Todos os aspectos do automóvel são avaliados dentro da certificação, que tem como diretriz normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)”, afirmou.

Para o coordenador Ranieri, a certificação é o pontapé inicial para o aumento do padrão de qualidade das empresas que atuam no setor e deve ser incentivada. “Vamos debater formas de ajudar os empresários a buscar esse certificado para suas equipes, estimulando um alto padrão de atendimento ao cliente no nosso segmento”, confirmou.

CBCPave debate futuro da mobilidade e tendências do setor



Foto: Paulo Negreiros

Heitor Chaves, do Grupo Mahle

Tendências e perspectivas para a área da mobilidade estiveram no centro do debate da reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave), realizada no dia 23 de novembro, na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em Brasília.

Convidado a falar sobre o assunto, o engenheiro mecânico Heitor Chaves, do Grupo Mahle, participou da reunião de forma remota e afirmou o compromisso da empresa com a missão de aumentar a eficiência e a vida útil do motor e reduzir as emissões de gases poluentes. “O mercado automotivo caminha para uma economia não fóssil, com redução da emissão de carbono e uma crescente utilização de biocombustíveis e energia limpa. É importante reconhecer que cada região do mundo tem suas particularidades. No Brasil, por exemplo, temos alta disponibilidade de biocombustíveis, e isso indica que, em médio prazo, utilizaremos essa alternativa”, ressaltou.

De acordo com o engenheiro, a opção pela popularização do carro elétrico nem sempre é o caminho mais adequado, já que o ciclo completo de produção desse tipo de automóvel gera a emissão elevada de gás carbônico (CO₂). “Quando comparamos o ciclo de vida completo de um veículo elétrico, desde a sua produção até a reciclagem, é constatado que se emitem 20 toneladas ou mais de CO₂. Já num veículo que

utilize biocombustível, recurso que o Brasil tem em abundância, a emissão é menor, considerando o ciclo total”, analisou o especialista.

Heitor afirmou também que, em 2022, no Brasil, o etanol representou apenas 30% do combustível utilizado por veículos de passeio e que, embora o índice tenha tendência de crescimento, é necessário um esforço mais amplo para acelerar esse processo. “O consumo de etanol no mercado automotivo traz um ciclo muito mais eficaz para o setor. A título de comparação, o setor de pastagem utiliza 195 milhões de hectares no Brasil. Com 4% dessa área destinada à produção de etanol, seria possível abastecer a totalidade da frota de veículos leves no País”, concluiu.

Inspeção Técnica Veicular (ITV)

Em sua participação, o diretor executivo da Federação Nacional da Inspeção Veicular (Fenive), Daniel Bassoli, falou sobre a importância da Inspeção Técnica Veicular (ITV) na redução de sinistros de trânsito. E destacou que o Brasil figura em terceiro lugar no ranking mundial de sinistros fatais envolvendo veículos.

“Infelizmente, o brasileiro tem uma forte cultura na utilização de automóveis, mas não há o costume da manutenção. Ainda temos um nú-

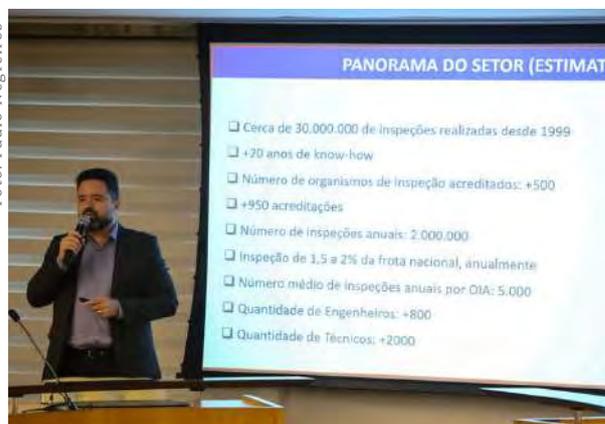


Foto: Paulo Negreiros

Daniel Bassoli, diretor executivo da Fenive

mero extremamente reduzido de veículos inspecionados anualmente, com apenas 1,5% da frota nacional dentro deste índice”, explicou o diretor executivo.

Bassoli observou também o impacto social e financeiro do alto índice de sinistros, destacando que o Estado tem um custo de cerca de R\$ 130 bilhões por ano com sinistros, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). “Mais de 15% desses ocorridos trágicos devem-se a falhas mecânicas, gerando um prejuízo irreparável para milhares de famílias, olhando pelo lado social, e um impacto financeiramente alto no Estado”, elucidou.

Segundo o especialista, medidas como a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança e a instituição da Lei Seca foram impopulares, mas muito eficazes na redução de sinistros. Bassoli reforçou, no entanto, que “sem a cultura da manutenção preventiva, não há regulamentação ou norma que resolva o problema”.

Vale lembrar que a ITV está prevista no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e foi regulamentada pela Resolução Contran nº 716, de 30 de julho de 2017, mas encontra-se suspensa pela Deliberação Contran nº 170, de 6 de abril de 2018, cujo objetivo é verificar os equipamentos do veículo estabelecidos na série de Normas ABNT 14.040, a fim de garantir que seu funcionamento esteja ocorrendo de maneira correta e segura.



Foto: Paulo Negreiros

Ranieri Leitão, coordenador da CBCPave

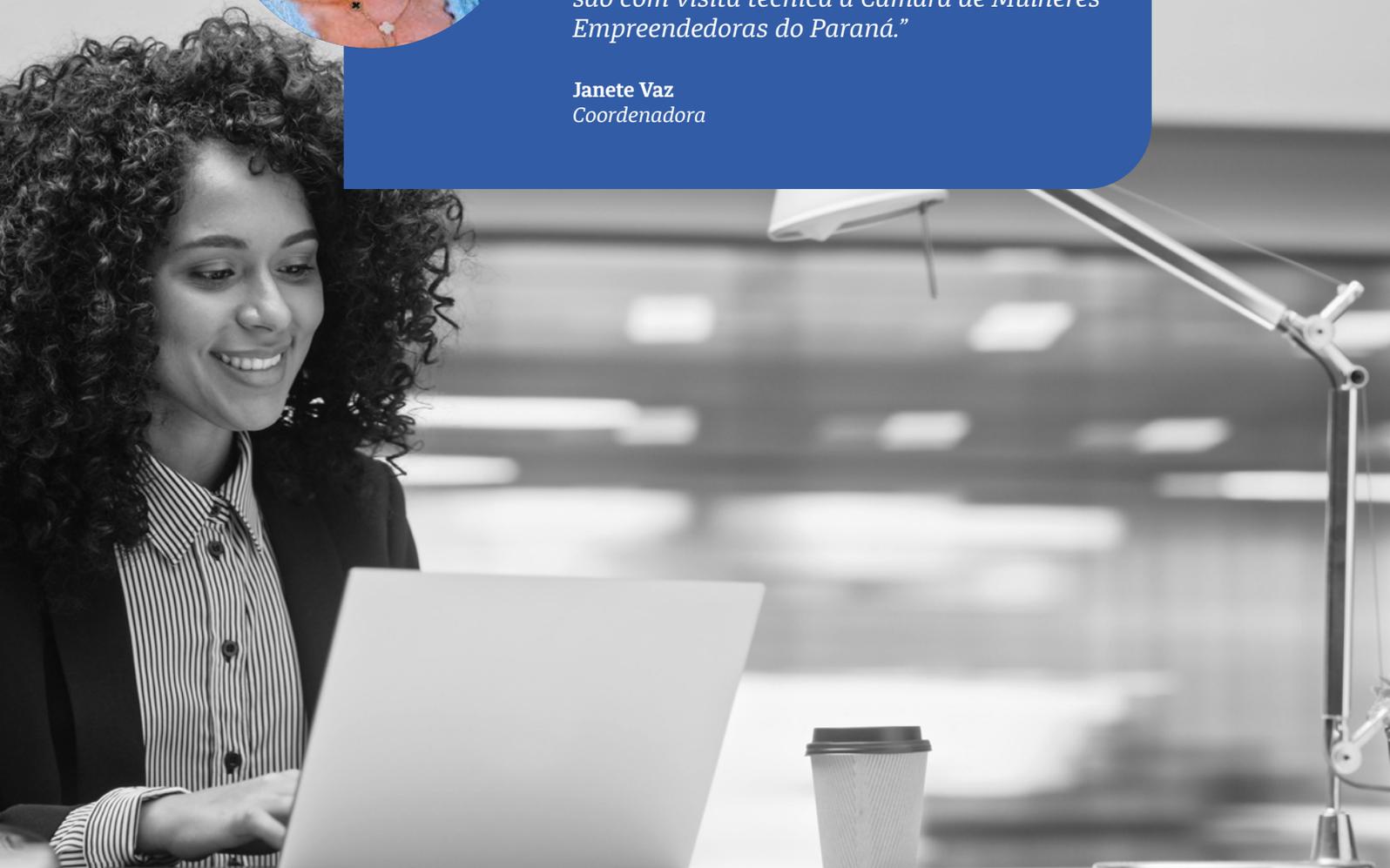
O coordenador da CBCPave, Ranieri Leitão, destacou que tem colocado reiteradamente o assunto em discussão em todas as reuniões para que os membros da câmara continuem acompanhando e trabalhando pela efetiva regulamentação. “A ITV é uma pauta de cunho social que interessa ao setor e à sociedade civil, e vamos insistir no tema. É um legado que a nossa câmara pode construir para o futuro”, enfatizou o coordenador.

Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC)



“Meu sonho e propósito à frente do CBMEC é formar Câmaras de Mulheres Empreendedoras em todos os estados brasileiros. Uma ação importante para 2024 será a missão com visita técnica à Câmara de Mulheres Empreendedoras do Paraná.”

Janete Vaz
Coordenadora





Janete Vaz

Coordenadora

Data de criação da Câmara

03/06/2022

Quantidade total de integrantes:

Titulares: 28

Suplentes: 24

Reuniões em 2023

17/07 – CNC-DF

04/12 – CNC-DF

Integrantes

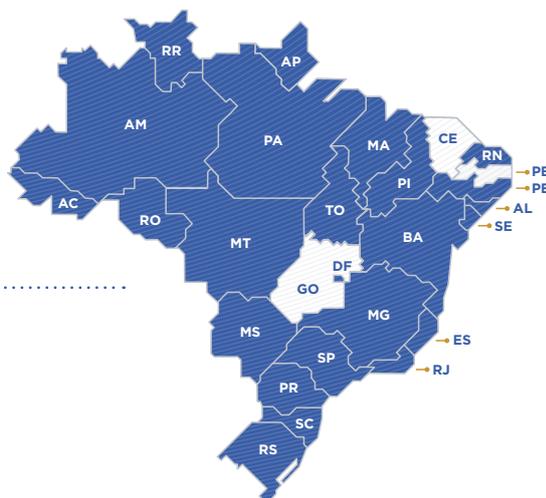
Titulares

- Alcimar Moretti
- Ana Carolina de Carvalho Fernandes Alonso
- Ana Luiza Araújo Soares
- Ana Paula Patrício
- Andréa Marques Valença
- Antonia Moura de Souza
- Beatriz Guimarães
- Celia Regina Gomes
- Christine Badke Lyrio
- Gisela Lucas Araújo Lopes
- Idalice Teresinha Manchini
- Ivanilde Sampaio da Silva
- Joselita Oliveira dos Santos
- Judith de Andrade Martinez
- Lara de Souza Costa
- Luciana Burko Maciel
- Márcia Cristina Rodrigues da Costa Soares
- Maria Adelaide Martins de Souza Feitosa
- Maria Alzenir Porto da Costa
- Maria de Fátima de Jesus
- Maria Fernanda Brinhosa
- Mariana Belandi Scheffer de Oliveira
- Maristela França
- Mércia Gardênia Costa Moura
- Mércia Maria de Araújo Lima de Moura
- Tatiana Pereira Chelest Miras Diniz
- Vera Lúcia Freitas Luzia

Suplentes

- Ana Paula Locoselli Erichsen
- Camila Góes de Carvalho Fernandes
- Cláudia Maldonado Lopes
- Andrea Carla Gomes Ferreira
- Claudia Regina Colpi
- Darlei Cerquinho dos Santos
- Edenice Viana de Souza Braga
- Elaine Britto Rodrigues da Silva
- Flávia Garvil
- Geovanna Shirley Rosa Schumacher
- Giovana Oliveira de Sousa
- Greici Mara Da Cruz
- Isabel Cristina Vidal Ineu
- Julia Drumond Caiado
- Leticia Helena Machado e Coelho Oliveira
- Luzia Diva Cunha Dutra
- Maria dos Remédios Evangelista de Sousa
- Maria Helena de Souza Fonseca
- Maria Odete de Oliveira
- Mayra Oliveira Cavalcante Rocha
- Rachel Ferreira e Silva Torok Moreira
- Rosemary Peres Varea Guareschi
- Solange Chimatti de Syllos
- Thaiana Pinheiro Lima

Estados integrantes do Sistema Comércio na CBMEC



Objetivos identificados

- Criar Câmaras de Mulheres Empreendedoras estaduais, tendo como base de apoio as Fecomércios de todo o Brasil, aproveitando sua estrutura e capilaridade para um maior alcance
 - Fortalecer e incentivar o empreendedorismo feminino.
- das iniciativas nacionais, sendo entregues de forma mais efetiva para a usuária final; e

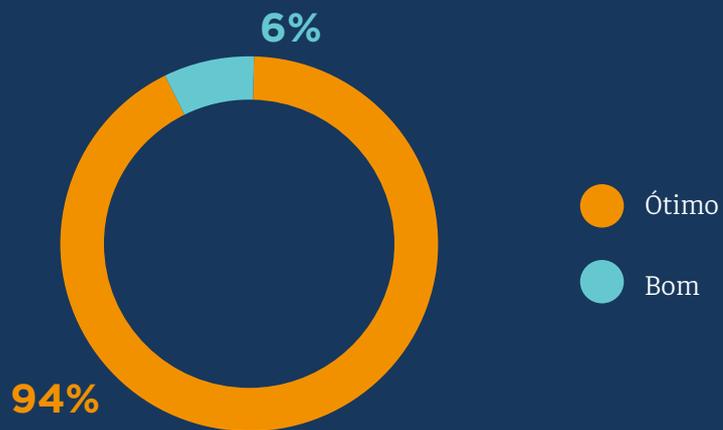
Temas abordados nas reuniões

- Apresentação da palestra “Gestão empreendedora - Construindo uma empresa para durar”;
- Apresentação - palestra “Momentos de transformação, para as mulheres e para o Brasil”;
- Programa Empreendedoras Tech;
- PL nº 1.912/2022 - institui o Programa de Estímulo ao Empreendedorismo Feminino e altera a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020;
- Apresentação - palestra “Cultura, inovação e liderança”;
- Apresentação - palestra “tecnologia e Tecnologia como habilitadora dos negócios”;
- Apresentação - palestra “Saúde e bem-estar na estratégia da organização”;
- PL nº 904/2023 - dispõe sobre o fomento ao empreendedorismo feminino e altera a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), para prever prioridade de atendimento a negócios controlados por mulheres;
- PL nº 1.334/2023 - institui o Programa Nacional Mulher Empreendedora Cidadã (PNMEC), compreendido por medidas de incentivo e apoio ao empreendedorismo feminino de micro e pequeno portes no Brasil; e
- PLP nº 31/2021 - cria a figura da MEI-Mulher Empreendedora, com regras diferenciadas para a microempreendedora individual do sexo feminino. O texto altera a Lei Complementar nº 128/08, que traz regras para os microempreendedores individuais.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões





Nova coordenadora da CBMEC quer trabalhar pelo protagonismo das mulheres

A segunda reunião da Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC), órgão consultivo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), foi marcada pela apresentação da nova coordenadora do colegiado, Janete Vaz, cofundadora e vice-presidente do Conselho de Administração do Grupo Sabin Medicina Diagnóstica. O encontro ocorreu na sede da CNC em Brasília, no dia 17 de julho.

Janete compartilhou com as integrantes da Câmara sua experiência profissional e como um sonho de empreender a levou para a consolidação de uma empresa referência no País. “O empreendedorismo não tem gênero. Há oportunidades para todos, mas nós sempre vamos trabalhar pelo protagonismo das mulheres, pela família, com Deus na frente, de forma sistêmica. Esse é meu equilíbrio para o sucesso”, destacou Janete, em sua apresentação.

A cultura organizacional da empresa, o jeito de ser e fazer o melhor e a missão de levar excelência em seus propósitos nortearam a palestra, mostrando que a liderança é um segredo, mas que a excelência é alcançada com uma equipe afinada, boa vontade e determinação.

O coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC, Luiz Carlos Bohn, que também é vice-presidente da CNC e presidente da Fecomércio-RS, desejou sucesso para o grupo, que retomou as atividades com todo empenho.

Convidada para falar sobre as transformações para as mulheres e para o Brasil, a advogada Mírian Lavocat fez um panorama das conquistas ao longo dos anos, do direito ao voto até os cargos de liderança em grandes empresas, passando por diversos desafios, inclusive com o advento da tecnologia.

“A porcentagem de empresas com, pelo menos, uma mulher em cargos de liderança subiu para 87%, um aumento de 12 pontos percentuais em comparação com o ano passado”, sinalizou Mírian, embasada nos dados da 15ª edição da International Business Report (IBR) – Women in Business 2019, realizada pela Grant Thornton com mais de 4.500 empresários em 35 países.

Ainda segundo os dados, no Brasil, as mulheres conquistaram mais cargos de liderança nas empresas e passaram a representar 39% do empresariado. Mírian destacou a digitalização dos processos e o trabalho remoto, a ampliação da voz das mulheres, principalmente nas redes sociais, e o acesso à informação nos desafios de igualdade no acesso às tecnologias.

As integrantes da Câmara ainda debateram a reforma tributária, recentemente aprovada pela Câmara dos Deputados e que seguiu para o Senado Federal. “Esse modelo nos preocupa, do ponto de vista da forma rápida como foi aprovado, sem um amplo debate com os setores da sociedade e sem a definição de uma alíquota”, destacou Mírian.

Empreendedoras Tech

A coordenadora-geral substituta de Políticas para Comércio e Serviços Digitais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Raquel Rezende Abdala, fez uma apresentação do programa Empreendedoras Tech, desenvolvido para fortalecer projetos ou empresas de micro e pequeno porte de base tecnológica, lideradas por mulheres. As ações foram realizadas a distância e são destinadas a empreendedoras de qualquer parte do País.

Com edital lançado em fevereiro de 2023, o programa é uma parceria com a Escola Nacional



Foi a primeira reunião coordenada pela empresária Janete Vaz

de Administração Pública (Enap). “O programa de pré-aceleração, visando ao desenvolvimento do negócio, foi feito por meio de mentorias em encontros coletivos, entregas e checkpoints semanais. Os times receberam um auxílio financeiro de R\$ 10 mil, e a premiação final será de R\$ 50 mil para os três projetos mais bem avaliados”, explicou.

Raquel disse que os 15 times escolhidos, selecionados entre 187 inscritos, vêm de diferentes regiões do País, com representantes de São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais, Alagoas, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Ceará.

As tecnologias aplicadas nos projetos estão relacionadas com Inteligência Artificial, realidade virtual, analytics, desenvolvimento de softwares e hardware, machine learning, cloud computing, impressão 3D, biotecnologia, células-tronco, nanotecnologia, big data, deep learning e mineração de dados.

Acompanhamento legislativo

A especialista executiva da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC Thaís Peters falou sobre o Projeto de Lei (PL) nº 1.912/2022, de autoria do deputado Carlos Henrique Gaguim (União-TO), que pretende instituir o Programa de Estímulo ao Empreendedorismo Feminino, a fim de incentivar os empreendimentos liderados por mulheres.

“Estamos acompanhando esse projeto em caráter prioritário, com posicionamento favorável, tendo em vista seu mérito. Essa proposta se fundamenta na necessidade de incentivar os empreendimentos liderados por mulheres e, em consequência, o desenvolvimento nacional”, afirmou Thaís.

CBMEC aposta em liderança com inovação e tecnologia

Reunidas em Brasília, lideranças femininas de todo o País e integrantes da Câmara das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC) debateram no último encontro de 2023, em 4 de dezembro, prosperidade nos negócios com inovação e tecnologia.

A coordenadora da CBMEC, Janete Vaz, ressaltou que, quando se fala em inovação, temas como tecnologia, questão tributária e economia se somam, e é importante buscar conhecimento e aprimoramento para poder empreender. “Liderança é uma pauta dinâmica, e precisamos ler, aprender e trazer novidades”.

Janete Vaz falou sobre “clientar e o relacionamento com os clientes como diferencial”, e que é preciso ter foco e propósito. “Se você foca no cliente, você acha e oferece soluções. Nosso papel é servir o tempo todo, com humildade, generosidade e gratidão”, afirmou.

Inovação na cadeia de valor

CNC



Empresária Janete Vaz

A executiva de tecnologia Glória Guimarães, palestrou sobre processos de inovação no Brasil e no mundo, métodos de inovação, aberturas de novos mercados e produtos. Ela citou exemplo de cases de sucesso como a Netflix e destacou que é preciso proporcionar aos clientes a experimentação.

“A experiência do cliente é mais importante. É preciso experimentar, estimular o time para que experimente novas formas de trabalho, novas for-

mas de vender, ter um espaço com liberdade de correr riscos.”

Glória falou sobre o conceito de inovação, sobre como correr riscos e enfatizou que as pessoas precisam aprender a trabalhar com tecnologia e crescimento organizacional para o desenvolvimento nacional. “O letramento digital é muito importante e fundamental.”

Em sua apresentação, a executiva compartilhou um levantamento sobre IA, com dados do Guia Mundial de Gastos com Inteligência Artificial da International Data Corporation (IDC).

Disse ainda que, entre os 30 casos de uso de Inteligência Artificial (IA) identificados pela IDC, os agentes de atendimento ao cliente serão os que mais gastarão ao longo da previsão, atingindo US\$ 35,9 bilhões em 2026.

“As indústrias responsáveis por cerca de um quarto de todos os gastos com IA em todo o mundo serão os bancos e o varejo. O varejo vai ter mais gastos com IA, tecnologia artificial, e precisamos pensar no letramento digital para todos, pois traz conveniência e facilidade para a vida das pessoas. Precisamos fazer coisas fáceis, rápidas e que atendam toda a população”, destacou.

Inovação e equidade de gênero

Ainda na pauta da reunião sobre inovação e tecnologia como habilitadora dos negócios, a CEO e fundadora do Hacking.Rio, Lindália Sofia, falou sobre o comportamento de homens e mulheres nas redes e sobre o Brasil, com uma população de mais de 203 milhões de habitantes, ser o terceiro país que mais consome redes sociais em todo o mundo. “O comércio tem que aproveitar esse potencial e alavancar seus negócios também no digital. O mundo é phygital”, defendeu.

A especialista alertou as empreendedoras presentes para a necessidade de investir em educação e movimentos organizados com uso da tecnologia para transformar a vida das pessoas, enfatizando a importância da equidade de gênero no mundo. “As mulheres buscam ter mais acesso, e não uma disputa de gêneros. No mercado de tecnologia, so-



Reunião realizada o dia 4 de dezembro de 2023

mente 20% das vagas são ocupadas por mulheres. Todas podem aprender mais sobre TI. Precisamos incentivar que as jovens da comunidade queiram ser cientistas de dados e programadoras. Como o mercado tem déficit elevado desses profissionais techs, com salários mais altos, podem ajudar a mudar a vida de uma família inteira. Essas redes transformam vidas!”, ressaltou.

Lindália também compartilhou dados sobre a presença de mulheres nos conselhos de empresas no Brasil e no mundo, falou sobre paridade salarial e destacou que o Brasil ainda está muito distante da equidade de gênero nos espaços de poder. Segundo estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU), o mundo levará ainda 300 anos para atingir o mínimo de equidade de gênero. “Para inovar e ganhar competitividade, as empresas precisam de novos olhares, de diversidade de gênero, de raças, de idades e de experiências profissionais. Temos de trazer os homens como nossos aliados.”

Ainda na pauta do encontro, as participantes puderam prestigiar uma apresentação sobre saúde e bem-estar como estratégia da organização, ministrada pela diretora administrativa de pessoas do Sabin, Marly Vidal.

Congresso Nacional

No fim da reunião, o andamento de propostas legislativas que tramitam no Congresso Nacional relacionadas ao empreendedorismo feminino foi apresentado pela especialista executiva da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Thaís Peters.

Confira os Projetos de Lei apoiados pela CNC

- PL 904/2023, que dispõe sobre o fomento ao empreendedorismo feminino e altera a Lei nº 13.636/2018, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), para prever prioridade de atendimento a negócios controlados por mulheres.
- PL 1334/2023, que institui o Programa Nacional Mulher Empreendedora Cidadã (PNMEC), com medidas de incentivo e apoio ao empreendedorismo feminino de micro e pequeno portes no Brasil.
- PLP 31/2021, que altera a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, para criar o MEI-Mulher Empreendedora.

Informações gerenciais

Resumo

Ações de destaque das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços 2023

Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI)

Ações de destaque em 2023

- Lançamento da 4ª edição da Agenda Legislativa & Projetos Prioritários – Setor de Comércio e Serviços Imobiliários 2023, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com apoio institucional da CNC, reunindo os indicadores do mercado e as proposições relevantes sobre os temas ambiente de negócios, condomínios, desenvolvimento urbano, locação e incorporação e comercialização de imóveis e participação na Agenda Institucional do Sistema Comércio 2023, com posicionamentos e principais pleitos do setor de comércio e serviços imobiliários.
- Acompanhamento da reforma tributária.



Câmara Brasileira de Serviços (CBS)

Ações de destaque em 2023

- Reforma tributária, com destaque para a PEC do Emprego:

As propostas em tramitação no Congresso Nacional são prejudiciais à sociedade e aos setores produtivos, principalmente ao setor de serviços, que é o principal gerador de empregos no Brasil. A “PEC do Emprego” é o modelo que melhor representa a realidade brasileira, reduz as desigualdades, melhora o ambiente de negócios e estimula o crescimento econômico do País..

Conforme minuta do projeto, foram integradas três propostas de reforma tributária já existentes – Imposto Único Federal (IUF), PEC nº 110/2019 e o Simplifica Já, com o acréscimo de elementos inéditos.

Entre os novos pontos, há proposição para desoneração da folha de salários de todos os setores, público e privado; aumento da partilha do Imposto de Renda com estados e municípios (FPE, FPM, fundos regionais); e criação de trava para evitar elevação de alíquota a cada cinco anos, mediante lei complementar e submetido a referendo popular.

Outros aspectos relevantes são a projeção de um novo modelo de financiamento para a Previdência social, respeito ao pacto federativo brasileiro e extinção da tributação do trabalho.

- Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto a Convenção 158 da OIT ou Cartilha da Lei de Licitações.



Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma)

Ações de destaque em 2023

- Interlocução com a Anvisa visando à regulação das receitas médicas em meio eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 5.991. Ponto defendido: vedação do direcionamento das receitas digitais a determinados estabelecimentos via plataformas tecnológicas, de modo a tutelar o direito de escolha do paciente, o equilíbrio nas relações comerciais e a livre concorrência;
- Representação jurídica do setor varejista farmacêutico, a fim de defender a inconstitucionalidade da multa administrativa aplicada pelos Conselhos Regionais de Farmácia às farmácias e drogarias. A CNC requereu sua admissão como amicus curiae no ARE nº 1.409.059, em tramitação no Supremo Tribunal Federal.



Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC)



Ações de destaque em 2023

- A isenção da cesta básica de material de construção já existe em alguns estados. Precisamos estender para o restante dos estados.
- Buscar taxas mais atrativas em cartões, financeiras e bancos, para aquisição de material de construção para reformas.

Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação (CBTIN)

Ações de destaque em 2023

- Acompanhamento legislativo - foram apresentados e discutidos os resumos de projetos de lei importantes, que ainda estão em tramitação no Congresso. Entre eles, o PL nº 462/2017, que cria o Inova Simples, e o PL nº 5.306/2020, que inclui as startups nas diretrizes e no rol de beneficiários dos fundos constitucionais.
- Debates e apresentações - os destaques foram a Lei do Bem, que contou com o lançamento de um guia prático para sua utilização; a apresentação da perspectiva 2023 da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); e a apresentação sobre os impactos e possibilidades de uso da Inteligência Artificial para o comércio.



Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica)

Ações de destaque em 2023

- MEI, incompatível com a atividade óptica:

A Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos, em função dos riscos à saúde visual da população, abriu nova frente para fins da revisão da inclusão da atividade óptica na condição de MEI. Em posição unânime da Câmara a questão é pauta prioritária. Estudos realizados sobre o tema identificaram a falta de qualificação dos que atuam nessas condições, promovendo concorrência desleal e fomento ao comércio ilegal, e o consumidor está totalmente desamparado nas questões relacionadas a qualidade e garantias. Diante de tantos fatores negativos, foram encaminhadas ao poder público, sugestões de alterações considerando a formação técnica, requisito mínimo para o ingresso na atividade óptica, na condição de MEI.



- Lei da Liberdade econômica coloca em risco as ópticas:

Depois do período da pandemia e reestabelecimento das atividades comerciais, foi visto o quanto a Lei da Liberdade Econômica veio ao desencontro do varejo de óptica. Em sua classificação na condição de baixo risco, isentando o prévio licenciamento das VISAs, contribuiu para abertura ilegal de ópticas num percentual assustador. Visando restabelecer a ordem, a CBÓptica, através da CNC, acionou o Ministério Público Federal (MPF) e, por consequência, a Anvisa, onde a matéria está sob revisão.

Como tema recorrente, o combate ao comércio de produtos falsificados tem merecido maior atenção, resultando na promoção de campanhas de conscientização da população.

Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGAL)



Ações de destaque em 2023

- Atualização das novas tendências de atuação do comércio de gêneros alimentícios.
- Discussão e debates sobre a conjuntura sindical.
- Participação ativa dos integrantes.

Câmara Brasileira do Comercio Exterior (CBCEX)

Ações de destaque em 2023

- Reunião com o embaixador da União Europeia no Brasil, Ignacio Ybáñez, com a oportunidade de debater o acordo comercial União Europeia-Mercosul, levando ao chanceler a posição da CNC e de suas Federações sobre as questões de sustentabilidade.
- Atuação da CNC junto ao Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), por solicitação da CBCex, para que o órgão interceda junto às Secretarias de Fazenda Estaduais (Sefaz) que não estavam respeitando o decreto federal da inclusão de impostos federais no cálculo do ICMS-Importação.



Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC)



Ações de destaque em 2023

- Tributação / monofasia / combustíveis – implementada em 1º de maio 2023 a monofasia para óleo diesel e GLP; e em 1º de junho de 2023 para gasolina:
 - Trata-se de importante vitória para o setor, que convivia com grandes diferenças de preços entre os diversos estados da Federação e consequentes problemas de concorrência entre revendedores, principalmente aqueles localizados próximos às fronteiras. Continuamos trabalhando para que o etanol hidratado também seja contemplado.

Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave)

Ações de destaque em 2023

- Projeto "Right to Repair" (Direito de Reparar):

Destaque para a iniciativa em âmbito mundial, focada no mercado independente de aftermarketing automotivo no Brasil, visando possibilitar o acesso aos dados eletroeletrônicos necessários para a reparação automotiva, enfrentando a restrição das montadoras.
- Inspeção Técnica Veicular (ITV):

Aproximação estratégica com o secretário Nacional de Trânsito, Adrualdo Catão, para avançar com a Inspeção Técnica Veicular.
- Certificação do vendedor:

O certificado do vendedor de autopeças é um indicador de competência e conhecimento, agregando confiança e garantindo um atendimento de qualidade.



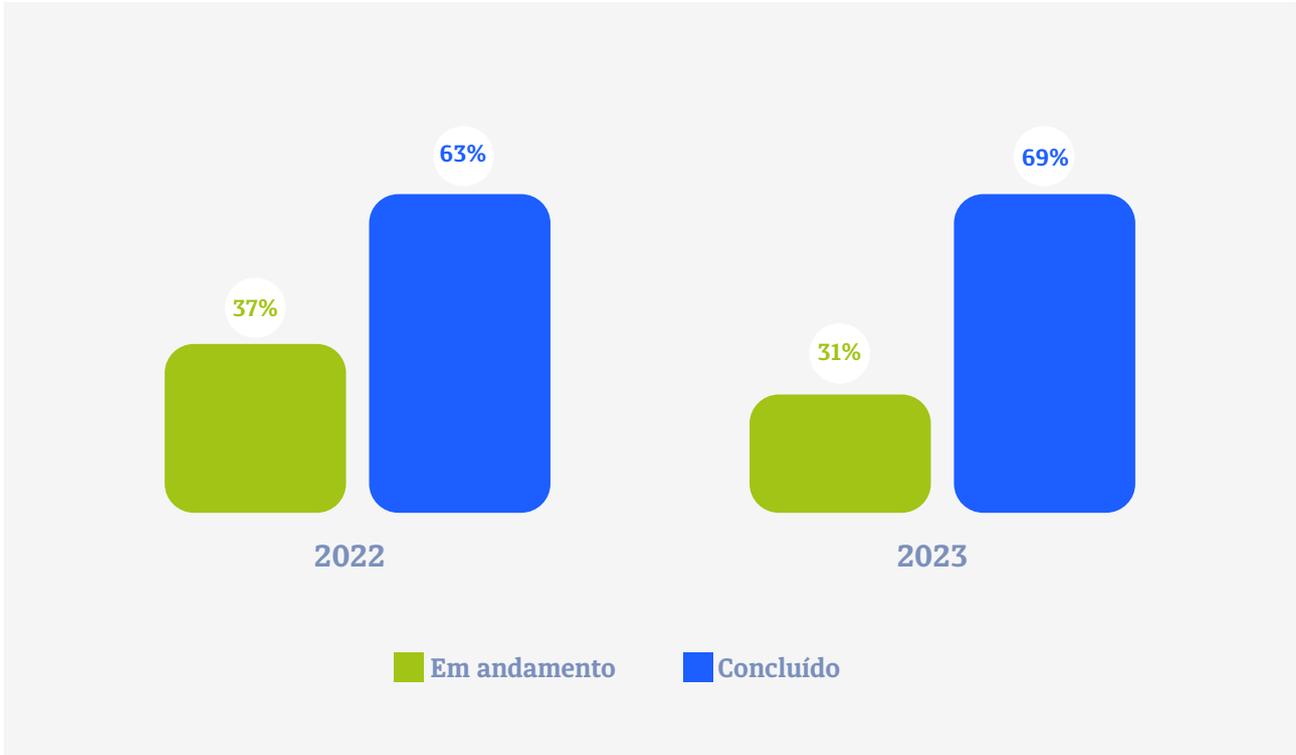
Ações de destaque em 2023

- Participação na Rio Innovation Week, com a coordenadora Janete Vaz representando a CBMEC, no dia 3 de outubro.
- Apresentação da palestra de gestão empreendedora “Construindo uma empresa para durar”, com a coordenadora Janete Vaz, no dia 17 de julho, em evento da CBMEC em Brasília.
- Entrevista na estreia do podcast Mulheres em Ação, da Fecomércio-BA, sobre empreendedorismo feminino, com a coordenadora Janete Vaz, no dia 29 de agosto.
- Apresentação da palestra “Inovar para transformar”, na Fecomércio-BA, com a coordenadora Janete Vaz, no dia 31 de agosto
- Vista da coordenadora Janete Vaz ao presidente da Fecomércio-RO, Ademir dos Santos, no dia 1º de setembro.
- Apresentação da palestra “Pessoas: principal ferramenta da gestão nas empresas”, com a coordenadora Janete Vaz, e almoço com diretoras da Câmara das Mulheres Empreendedoras e Gestoras de Negócios de Tocantins (CMEG-TO) , em Palmas, no dia 26 de outubro.
- Apresentação da palestra “Liderança - Construindo uma empresa por várias mãos” (Serviço, Cuidado e Amor), com a coordenadora Janete Vaz, na Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio de Brasília (CBMEC/Brasília), no dia 4 de dezembro.

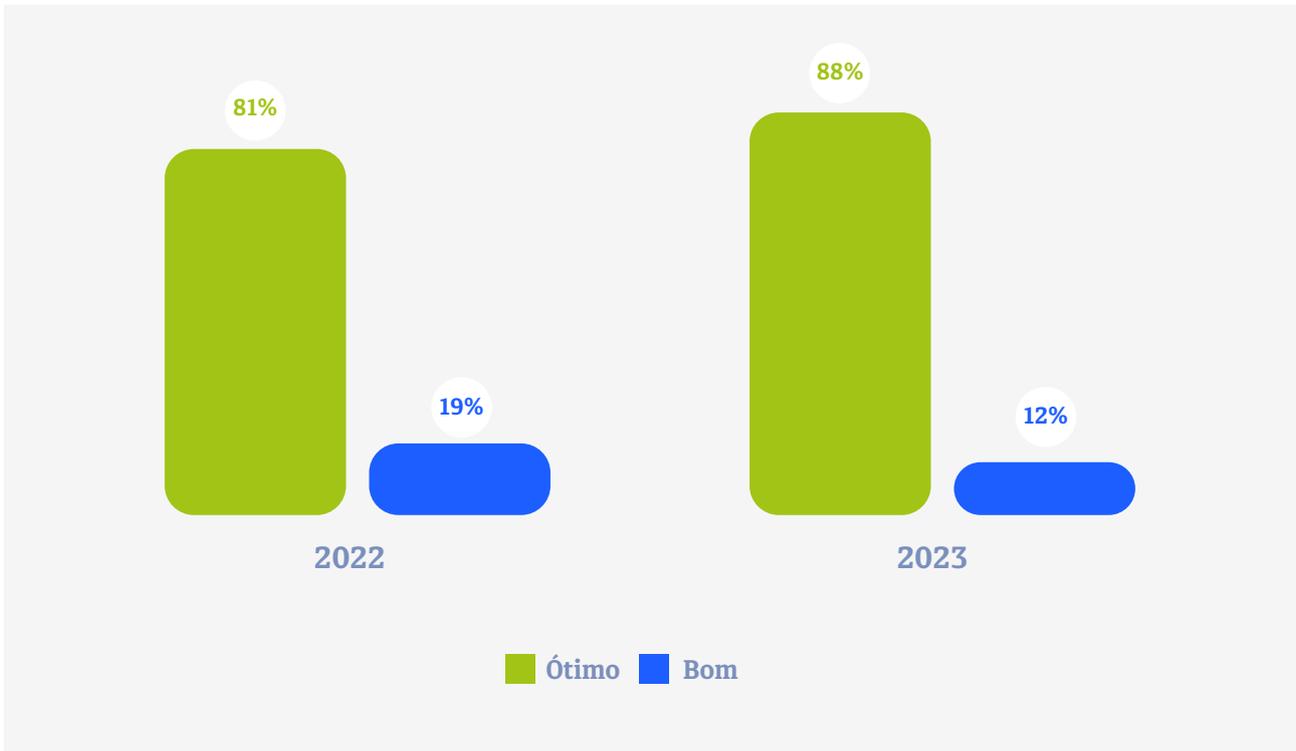


Gráficos gerenciais

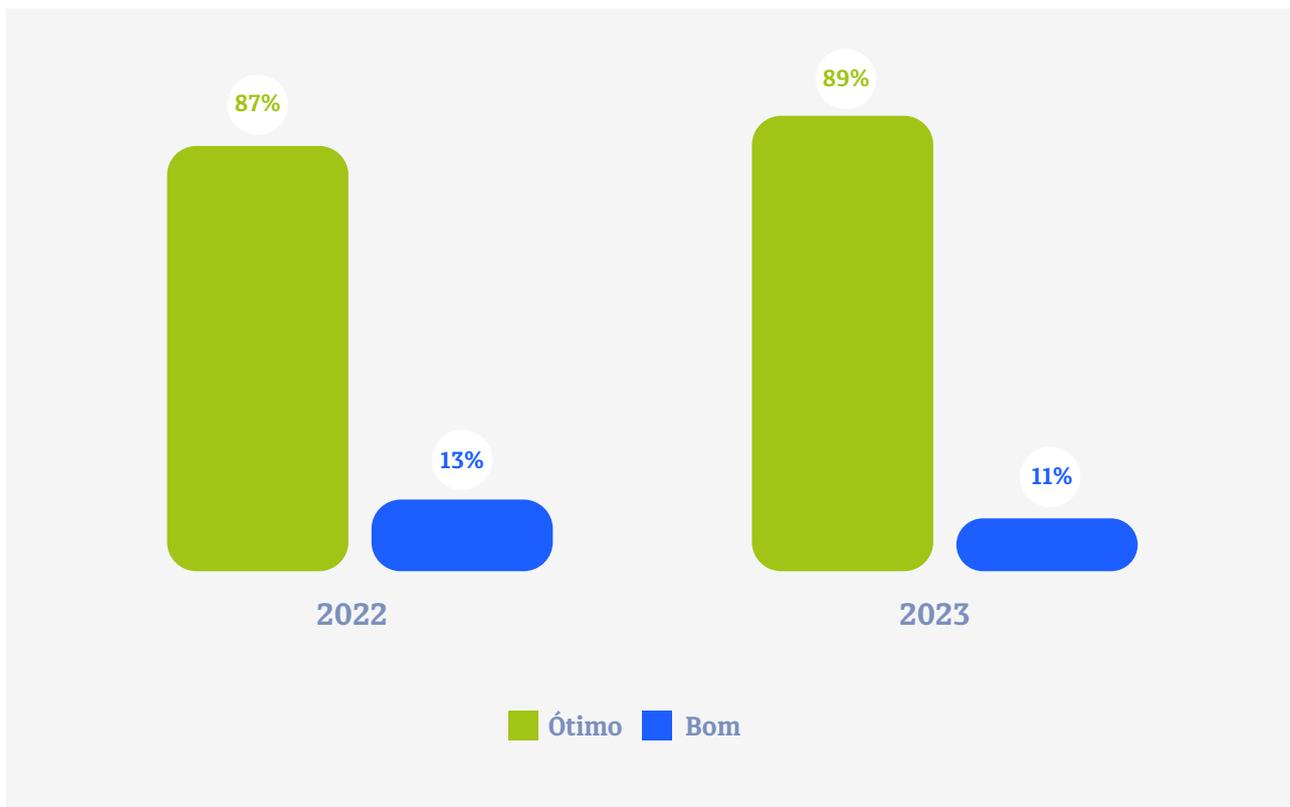
Gestão das proposições das Câmaras (Geral)



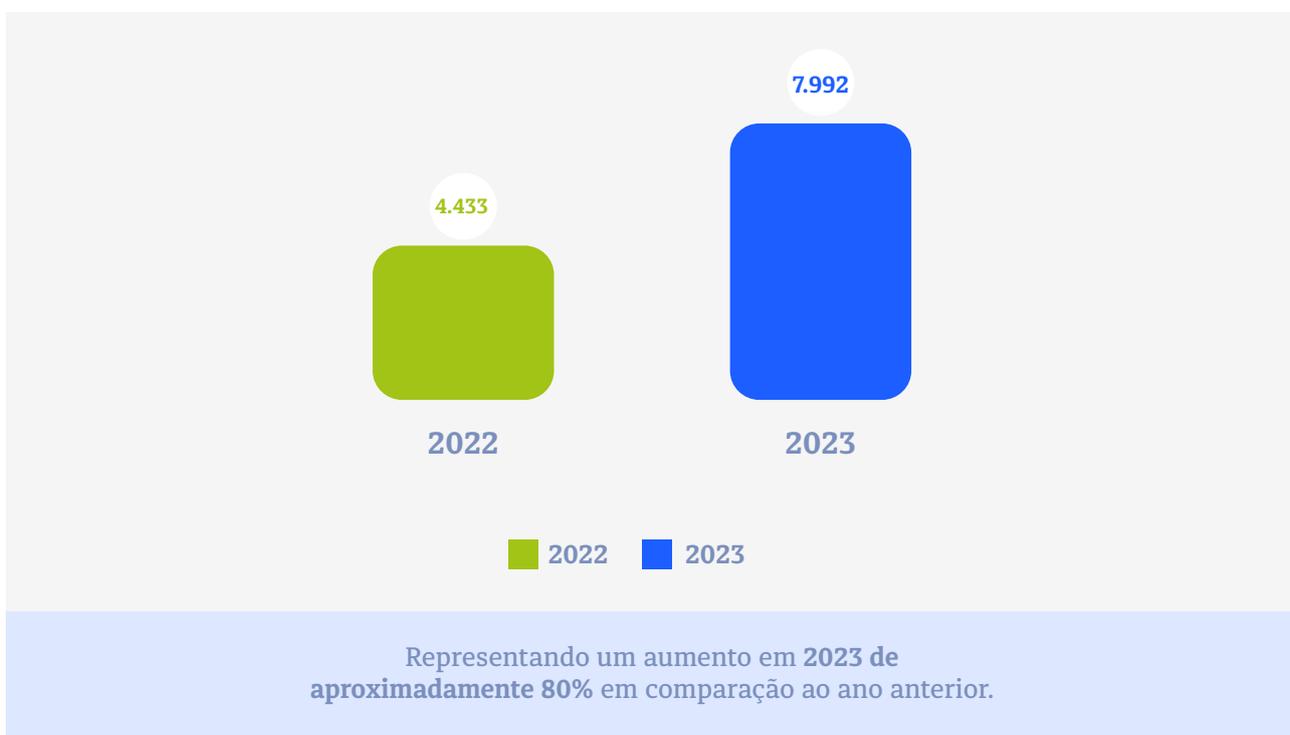
Avaliação geral das reuniões



Atuação da CNC no tratamento das demandas das Câmaras (2022-2023)



Total de ações realizadas (2022-2023)



Evolução da composição das Câmaras (2022-2023)

